

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE
MESQUITA FILHO”

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Campus de Rio Claro

SISTEMA FINANCEIRO MUNDIAL: seu assombro em território
brasileiro e a fantasmática liberdade de consumo

RICARDO ALBERTO SCHERMA

Orientadora: **Prof^ª.Dra. SAMIRA PEDUTI KAHIL**

Rio Claro
Setembro de 2009

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE
MESQUITA FILHO”

Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

SISTEMA FINANCEIRO MUNDIAL: seu assombro em território
brasileiro e a fantasmática liberdade de consumo

RICARDO ALBERTO SCHERMA

Orientadora: **Prof^ª.Dra. SAMIRA PEDUTI KAHIL**

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia –
Área de Concentração Organização do Espaço,
para obtenção do Título de Mestre em Geografia

Rio Claro
Setembro de 2009

Comissão Examinadora

Profa. Dra. Samira Peduti Kahil (orientadora)

Profa. Dra. Adriana Maria Bernardes da Silva

Prof. Dr. Fabio Betioli Contel

Ricardo Alberto Scherma (Aluno)

Rio Claro, 10 de setembro de 2009.

Resultado: Aprovado. A banca destaca a importância da temática da dissertação e a qualidade teórico-empírica da pesquisa, recomendando a continuidade e a publicação dos resultados alcançados.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos que estiveram por perto durante a realização desta pesquisa.

À Professora Samira Peduti Kahil, minha orientadora, que me acolheu em Rio Claro, ainda como aluno especial em 2006 e, pacientemente, e com muita dedicação, mostrou-me todo o caminho a ser percorrido para a realização de uma pesquisa. O convívio nestes últimos anos com Samira deu-me a oportunidade de conhecer obras e pessoas maravilhosas, que enriqueceram a minha vida e a minha forma de ver o mundo; esta dissertação é apenas uma parte de tudo o que aprendi.

Aos meus colegas do Grupo de Pesquisa (CNPq) “Usos do Território e Dinâmica dos Lugares”, Marco Aurélio, Carlos, Maurício, Guilherme, Jorge, Mirlei, Márcio Toledo, Francisco e Sérgio.

Ao Professores Fabio Contel (USP) e Adriana Bernardes (Unicamp), que aceitaram o convite para compor minha banca de qualificação e dedicaram horas de seu trabalho à leitura e discussão de meu Relatório de Qualificação.

Aos funcionários da Biblioteca, da Secretaria de Pós-Graduação e do Prédio da Pós-Graduação em Geografia, que sempre foram muito atenciosos com minhas solicitações.

À Professora e Bibliotecária Ângela, da escola em que trabalho, por ajudar-me na pesquisa em jornais.

À minha mãe e ao meu pai, por lutarem a vida toda por nós.

À minha irmã, Rafaela. Ao Meu irmão, Michael, pelas longas conversas que travamos nesses anos, e por me ajudar nos primeiros anos de faculdade.

Aos meus amigos, Rafael Orsi, e sua esposa, Carol, pela amizade compartilhada por nós nesses últimos anos.

E, por último, à minha amada esposa, Camila, que sempre participou desta pesquisa, lendo-a incansavelmente e que sempre compreendeu o meu projeto de vida, além de companheira, minha maior interlocutora; nossa vida juntos tem sido algo muito bom, uma conquista!

Muito obrigado a todos!

“E na medida em que continua a tarefa da teoria crítica, a tarefa da teoria marxista é precisamente continuar a pensar, pensar radicalmente e comunicar a outros essa radicalidade do pensamento.”

Herbert Marcuse

A Grande Recusa Hoje (1999, p.107)

SUMÁRIO

	PÁGINA
INTRODUÇÃO.....	12
I - A CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO E BANCÁRIO MODERNO.....	19
1.1 A (des)concentração bancária e a integração vertical do território brasileiro (1964 – 1988).....	19
1.1.1 Acréscimos técnicos ao território e o uso das novas tecnologias de informação (1964 a1989).....	25
1.2 Reorganização do sistema financeiro e bancário brasileiro (1988 – atual).....	30
1.2.1 A Constituição Brasileira de 1988 e as novas normas para o sistema financeiro..	30
1.2.2 Concentração bancária e uso do dinheiro público: o PROER.....	33
1.2.3 Racionalidades globais e a desestatização dos bancos públicos: O PROES.....	34
1.2.4 Inovações do período técnico-científico-informacional: fluidez das informações e controle eficiente do território (1990-atual).....	37
II - DENSIDADE E RAREFAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NA ATUALIDADE: desigualdades territoriais e interesses corporativos no uso do território brasileiro.....	40
2.1 Introdução.....	40
2.2 Densidade e rarefação das agências bancárias no território brasileiro.....	43
2.3 Densidade e rarefação do crédito em sub-espacos do território brasileiro.....	46
2.4 Densidade e rarefação dos depósitos em sub-espacos do território brasileiro.....	51
2.5 Lógicas de circulação do dinheiro: “regiões perdedoras” e “regiões ganhadoras”.....	54
2.6 A cidade de São Paulo: centro financeiro do território brasileiro na atualidade.....	55

III - USOS DO TERRITÓRIO BRASILEIRO PELO SISTEMA FINANCEIRO: a expansão de novos sistemas de objetos e ações e a financeirização da sociedade.....	60
3.1 Introdução.....	60
3.2 Os sistemas de ações do Banco Mundial no território brasileiro.....	62
3.2.1 Orientação do documento do Banco Mundial: a hipercapilaridade do sistema financeiro no território brasileiro.....	65
3.3 Financeirização do território: aprofundamento e expansão do consumo.....	69
3.4 Microcrédito produtivo orientado: modelo de exploração para o circuito inferior da economia.....	72
3.5 Crédito popular pessoal: endividar-se para poder consumir.....	74
3.6 Conglomerados Financeiros e os novos usos do território.....	76
3.6.1 O Banco Fininvest.....	77
3.6.2 O Banco Finasa BMC S.A.....	83
3.6.3 A Financeira Taí.....	84
3.6.4 A Financeira Losango.....	87
3.6.5 CitiFinanceira.....	89
3.6.6 O Banco Cacique.....	90
3.6.7 O Banco Popular.....	91
3.7 Topologia e Uso do Espaço Urbano pelo Sistema Financeiro.....	93
3.8 Topologia do Sistema Financeiro nos espaços opacos do território brasileiro.....	99
3.9 A Ampliação do Consumo pelo Sistema Financeiro e Desorganização da Cidade Contemporânea	100
IV- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
4.1 Algumas reflexões a respeito do território na atualidade.....	107
4.2 Pós-Escrito: a respeito da crise financeira internacional.....	110
V - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	114
VI - BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	123
VII - WEBSITES CONSULTADOS.....	124

ÍNDICE DE FIGURAS E FOTOS

FIGURAS

Figura 1: Empréstimo do Banco Mundial aos governos do Brasil.....	64
Figura 2: Número de agências do Banco do Nordeste/por estado da federação.....	73

FOTOS

Foto 1: Cartaz em estacionamento do Banco Fininvest / Limeira (SP)	80
Foto 2: Promotoras de vendas Taíi / Centro Metropolitano de Curitiba (PR)	86
Foto 3: Lojas de Crédito (GE Money e Losango) na Avenida Padre José Maria, entre a estação do metrô Largo Treze e o terminal de ônibus Santo Amaro / Região Metropolitana de São Paulo (SP).....	96
Foto 4: Lojas de Crédito (Finasa e Cacique) na Rua Barão de Itapetininga (bairro/ República)/ Centro Metropolitano de São Paulo (SP).....	97
Foto 5 : Loja de Crédito (correspondente bancário) no centro de Limeira (SP).....	99

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1 / Cidades que abrigavam sedes bancárias em 1961.....	21
Mapa 2 / Meio técnico-científico-informacional e as regiões do Brasil – 1999.....	43
Mapa 3: Operações de crédito - 2007/ por estados da federação.....	50
Mapa 4: Captação de depósitos e poupança - 2007/ por estados da federação.....	53

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Densidade de agências bancárias por Regiões / Brasil - 2007.....	45
Tabela 2: População e número de agências por Regiões / Brasil	45
Tabela 3: Operações de crédito por Regiões / Brasil - 2007.....	48
Tabela 4: Total da captação de depósitos e poupança por Regiões / Brasil - 2007.....	52
Tabela 5: Relação depósito/crédito entre as regiões brasileiras - 2007.....	55
Tabela 6: Instalações de baixo custo do sistema financeiro.....	69
Tabela 7: Distribuição espacial das agências bancárias Unibanco / Lojas e pontos de venda Fininvest.....	82

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Cidades controladoras da atividade bancária – 1985.....	23
Quadro 2 / Bancos estaduais privatizados / Brasil 1997- 2004.....	35
Quadro 3: Síntese dos capítulos do estudo Brasil “acesso a serviços financeiros”	66

RESUMO

O trabalho preocupa-se em compreender o uso do território pelo sistema financeiro. Para tanto, estabelecemos um debate com importantes autores que tratam da temática e procedemos a um levantamento de dados que consideramos elementos e variáveis importantes para demonstrarmos a constituição do espaço geográfico na sucessão e consecução da formação do território brasileiro. Tudo isso permitiu-nos uma periodização das transformações impostas ao território, pelos sistemas de atividades financeiras. Assim, num primeiro momento, tratamos de analisar a dispersão do sistema financeiro pelo território nacional, a redução do número de bancos e a concentração dos pontos de comando e, num segundo momento, quando a difusão de técnicas e normas possibilitam a reorganização do sistema financeiro e maior intervenção do sistema financeiro mundial. Diante da atual situação geográfica, procuramos entender a desigual distribuição do dinheiro, analisando os fluxos e os fixos relacionados ao sistema financeiro em território nacional e, por último, buscamos tratar de um processo recente - a financeirização de amplas camadas da população, incluindo as classes sociais de baixa renda e a conseqüente ampliação do consumo, bem como, entender quais as conseqüências dessa política para a sociedade e para o território brasileiro.

Palavras-Chave – Uso do território, sistema financeiro, densidade e rarefação financeira, concentração territorial, financeirização do território.

ABSTRACT

The paper focuses on understanding the use of territory by the financial system. To do so, we debate with important authors that dealt with this theme and we searched data that we consider important elements and variables to demonstrate the formation of geographic space in the succession and achieving of the formation of Brazilian territory. All this enabled us to divide the changes that were imposed on the territory, by the system of financial activities, in periods. Thus, at first, we analyzed the dispersion of financial system over national territory, the reduction of number of banks and the concentration of command points and, secondly, when the diffusion of techniques and rules enabled the restructuring of the financial system and a stronger intervention of the global financial system. Facing the contemporary geographic reality, we focused on understanding the inequality of money distribution, analyzing the flows and fixed related to the financial system in national territory and, finally, we tried to treat of a recent process – the financialization of large layers of population, including the low-income social classes and the consequent rising of consumption as well as understanding the consequences of this policy to society and to territory.

Key-words: use of territory, financial system, financial density and rarefaction, territorial concentration, territorial financialization

INTRODUÇÃO

A busca pelo conhecimento, o saber sobre o mundo, o porquê das coisas, dos objetos e ações perpassa a história do homem, impondo problemas a respeito da própria natureza do conhecimento. Como o homem quer conhecer? Por que ele quer conhecer?

Essas questões impulsionaram as ciências na busca pela elaboração, ao longo dos séculos, de teorias, isto é, sistemas de conceitos coerentes entre si, capazes de propor a constituição inteligível a respeito de um objeto, bem como organizar-se em torno de um método, entendido aqui como “um procedimento de investigação organizado, repetível e autocorrigível que garanta a obtenção de resultados válidos” (ABAGNANO, 2000 p.668).

Na busca pelo conhecimento, a teoria acabou por tornar-se a mediadora entre o sujeito e o objeto, sujeito que, a partir de diversos mirantes, sejam eles quantitativos, psicológicos, sociológicos, econômicos ou geográficos, acaba por estabelecer uma relação em escala fenomenológica com o seu objeto de análise. Desta forma, o sujeito, num movimento de transcendência, invade o objeto para obter conhecimento, criando uma imagem desse, imagem essa que nunca é capaz de abarcar a totalidade, daí então a necessidade de um conjunto de ciências.

Dentro desse conjunto de ciências historicamente criadas, qual é o papel que cabe à Geografia? De que maneira podem os Geógrafos contribuir para explicar a totalidade do sistema mundo?

Concordamos com Milton Santos (1996, p.16) que “discorrer, ainda que exaustivamente, sobre uma disciplina, não substitui o essencial, que é a discussão sobre o seu objeto”, e que o debate deva ser em torno da definição do objeto de estudo de uma determinada ciência, para que ela possa dar ao conjunto das ciências a sua contribuição no entendimento claro do que é o mundo.

Por isso, apesar do tema deste estudo ser o sistema financeiro, seu objeto, antes de tudo, é o território - território usado pelo sistema financeiro. Acreditamos que dessa maneira possamos contribuir, um pouco que seja, com o necessário debate da ciência e com a explicação que o mundo atual impõe à sociedade brasileira na medida em que a nossa preocupação ao longo da pesquisa foi esclarecer a atual dinâmica do território brasileiro, dinâmica cujo ritmo é marcado e regido pelos sistemas de atividades que compõem o sistema financeiro mundial.

Apesar de poucas vezes ter sido objeto de preocupação dos Geógrafos, o estudo a respeito do sistema financeiro em seus aspectos geográficos não é algo inédito.

Renomados Geógrafos como David Harvey (1992), Jean Labasse (1974), Olivier Dolffus (1993), Pierre Monbeig (1957) e Milton Santos (1996; 2001) já se ocuparam com o tema.

Cabe também lembrarmos os trabalhos da Professora Helena K. Cordeiro (1986-1987; 1991), e Roberto Lobato Corrêa (1989), que no decorrer de anos investigaram e se propuseram a compreender a dinâmica do sistema financeiro, abordando vários de seus aspectos, tanto aqueles relacionadas à concentração territorial, quanto aqueles que se referem à difusão das redes técnicas bancárias.

Atualmente, no campo das relações entre Geografia e sistema financeiro, Leila C. Dias (2005) tem se preocupado com o tema e dado grandes contribuições à geografia brasileira. Também é necessário ressaltar trabalhos empreendidos pelo Geógrafo inglês, Ron Martin (1994), na interpretação das relações existentes entre finanças e o território.

Apesar dos esforços de muitos pesquisadores, fazem-se cada vez mais necessários estudos que possam documentar, interpretar e compreender o modo de ação territorial do sistema financeiro na atualidade, visto a importância que as finanças assumem no período atual.

Sabemos que a presença do sistema financeiro se dá nos lugares principalmente por meio do sistema bancário que, por intermédio de suas instituições, compõe grande parte dos operadores do chamado Sistema Financeiro Nacional¹, especialmente quando atua em conglomerados², sendo responsável, em alguns casos, pela quase totalidade de instituições que compõem o sistema.

É preciso desde logo definirmos o próprio sistema financeiro. Entende-se que este é formado pelo conjunto de instituições que trabalham, de uma maneira ou de outra, de forma associada em sistemas interdependentes, tendo como principal atividade a administração dos mais variados instrumentos técnico-financeiros, entre eles, a moeda nacional e a estrangeira,

¹ É denominado Sistema Financeiro Nacional (SFN) o conjunto de instituições financeiras que atuam no território nacional, tanto as públicas quanto as privadas, tanto as de regulação e fiscalização quanto as de intermediação e operação (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008).

² O conglomerado Unibanco, por exemplo, em 2008 era formado pelas empresas: Unibanco AIG Seguros, Unicard Banco Múltiplo S/A, Fininvest, Investcred, Luizacred, HiperCard, Diens Leasing, Unibanco Luxemburgo, Unibanco Securities, Inc (EUA), Unicorp Bank e Trust, Interbanco, Unibanco Asset Management, Unibanco (Cayman), Unibanco Cia. de capitalização, Unibanco Investshop Corretora, Microinvest. Principais coligadas: Redecard, AIG Brasil Cia. de Seguros, Interchange, Unibanco Rodobens, Tecnologia Bancária (UNIBANCO,2008)

títulos da dívida pública, ações, cheque, crédito, fundos, notas promissórias, além de tantos outros. Entre as instituições que compõem o sistema financeiro estão o Banco Central, o Conselho Monetário Nacional, a Comissão de Valores Mobiliários e a Superintendência de Seguros Privados, que são instituições que atuam como órgãos normativos, e ainda as instituições operadoras e intermediadoras do sistema: os bancos comerciais, múltiplos e de investimentos, os bancos de desenvolvimento, as financiadoras, a bolsa de valores, as corretoras de títulos e ações, etc.

Fundamentando nossa pesquisa na Geografia crítica a partir da proposta de Milton Santos, consideramos com ele que à Geografia cabe estudar o “conjunto indissociável de sistema de objetos e de sistema de ações” (SANTOS, 1996); buscando entender o funcionamento, descrever, cartografar, quando possível, analisar e interpretar os sistemas de objetos e ações que permitem o controle e uso do território pelas instituições que compõem o chamado sistema financeiro nacional³, buscando elaborar, portanto, um trabalho geográfico que seja, ao mesmo tempo, descritivo e explicativo.

Partimos da hipótese de que o território brasileiro passa por intenso processo de financeirização⁴, que pode ser verificado pelas etapas de desenvolvimento das redes bancárias, responsáveis pela expansão do sistema financeiro no território, atingindo na atualidade, de uma maneira ou de outra, a totalidade dos municípios brasileiros⁵, como também, as classes sociais de baixa renda, que até bem pouco tempo, não eram objeto de interesse desses agentes da economia.

Vamos tratar o espaço geográfico como um conjunto de sistema de ações e objetos, dentro de um quadro único, rejeitando a consideração analítica isolada de um dos dois sistemas, pois “os objetos não têm realidade filosófica, isto é, não nos permitem o conhecimento se os vemos separados dos sistemas de ações. Os sistemas de ações também não se dão sem os sistemas de objetos” (SANTOS, 1996, p.51). Em sua obra *O Sistema dos*

³ Uma série de processos como: a integração dos mercados financeiros, os processos de fusões e aquisições, a liberalização dos fluxos financeiros, a formação de conglomerados, em que a participação do capital estrangeiro está a cada dia mais presente, processos de venda e controle das ações em bolsas de valores pelo mundo, atuação de empresas de consultoria e avaliação de riscos globais e, por último, o condicionamento político imposto pelos governos globais (FMI, Banco Mundial, etc.) nos autorizam a pensar – existiria hoje, no Brasil, um sistema financeiro nacional? - O fato de sedes bancárias se localizarem em território brasileiro e terem atuação prioritária dentro das fronteiras do país basta para que este sistema seja considerado como nacional, quando as relações e os vínculos com o estrangeiro são cada vez mais próximos. Por isso, apesar de tratar das relações entre território e sistema financeiro no espaço nacional, o título deste trabalho usa o termo - Sistema Financeiro Mundial.

⁴ A idéia de financeirização do território será melhor desenvolvida no **Capítulo III** deste trabalho de pesquisa.

⁵ Não ignoramos a idéia de que, após as privatizações e fusões de muitos bancos, uma vasta rede de agências consideradas deficitárias foi fechada em diversos municípios, promovendo verdadeiros vazios bancários, como afirma Leila C. Dias (2005); contudo, hoje, a totalidade dos municípios conta com serviços do chamado Banco Postal, ou ainda com serviços financeiros oferecidos por intermédio dos correspondentes bancários.

Objetos, Jean Baudrillard (1993) também ressalta a vida sistêmica dos objetos. Os sistemas de objetos não funcionam se se encontram isolados. Há um conjunto de ações que os integra e faz deles um sistema capaz de comunicar-se e estabelecer relações com outros sistemas, isso nos autoriza a falarmos de sistemas de sistemas.

É por intermédio dos sistemas de objetos técnicos, principalmente os sistemas informacionais, que as instituições financeiras estabelecem uma rede de relações cada vez mais complexa entre os lugares. “A partir do reconhecimento dos objetos na paisagem, e no espaço, somos alertados para as relações que existem entre os lugares” (SANTOS, 1996, p. 58).

Qualquer escala que tomemos, quer a municipal, quer a escala dos estados ou a escala da federação, o sistema financeiro está presente em todo o território nacional, estabelecendo uma rede de relações entre os lugares, relações que podem ser de maior ou menor intensidade de articulação e controle. Como ressalta Leila C. Dias (2005, p.29), “a organização das redes financeiras constitui fonte de poder e de controle para instituições bancárias porque representa o domínio do espaço por meio da articulação entre as escalas geográficas”.

Tal poder, podemos dizer, institui-se através do controle das reservas destinadas ao financiamento dos sistemas de objetos e de engenharia – a base material que sustenta principalmente as atividades do circuito espacial superior da economia⁶ e que, em conjunto, terminam por assegurar o poder de organização de todo o território –, na maior parte das vezes em proveito das classes econômicas hegemônicas.

É exemplo da concentração de poder do sistema financeiro a organização do território no *front* agrícola na região Central do Brasil. Em cidades como Rio Verde (GO), Uberlândia (MG) no triângulo Mineiro, ou em Rondonópolis (MT), tanto nas áreas urbanas como nas áreas rurais, onde se desenvolvem atividades agrícolas moderníssimas, é notável a atuação de instituições de crédito⁷, inclusive e, na maioria das vezes, instituições públicas financiando empreendimentos privados.

⁶ Utilizamos no âmbito dessa pesquisa o conceito de circuito superior e circuito inferior da economia urbana, conceitos desenvolvidos por Milton Santos em sua obra de 1979, intitulada “O Espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos” (ver bibliografia).

⁷ Em trabalho de campo vinculado, organizado pelo Grupo de Pesquisa “Uso do Território e Dinâmica dos Lugares”, realizado entre os dias 20 e 25 de novembro de 2006, e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) (KAHIL, 2007), pudemos verificar nas empresas que visitamos – quer empreendimentos industriais, quer os de atividades agrícolas (fazendas, sistemas de silos, sistemas de transporte, etc.) *Outdoors* anunciando instituições financeiras como o BNDES e o BankBoston, que se utilizam das redes de agências de bancos múltiplos para financiar e controlar a modernização dos sistemas de objetos e ações da região.

Buscando compreender o processo de formação e a atual dinâmica do território, tendo em vista as transformações impostas pelo sistema de atividades financeiras, tratamos de elaborar uma periodização desse processo de instalação do sistema financeiro em território nacional. A constituição de um meio geográfico, tendo em vista os acréscimos de técnica, ciência e informação, permitem-nos periodizar o tempo através do espaço geográfico. Os sistemas técnicos e os sistemas de atividades sucessivos nos permitem trabalhar uma noção de escala geográfica a partir do espaço como continente de tempos, “se uma noção de escala geográfica pode ser construída, ela será, sobretudo, uma noção de tempo, os tempos nos lugares. Periodizações mundiais, nacionais e regionais serão, assim, fundamentais para descortinar as funcionalizações do tempo” (SILVEIRA, 2004, p.94).

No **Capítulo I** da dissertação, trabalharemos os elementos e variáveis que definem dois períodos principais da constituição e uso do território pelo sistema financeiro. Num primeiro momento, procuramos analisar como se deram a evolução e a nova configuração do sistema financeiro e bancário após as reformas normativas implementadas pelos governos autoritários do pós 64, dando especial importância à funcionalidade dos sistemas técnicos nesse processo. Ao estabelecermos o segundo período intitulado de “Reorganização do Sistema Financeiro e Bancário no Brasil”, procuramos tratar de um processo, ainda em curso, que se inicia a partir de 1988 e garante uma constante internacionalização do sistema financeiro, por intermédio do crescente processo de privatização de bancos nacionais, como também a partir das novas fusões e aquisições que passam a ocorrer entre essas instituições. É também nesse período que novas estratégias de ação dos agentes hegemônicos se instalam nos lugares. Tais estratégias procuram inserir um número cada vez maior de pessoas no sistema de exploração capitalista contemporâneo.

No desenvolvimento do **Capítulo II**, procuraremos demonstrar que o conjunto de transformações tratadas anteriormente resulta no aprofundamento dos desequilíbrios regionais. No decorrer do texto demonstraremos a territorialização do sistema financeiro, por meio de suas agências bancárias, que controlam hoje a dinâmica dos fluxos monetários em território brasileiro.

Para tanto, analisaremos as lógicas que presidem a instalação de agências bancárias e permitem a concentração exacerbada desses fixos geográficos. Contudo, apenas o conhecimento dessas formas geográficas, sua quantificação e topologia de nada nos adiantariam se não investigássemos os fluxos de crédito e de depósitos, demonstrando as desigualdades resultantes do uso corporativo do território brasileiro. Por último, levantamos

dados e realizamos revisão bibliográfica que demonstra a consolidação da cidade de São Paulo como centro financeiro do território nacional.

Ao longo do **Capítulo III**, desenvolveremos a idéia de financeirização do território, para isso, faremos uma análise das estratégias e atividades de bancos múltiplos e financeiras, que se especializaram em atender o segmento de baixa renda e as implicações dessas atividades na constituição do espaço geográfico no Brasil contemporâneo.

No **Capítulo IV**, intitulado: “Algumas considerações a respeito do território na atualidade”, empreenderemos um esforço de síntese do que foi discutido no decorrer de todo o trabalho de pesquisa. Uma síntese que não tem pretensão outra que não seja a de contribuir, explicativa e criticamente, para a compreensão das injustas desigualdades às quais está sujeita a sociedade brasileira. E por último realizamos uma reflexão em torno da mais atual crise financeira mundial, ou seja, essa que se instala e se manifesta desde o final de 2008 até a presente data.

Capítulo I

CAPÍTULO I

A CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO E BANCÁRIO MODERNO

1.1 A (des)concentração bancária e a integração vertical do território brasileiro (1964 – 1988)

O Brasil conheceu, durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961), um ritmo acelerado do processo de industrialização, contudo, ajustado a um sistema de crédito em que prevaleciam formas de financiamento ainda do início do século XX (DIAS, 2005, p. 30).

Se esse sistema de financiamento anacrônico, qualificado pela sua incapacidade de promover financiamentos a longo prazo, era um problema para o desenvolvimento industrial e para a modernização do território, outro problema seria resolver a questão imprescindível referente à modernização dos sistemas de telecomunicações. Foi durante os governos militares (1964 -1980) que se iniciou a implantação dos mais modernos sistemas de telecomunicações. Empreendeu-se, a partir daí, todo um esforço para a remodelação e para a integração do território brasileiro via telecomunicações, bem como, as possibilidades da automação bancária. Em um curto espaço de tempo, os novos sistemas técnicos bancários possibilitaram a passagem do fazer mecânico para um o fazer automático⁸.

A conexão entre os lugares, via modernização das técnicas informacionais, mostrava-se uma etapa elementar para a realização das atividades do sistema financeiro, pois, somente dessa maneira, seriam possíveis a circulação de dinheiro, a oferta de crédito para a produção ou para o consumo e a drenagem dos fluxos monetários das regiões mais distantes para as regiões metropolitanas.

Contudo, o sistema financeiro não necessitava apenas da instrumentalização do território via sistemas de objetos técnicos fixos, mas também de um sistema técnico-normativo que pudesse viabilizar um sistema financeiro moderno.

Para tanto, a “Lei da Reforma Bancária” (Lei nº. 4.595, de 31.12.64) criou o Banco Central (BACEN) e o Conselho Monetário Nacional (CMN), bem como, aproximou o

⁸ Fábio B. Contel (2006, p.108 a 113) distingue os processos de evolução dos sistemas técnicos bancários em 4 fases: 1ª fase (1965-1970): gênese da automação bancária; 2ª fase (1970-1976): a introdução dos computadores nos sistemas de ação bancários; 3ª fase (1976-1980): a descentralização do processamento das informações bancárias; 4ª fase (início em 1980): processamento instantâneo das informações bancárias.

Sistema Financeiro Nacional (SFN) do modelo norte-americano, em que as instituições financeiras se especializam em diferentes serviços financeiros.

Ao Conselho Monetário Nacional (CMN) – órgão regulador máximo – coube, desde então, determinar as diretrizes gerais das políticas monetárias, creditícia e cambial; e ao Banco Central (BACEN) – órgão executivo central - cumprir as normas traçadas pelo CMN, bem como, zelar pelo bom funcionamento do Sistema Financeiro Nacional.

Considerando que toda ação é subordinada a normas “a realização do propósito reclama sempre um gasto de energia” (SANTOS, 1996, p. 64). Portanto, se nesse momento histórico (1964) o desenvolvimento do capitalismo no Brasil necessitava de uma reestruturação, tanto das bases técnicas como políticas, energias foram dispensadas para que esses novos órgãos normativos - BACEN e CMN - fossem criados para orientar propósitos certos, muito ligados à formação de um Estado capitalista.

David Harvey (2005), escrevendo a respeito da Teoria Marxista do Estado, afirma a importância do Estado dentro das sociedades capitalistas, na construção de estruturas, normas e instituições que possam ampliar o regime de acumulação e permitir o pleno desenvolvimento do capitalismo.

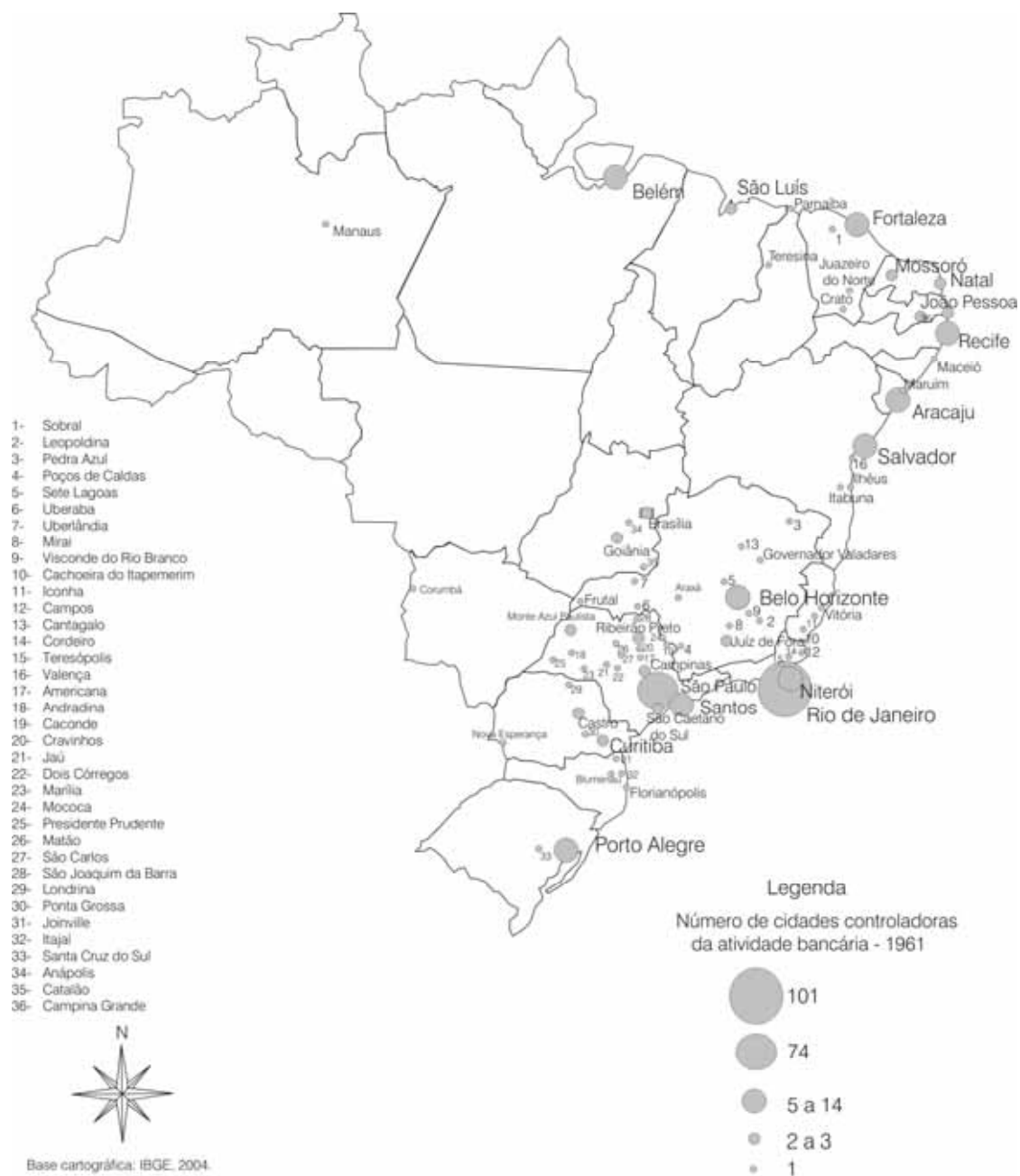
Como afirma Leila C. Dias (2005, p.33), “O objetivo da Lei 4.595 era mais do que uma simples reforma bancária: vislumbrava uma via brasileira de conquista de integração territorial”. A partir de então, a escala de atuação do sistema financeiro e bancário seria nacional, pois até então, a ação dos bancos regionais⁹ se dava apenas na cidade sede ou em sua hinterlândia, através de seus representantes.

Os bancos regionais anteriores à reforma bancária de 1964 eram inúmeros e davam nexos ao sistema bancário no período. “Entre os exemplos de expressivos bancos regionais citam-se o Banco Industrial de Campina Grande S.A., o Banco Agrícola de Sete Lagoas S.A., o Banco Segurança S.A. (Campinas) (...)” (CORRÊA, 1989, p.25). Havia ainda um número significativo de sedes bancárias em todo território nacional. Em 1961, eram 333 sedes instaladas em 77 centros urbanos. Isso devido ao sistema bancário ser, em grande parte, constituído por bancos regionais¹⁰.

⁹ “A distribuição espacial das sedes dos bancos estava, por sua vez, correlacionada a um outro aspecto fundamental. O sistema bancário caracterizava-se por ser constituído por bancos eminentemente regionais, isto é, que atuavam sobretudo, na hinterlândia da cidade em que se localizava sua sede” (CORRÊA, 1989, p.23).

¹⁰ Segundo CORRÊA (1989, p.20) nesse período “A metrópole carioca controlava 101 empresas bancárias, sendo seguida pela cidade de São Paulo com 74. Cinco outras cidades controlavam, cada uma, de nove a 14 bancos: Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife e Fortaleza. Com um número de bancos variando entre dois e sete, havia 18 cidades. Cada um dos demais 52 centros controlava um único banco”.

Mapa 1 / Cidades que abrigavam sedes bancárias em 1961



Como já dissemos, anterior à Reforma, a maior parte dos bancos atuava quase que exclusivamente por intermédio de sua sede, e os grandes bancos comerciais da década de 80 ainda estavam em processo de formação (CORRÊA, 1989, p. 21).

A força das normas editadas pelo Banco Central após 1964 poria dificuldades à concentração de agências bancárias nos maiores centros urbanos do país e passaria a encorajar a expansão do sistema para áreas desassistidas por meio das agências pioneiras (DIAS, 2005, p.34). Com isso, o Estado buscava a dispersão desses fixos geográficos, indispensável à integração do território e à ocupação das áreas periféricas do país.

Esta nova forma de organização territorial das agências também estimulou a redução gradativa do número de bancos, segundo Leila C. Dias, (2005, p.36) “entre 1964 e 1976 foram realizadas 205 incorporações e quinze fusões no país”.

Entre os inúmeros exemplos de incorporação estão aquelas que, em parte, possibilitaram transformar O Banco Itaú S.A., um banco regional com cerca de 70 agências em 1961, no segundo banco comercial privado do país, com cerca de 900 agências. Em diferentes momentos foram incorporados, entre outros, o Banco da América S.A., de São Paulo, o Banco Irmãos Guimarães S.A., Banco Andrade Arnaud S.A., e o Banco Português do Brasil S.A., esse banco por sua vez já tinha absorvido o Banco Novo Mundo S.A. que, anteriormente, absorvera o Banco do Vale do Paraíba S.A. Deste modo, através de uma cadeia de incorporações, o Banco Itaú S.A. amplia suas agências e sua ação territorial (CORRÊA, 1989, p.28).

Na medida em que as incorporações e fusões iam se sucedendo, os grandes bancos privados brasileiros iam se formando, com uma rede de agências cada vez mais numerosa e sedes concentradas em grandes cidades.

Em 1941, tínhamos 1.134 agências em todo o território nacional, sendo que, deste total, 512 eram sedes. Já em 1952, esse número era de 2.619 agências, sendo 408 sedes; em 1961, o país já contava com 5.247 agências, sendo, deste total, 333 sedes. Quando, em 1971, as agências chegavam a 7.679, deste total, apenas 145 correspondiam a sedes e, em 1985, das 15.070 que compunham uma constelação de agências, apenas 90 eram sedes de bancos (CORRÊA, 1989, p. 18). Dessas 90 sedes, a maior parte já se encontrava concentrada em uma única região, a região metropolitana de São Paulo.

Sabemos que os centros urbanos, desde a baixa Idade Média¹¹, são os lugares onde se localizam as atividades financeiras “uma cidade aparece como local da sede social de bancos comerciais, de investimentos de companhias, de arrendamento mercantil etc., enquanto outras, via de regra menores, constituem locais onde estão as agências subordinadas à sede, as filiais” (CORRÊA, 1989, p. 17).

Com isso, os grandes agentes do sistema financeiro estabelecem mecanismos de controle e uso do território, sendo esses:

- a) a captação de depósitos através da poupança e a drenagem desse recursos monetários para áreas centrais do sistema capitalista;
- b) empréstimos que controlam o desenvolvimento da região, impondo normas e técnicas, bem como o ganho gerado pela cobrança de juros;
- c) investimentos diretos e participação acionária nas empresas;
- d) finalmente, os descontos e cobranças relacionados às operações comerciais (CORRÊA, 1989, p. 18).

Nesse novo cenário de concentração das sedes bancárias nas metrópoles e dispersão das agências pelo território, a cidade de São Paulo se consolidou como principal centro de controle da atividade financeira no país. Em 1985, das 90 sedes bancárias que existiam no Brasil, 29 estavam localizadas na região metropolitana de São Paulo e apenas 08 na cidade do Rio de Janeiro, tradicional centro financeiro do país.

Quadro 1: Cidades controladoras da atividade bancária – 1985

Cidades	Número de sede de Bancos/ por cidade
Total	90
São Paulo (SP)	29
Rio de Janeiro (RJ)	8
Fortaleza (CE)	7
Belo Horizonte (MG) e Porto Alegre (RS)	6
Recife (PE)	4

¹¹ Ver: Lê Goff (1991).

Salvador (BA) e Goiânia (GO)	3
Curitiba (PR), Brasília (DF), Belém (PA) e Aracaju (SE)	2
São Luis (MA), Natal (RN), Vitória (ES), Florianópolis (SC), João Pessoa (PB), Juiz de Fora (MG), Mossoró (RN), Monte Azul Paulista (SP) Manaus (MA), Maceió (AL) Teresina (PI) Sete Lagoas (MG), Porto Velho (RO), Rio Branco (AC), Boa Vista (RR) e Cuiabá (MT).	1

Fonte: Roberto Lobato Corrêa (1989, p.27).

Além de concentrar a maioria das sedes de bancos nacionais, a região metropolitana de São Paulo já concentrava o maior número de sedes das instituições bancárias de capital internacional. Em 1984, de um total de 41 instituições financeiras de capital internacional, 28 delas estavam concentradas na região metropolitana de São Paulo, enquanto 13 estavam sediadas na região metropolitana do Rio de Janeiro. O número de escritórios de representações de bancos estrangeiros no país é um outro dado relevante, pois, já em 1984, 64% desses escritórios¹² encontravam-se na metrópole paulista.

Portanto, as normas editadas após a criação do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central possibilitaram uma considerável expansão do sistema financeiro pelo território, bem como, uma concentração dos pontos de comando desse sistema, garantindo o controle sobre o território, visto a importância que a disponibilidade de acesso às mais diferentes formas de dinheiro assume para o desenvolvimento econômico.

A progressiva consolidação da Região Metropolitana de São Paulo como centro de decisão do sistema bancário foi um fator essencial para o desdobramento de sua arquitetura, alinhando o centro metropolitano a um padrão internacional. Segundo Helena K. Cordeiro (1987, p.171), “Nesse processo o capital multinacional teve decisiva importância na transformação da residencial e prestigiosa Avenida Paulista da cidade de São Paulo no alinhamento vertical simbólico do poder de comando econômico de metrópole paulistana (Bonneval,1982) ”.

¹² “Representações de instituições financeiras estrangeiras são meros escritórios de representação que não devem ser confundidos com bancos de propriedade estrangeira. O BankBoston, por exemplo, é um banco múltiplo com sede no Brasil, mas é conhecido como banco estrangeiro por ser filial de uma instituição com sede no exterior. Já o American Express Bank mantém no Brasil um escritório, mas não está constituído como banco e, portanto, não pode realizar atividades bancárias no País” (MARTINS, 2002, p.35).

Maria Adélia de Souza (1986), ao estudar a apropriação do espaço urbano da Avenida Paulista, afirma que a arquitetura internacional adotada como referência nesse lugar demonstra de fato a presença do capital monopolista, representado pelos bancos, empresas multinacionais, federações patronais, que passam a se instalar na avenida, determinando um padrão de arquitetura que pode ser considerado como “a expressão maior da dependência brasileira hoje (...)” (SOUZA, 1986, p.149).

Outra questão a ser considerada a respeito da reestruturação do sistema financeiro pós 64 é a de que esse processo permitiu a atuação nacional dos bancos e financeiras que passaram a difundir no Brasil o consumo de massa.

As Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimentos, criadas a partir da especialização do sistema financeiro em diferentes segmentos econômicos, conheceram um expressivo crescimento: se em 1961 havia 100 “financeiras”, em 1964 elas passam a ser 146 (CONTEL, 2006, p.53). Especializadas no financiamento ao consumo, essas instituições financeiras, entre elas a Fininvest¹³, criada em 1961, vão ser responsáveis pela oferta de crédito direto ao consumo, possibilitando que a massa de trabalhadores operários que se formava no estado São Paulo tivesse acesso aos mais novos objetos técnicos do período.

1.1.1 Acréscimos técnicos ao território e o uso das novas tecnologias de informação (1964 a 1989)

A necessidade de uso de modernos macrosistemas técnicos de informação faria o sistema financeiro pressionar os governos para a sua instalação. Redes nacionais e internacionais de transmissão de dados e comunicação são acrescentadas ao território pós 64. Para tanto, em 16 de setembro de 1965, a Embratel é constituída como empresa pública e em 1969 é inaugurada a primeira Estação Terrena de Comunicações Via Satélite¹⁴, e iniciada no país a Discagem Direta à Distância (DDD), eventos esses que caracterizavam os primeiros passos para integração do território, via telecomunicações. Em 1973, a estatal brasileira implanta a Rede Nacional de Telex “envolvendo mil terminais em São Paulo e 855 no Rio de Janeiro. Um ano mais tarde, essa inovação difundia-se nas principais capitais, entre elas

¹³ Estudamos com maior detalhe a atuação da Fininvest no **Capítulo III**.

¹⁴ Na inauguração da Estação Terrena, localizada em Tanguá, no estado do Rio de Janeiro, foi transmitida, na ocasião, uma bênção especial do Papa Paulo VI, diretamente de Roma.

Fortaleza” (SANTOS & SILVEIRA, 2006, p. 74), alcançando em 1975 cinquenta localidades, e é nesse mesmo ano que entra em operação no Brasil o sistema de Discagem Direta Internacional (DDI), ligando, a partir de então, muitos lugares do país diretamente a vários lugares do mundo.

Ao mesmo tempo em que se constituíam sistemas de objetos para as telecomunicações, o crescente volume de depósitos e outras transações financeiras que ocorreram após 1961 determinaram a utilização da tecnologia de Centros de Processamento de Dados (CPD`s), exigindo a busca do melhoramento técnico, da automação.

Hindenburgo F. Pires (1997), periodizando os processos de automação bancária no Brasil, ressalta que até meados dos anos 70, o controle oligopolista na produção de computadores estava ligado a empresas de capital norte-americano e europeu. Segundo Pires (1997 p.68), “a IBM sozinha controlava, nesta mesma época, mais de 63% da produção de computadores no Brasil”.

De acordo com esse mesmo autor, a partir de 1970, a estrutura oligopolista se altera. Resoluções do Banco Central, esforços de comissões e secretarias, entre elas, o Conselho de Segurança Nacional - CSN - e das universidades brasileiras no desenvolvimento de tecnologia proporcionaram o surgimento da empresa estatal de computadores denominada Cobra – Computadores do Brasil S.A., que se destacava na produção de minicomputadores, dos quais os bancos eram os principais usuários. Dessa maneira, interessados no desenvolvimento de computadores, em meados da década de 70, os bancos tornam-se acionistas dessa empresa.

Apesar das inovações, tanto no campo das telecomunicações como no da informática, agregadas ao território, “a comunicação de dados e, sobretudo, a demanda de velocidade por parte das empresas exigiram novas respostas que, paralelamente, foram substituindo as técnicas anteriores” (SANTOS & SILVEIRA, 2006, p. 77), e por isso, durante a década de 80, a adoção de inovações é ainda maior: “em 1981 a Embratel cria a rede Transdata e no ano seguinte dá-se a extensão ao Brasil da rede de transmissão de dados da Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunications (Swift)”¹⁵ (DIAS, 2005, p.37). A integração do território brasileiro via rede Swift pode ser considerada, em grande parte, como responsável, desde os anos de 1980, pela frenética circulação monetária ¹⁶.

¹⁵ Hoje no Brasil 83 instituições financeiras utilizam a rede SWIFT, sendo que, destas 83 instituições, 25 são acionistas da empresa. (FEBRABAN, 2007).

¹⁶ “Atualmente, segundo dados da própria empresa, não são mais apenas os bancos seus principais clientes. Passam a se valer dessa rede outros atores financeiros, como corretores de valor (broker-dealers), gerentes de investimentos de grandes empresas e de fundos de pensão, câmaras de compensação de valores, entre outros. No ano de 2005, nada menos que 7.863 diferentes clientes (entre bancos e demais atores do mercado financeiro

O sistema Transdata¹⁷, constituído a partir de circuitos privados ponto-a-ponto, destinado a grandes usuários – cada um constituindo sua própria rede - seria um passo decisivo na formação de redes privadas de informação (CASTILHO, 1999).

Para os bancos, a instalação desses macrosistemas técnicos iria garantir a comunicação rápida e a circulação de dinheiro entre os lugares. Como afirma Leila C. Dias:

No Brasil, a difusão dos microcomputadores e a criação pela EMBRATEL em 1981 da rede TRANSDATA (Rede Nacional de Comunicação de Dados) permitiram as organizações tomarem pé num campo que ainda lhes escapava – aquele da comunicação instantânea com parceiros extramuros da fábrica ou da sede; em outros termos, a proximidade geográfica não é mais condição indispensável para transmissão instantânea das informações (DIAS, 2007, p.4).

O embricamento entre automação e informatização bancária é repleto de inovações. A rede nacional de comunicações de dados por pacotes (Rempac)¹⁸ seria uma outra novidade. Esta rede atenderia, a partir de centros localizados em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba e Brasília, via telefone, o resto do país (SANTOS & SILVEIRA, 2006, p. 78). Ainda em meados da década de 80, o lançamento dos satélites Brasilsat A1 e Brasilsat A2, com o objetivo de complementar o sistema de telecomunicações via satélite, seria fundamental para consolidar a integração do território pelas telecomunicações, permitindo que os bancos se instalassem em qualquer lugar do território nacional¹⁹ e ainda que o Brasil participasse de um mercado financeiro cada vez mais internacionalizado.

“Pioneiros no aluguel de *transponder* do Brasilsat 2 e com participação em empresas de equipamento informático, o Bradesco, o Itaú e o Bamerindus avançam rumo à creditização do território [...]” (SANTOS & SILVEIRA, 2006, p. 78).

global) faziam uso deste sistema técnico, abrangendo 204 países do planeta (SWIFT, 2006)” (CONTEL, 2006, p.195).

¹⁷ “O Transdata é um serviço prestado em todo o território, desde 1981 (Dias, 1995b:123), com alto grau de qualidade e confiabilidade. Entre as principais aplicações desse sistema estão a transmissão e recepção de arquivos digitais, o acesso a banco de dados, o acesso de terminais ao *Host* (sede da empresa e/ou nó principal da rede), a entrada remota de dados e as transações *on line*” (CASTILHO, 1999, p.175).

¹⁸ As aplicações do Rempac são: transferência eletrônica de fundos, automação da força de vendas, validação de cheques, automação comercial, home banking, home office, consultas/atualizações em banco de dados públicos (EMBRATEL, 2008).

¹⁹ “Através de uma rede técnica de base, constituída pela rede hertziana terrestre ligada ao sistema de telecomunicações via satélite – o lançamento dos satélites BRASILSAT I e II se deu em 1985 e 1986 – todos os serviços integraram-se nos domínios da informática. Assim, dependendo das telecomunicações, todo e qualquer ponto do território poderia ter bancos instalados” (CORDEIRO, 1991, p.25).

Vale lembrar que durante todo o desenvolvimento das novas tecnologias bancárias “o desenvolvimento das telecomunicações não teria sido possível sem avanços paralelos da informatização do território” (SANTOS & SILVEIRA, 2006, p.81).

É neste mesmo período que grandes bancos nacionais decidem por criar suas próprias empresas de computadores, voltadas à automação bancária. Em 1979, o banco Itaú S.A. funda sua própria empresa de informática, a Itaotec S.A. Em 1980, essa empresa desenvolve um terminal para uso direto de um cliente que seria a gênese dos modernos quiosques de auto-atendimento que conhecemos hoje. Em 1981, é inaugurada a agência central do banco Itaú, contando com sistema de automação totalmente desenvolvido pela Itaotec. Já em 1982, a empresa lança seu primeiro computador durante a “Feira Internacional de Informática”, bem como, coopera para instalação da 1ª agência piloto de automação bancária do Banco do Brasil e o primeiro ATM’s²⁰ instalado no Banco Itaú. Durante toda a década de 80 os progressos técnicos conquistados pela empresa foram inúmeros, difundindo inovações e sendo responsáveis em grande medida pela automação bancária no país.

Quando analisamos esse período, descobrimos que o processo de automação bancária da década de 80 passa a ser uma das metas principais do sistema financeiro.

Carlos Alberto Franco da Silva (1999), ao estudar o uso do território pelo banco Nacional S.A., considera como fatores que estimularam a automação bancária no Brasil os serviços de telecomunicações - telex, telefonia e satélites que a Embratel disponibilizou para uso dos bancos - bem como, o ambiente inflacionário da década de 80, a maior internacionalização do sistema financeiro e a participação dos bancos no financiamento do *déficit público*.

A eficiência da automação e das telecomunicações permitiu aos bancos, a partir da década de 80, a administração eficiente da mais longínqua agência em relação à sede. O processo de controle se dava por intermédio de uma rede complexa em que fluxos constantes de informações (ordens) da sede nacional seguiam para agências, sedes regionais, responsáveis por retransmitir as ordens para as sedes locais, situadas em cidades regionais importantes, que, por sua vez, retransmitiriam a ordem para uma agência subordinada, geralmente em uma cidade com menor importância econômica. Fluxos de crédito poderiam seguir a mesma lógica, bem como, os fluxos de depósitos, no entanto, esse último de maneira inversa.

²⁰ A sigla ATM’s refere-se aos terminais de auto-atendimento (*automated teller machines*).

Outro dado importante a ser considerado é a automação dos bancos de médio porte²¹, pois, se as conquistas tecnológicas dos grandes bancos ocorriam velozmente, os bancos de médio porte também precisavam adequar-se ao novo ambiente que se formava, por isso, “também introduziram inovações tecnológicas e se automatizaram” (PIRES, 1997, p.72).

“O passo decisivo nesse sentido foi a criação da empresa Tecnologia Bancária S.A., formada em 1989 por um conglomerado de mais de 36 instituições bancárias, três empresas de cartões de crédito e uma financeira para produzir ATM’s e implantar Remote BanKing (o Banco 24 Horas) (PIRES, 1997, p.72).

Contudo, como nos lembra Milton Santos (1996), apenas o desenvolvimento das redes técnicas não garantiria a fluidez que conhecemos hoje do dinheiro, das mercadorias e da informação. A busca pela fluidez está também relacionada às normas²².

A chamada desregulamentação dos mercados (que pode também, como nos alertou Milton Santos (1996), ser entendida como novas regulações) se inicia na década de 70, nos Estados Unidos e Inglaterra. A política econômica adotada por esses dois países vai, ao lado da difusão das inovações técnicas, constituir-se, ao longo da década de 80, como um dos principais vetores que condicionariam a reorganização do sistema financeiro no Brasil.

²¹ A classificação dos bancos como sendo de grande, médio ou pequeno porte é feita a partir da classificação por ativos totais.

²² “[...] a fluidez não é uma categoria técnica, mas uma entidade sócio-técnica. Ela não alcançaria as conseqüências atuais, se, ao lado das novas inovações técnicas, não estivessem operando novas normas de ação, a começar, paradoxalmente, pela chamada desregulamentação. A economia contemporânea não funciona sem um sistema de normas, adequadas aos novos sistemas de objetos e aos novos sistemas de ações, e destinados a provê-los de um funcionamento mais preciso. Na realidade, trata-se de normas constituídas em vários subsistemas interdependentes, cuja eficácia exige uma vigilância contínua, assegurada por uma legislação mundial, tribunais mundiais e uma polícia mundializada. Ao contrário do imaginário que a acompanha, a desregulação não suprime as normas. Na verdade, desregular significa multiplicar o número de normas” (SANTOS, 1996, p. 219).

1.2 Reorganização do sistema financeiro e bancário no Brasil (1988 – atual)

1.2.1 A Constituição Brasileira de 1988 e as novas normas para o sistema financeiro

É em meio à progressiva internacionalização das relações econômicas, liberalização financeira dos mercados nacionais, intensificação das novas regulações, e modernização crescente dos países subdesenvolvidos, que irá se desenhar a nova organização do sistema financeiro e bancário no Brasil.

As origens do processo de liberalização financeira estão ligadas às crises internas que EUA e Inglaterra enfrentavam nos anos de 1970, crises relacionadas a eventos como a quebra do acordo de Bretton Wood, o aumento da inflação interna e as crises internacionais do petróleo.

Nesse contexto, o Estado norte-americano passa a lançar títulos no mercado de crédito, numa tentativa de financiar seu *déficit*. Para tanto, as normas postas pelos países participantes de Bretton Wood em 1944, num consenso de que a proteção dos mercados nacionais era condição para estabilidade econômica, passam a ser entendidas, a partir da década de setenta, como ponto de ineficiência da economia, e por isso, inicia-se a elaboração de um novo consenso, agora em torno da liberalização financeira; essas idéias passaram a ser difundidas com maior rigor no Brasil no final da década de 80.

Nesse processo de progressiva liberalização financeira, todas as formas de controle de taxas de juros, do crédito e do movimento dos capitais foram sendo abolidas. Para tanto, o Banco Mundial e o FMI exerceram um papel importante, principalmente nos países do Terceiro Mundo, por intermédio de seus programas de reestruturação econômica²³. Esses governos financeiros globais foram adequando a economia de dezenas de países ao ambiente de liberalização financeira que se formava.

No Brasil, a nova constituição da república, promulgada em 1988, trouxe novidades para a reorganização do sistema financeiro. O artigo 192 da constituição de 1988 é um exemplo de normas que permitiram e permitem o uso do território pelas instituições financeiras de maneira cada vez mais livre. O sistema financeiro passa a ser regulado por leis

²³ “As medidas chamadas de “ajuste estrutural” trazem o alinhamento, a “submissão” de sociedades inteiras a um sistema global, cuja rentabilidade econômica e a prioridade da extroversão são referências supremas. Aos países devedores que buscam o FMI é imposta a supressão das subvenções aos alimentos, a elevação dos preços dos serviços, a redução do funcionalismo público, o arrocho salarial e a redução da renda de classe média (chamada por eufemismo “gestão minuciosa da demanda”); em poucas palavras “a verdade econômica”. A economia se reestrutura, e a sociedade paga os custos da operação” (CHESNEAUX, 1996, p.69).

complementares, que regem, entre outras coisas, a participação do capital estrangeiro dentro das instituições que compõem o sistema.

As normas políticas, implantadas como modo de regulação do período técnico-científico-informacional e responsáveis pela cooperação e disputa entre o Estado e o Mercado, viriam a complementar a perfeição dos sistemas de engenharia nos lugares, privilegiando por meio de uma neo-regulação os fluxos transnacionais de capital (SILVEIRA, 1997, p.37).

Normas políticas elaboradas a partir de 1988, em especial a resolução 1.524 do Conselho Monetário Nacional, facultaram às diversas instituições financeiras a organização em torno de uma única instituição, com personalidade jurídica própria, os chamados bancos múltiplos. Essa resolução facilitou a consolidação dos conglomerados financeiros, que já se formavam desde a década de 70²⁴, mas que, no entanto, ainda careciam de regulamentação normativa.

A topologia bancária também se altera com a extinção da necessidade de “cartas-patentes” para a abertura de novas agências. As “cartas-patentes” garantiam que não houvesse concentração cada vez maior nas áreas de maior densidade técnico-científico-informacional e asseguravam que os bancos estabelecessem nexos no território como um todo. O fim dessa exigência permitiu que os bancos desenvolvessem uma lógica de distribuição de suas agências sem nenhum critério público (CONTEL, 2006).

Essas novas normas também possibilitaram que empresas comerciais e industriais ingressassem no sistema bancário e passassem a concorrer com os bancos já consolidados, como é o caso do grupo Schahin²⁵, que funda em 1989 o Banco Schahin.

Se em 1986 o sistema financeiro contava com 105 bancos, esse número praticamente se mantém durante 3 anos, pois em 1988 eram apenas 106 instituições, contudo, em 1989, um ano após as inovações normativas, o número de bancos sobe para 179, chegando, em 1994, a atingir 246 instituições (CONTEL, 2006, p.144).

Como vimos, a partir de 1989, condições técnico-políticas possibilitaram o funcionamento de novos bancos, contudo, após 1994, essa trajetória seria interrompida devido a novas alterações normativas, macroeconômicas e de concorrência bancária, que viriam a se instalar.

²⁴ Analisamos em um artigo de nossa autoria, intitulado de “Topologias Bancárias no Período da Globalização” a formação do conglomerado Itaú e a lógica locacional de suas agências. Esse artigo foi apresentado no 1º Simpgeo e está disponível em: <http://www.rc.unesp.br/igce/simpgeo/1193-1207ricardo.pdf>.

²⁵ O grupo Schahin atua no território brasileiro há quatro décadas nas áreas de engenharia, desenvolvimento imobiliário, telecomunicações, concessões de energia, petróleo e gás e monitoramento de frotas, entre suas obras estão: o hospital Sírio-Libanês, obras civis e de infra-estrutura do projeto Sivan e implantação da rede de cabos submarinos de fibra óptica.

A liquidação de um grande número de bancos que ocorreu pós 1994 pode ser explicada, em partes, pela incapacidade dessas instituições de se adaptarem a um novo ambiente econômico e político de formulação de políticas antiinflacionárias.

Segundo Dias (2005, p.48), “O sistema financeiro e em particular o bancário se beneficiaram do cenário inflacionário, presente na economia brasileira desde a década de 1960”.

De acordo com essa mesma autora, “os bancos lucravam com as receitas obtidas mediante *floating* - recursos em trânsito – e com o desequilíbrio das contas públicas” (DIAS, 2005, p. 49).

No entanto, os planos econômicos de combate à inflação – Cruzado (1986), Verão (1989) e Collor I e II (1990 e 1991) – evidenciam as dificuldades do sistema bancário vigente para manter-se numa conjuntura de instabilidade da moeda. A baixa capacidade competitiva dos bancos fica patente com o fim do uso das receitas inflacionárias que majoravam os lucros e financiavam os investimentos (DIAS, 2005, p.49).

Nesse momento, o Banco Central recomenda aos bancos que se enquadrem nos critérios do Acordo de Basiléia²⁶. Segundo Junckes,

[...] dezenas de instituições bancárias enfrentaram problemas de enquadramento e fizeram desabar o senso comum de que o sistema bancário brasileiro era sólido, que estava preparado para a estabilização monetária e que os problemas estariam localizados prioritariamente no setor público. No segundo semestre de 1995, apresentaram-se insolventes o Banco Econômico, o Banco Nacional e logo em seguida o Banco Bamerindus (JUNCKES, 2007, p.27).

Assim é que muitos bancos seriam, pós 1994, liquidados ou incorporados a grandes conglomerados financeiros nacionais ou estrangeiros, contudo, como nos lembra Fabio B. Contel (2006, p.146), “A partir do Plano Real, uma série de alterações nos conteúdos normativos, técnicos e organizacionais do território também se instala, com repercussões sensíveis para a organização da atividade financeira no País”.

²⁶“Em 1987, uma convenção internacional sobre o sistema financeiro – o Acordo de Basiléia – reuniu na Suíça os dez países mais ricos do mundo (G-10) e estabeleceu o percentual de 8% como patamar mínimo de reservas de capital contra riscos de créditos ativos dos bancos. Em 17/8/1994, por meio da Resolução nº. 2.099, o Banco Central recomenda que as instituições financeiras se adaptem às regras de capitalização do Acordo de Basiléia” (DIAS, 2005, p.50).

1.2.2 Concentração bancária e uso do dinheiro público: o PROER

Em 1995, o Banco Central implanta o Programa de Estímulo à Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER). Segundo Junckes (2007, p.43) “foram autorizadas linhas de crédito, incentivos fiscais e benefícios tributários e legais para as instituições que sinalizavam problemas patrimoniais ou de solvência”. O custo do PROER, que tinha como objetivo “salvar” essas instituições, chegou a R\$ 43,3 bilhões, de acordo com relatórios da Comissão Parlamentar de Inquérito (a CPI dos Bancos).

O resultado do PROER foi o saneamento de sete instituições financeiras, entre elas, Banco Econômico, Nacional e Bamerindus, que mais tarde passaram a ser controladas pelos Bancos Excel, Unibanco, e HSBC, respectivamente.

O PROER resultou, portanto, num importante programa para promover a concentração bancária, como é o caso do Unibanco, que após a aquisição do Nacional passou a ter uma rede de 1.446 dependências no Brasil, cerca de 2,1 milhões de clientes e 1,4 milhão de portadores de cartão de crédito, permitindo uma considerável mudança de escala na abrangência no uso do território brasileiro.

Quando analisamos as conseqüências do PROER na dinâmica do território brasileiro, vemos que esses três principais bancos que sofreram intervenções do governo - Econômico Nacional e Bamerindus - eram instituições com grande importância do ponto de vista regional.

Com sede na cidade de Salvador (BA), Curitiba (PR), e Belo Horizonte (MG), os Bancos Econômico, Bamerindus e Nacional eram, respectivamente, os últimos grandes bancos privados com sede fora da Região Metropolitana de São Paulo. De acordo com Fabio B. Contel (2006, p.191) “um dos principais resultados concretos do PROER foi, portanto, a diminuição daquilo que Roberto Lobato Corrêa (1989, 2006) denominou de ‘centros de gestão da atividade bancária’”. Comprados por bancos com sede em São Paulo ou, no caso do Bamerindus, comprado pelo HSBC, com sede em Londres, na Inglaterra, o processo de concentração das sedes bancárias se torna ainda mais significativo.

Mais uma vez, através de Programas de Estado, o movimento de concentração das atividades financeiras leva a Região Metropolitana de São Paulo a ganhar poder de comando, decisão e controle do sistema.

1.2.3 Racionalidades globais e a desestatização dos bancos públicos: O PROES

A imposição de normas globais levou, durante a década de 90, o território brasileiro a conhecer processos de privatizações tanto dos sistemas de engenharias, como dos sistemas de serviços.

Com o início do governo Collor (PRN)²⁷ (1990/1991), uma esfera favorável de aprovação social de tal processo de privatização foi sendo criada a partir do discurso de que o Estado é ineficiente, e até mesmo um entrave, para o desenvolvimento econômico do país.

Os crescentes custos do Estado para a manutenção de empresas consideradas deficitárias foram o argumento principal para as privatizações. Segundo os tecnocratas e intelectuais alinhados ao governo neoliberal, com a venda das empresas públicas, seria possível o país alcançar o *superávit* primário, tão necessário à superação da “crise”.

Os bancos públicos estaduais, responsáveis por emitirem títulos da dívida pública para financiar atividades da esfera estadual e municipal, foram considerados pilares da instabilidade econômica. Diante desse quadro, o Governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB²⁸) decreta, por meio da Medida Provisória nº. 1.514 de 07/08/1996, o início do PROES: Programa de Incentivo à redução do Estado na Atividade Bancária. Segundo Fabio B. Contel (2006, p.178), “Com o PROES, os governadores passam a contar com a possibilidade de terem suas dívidas financiadas pelo Governo Federal, num prazo mais longo. Em contrapartida, teriam de se desfazer de seus bancos”.

Com isso, as instituições Banacre (AC), Banap (AP), Bandern (RN), BDRN (RN), Bmat (MT), Beron (RO), CaixaGO (GO), MinasCaixa (MG), Produban (AL) sofreram liquidação ordinária entre 1996 e 2002 e, nesse mesmo período, o Baner (RR) foi extinto (CONTEL, 2006, p.179).

Ainda como opção, os governos estaduais poderiam, no âmbito do PROES, criar agências de fomento, para trabalhar com recursos oriundos de programas de desenvolvimento específicos. De acordo com Contel (2006), as agências de fomento trazem em sua constituição algumas desvantagens em relação aos bancos públicos estaduais, uma vez que:

²⁷ Partido da Reconstrução Nacional

²⁸ Partido da Social Democracia Brasileira.

Em primeiro lugar, como não são autorizadas por lei a estender uma rede de captação de depósitos, funcionam apenas como uma agência (que é também sede da instituição) [...] Além da questão da topologia, há também uma restrição “funcional” das Agências de Fomento, em relação aos bancos comerciais estaduais. Os recursos dos quais passam a dispor as Agências são basicamente recursos repassados de instituições nacionais (BNDES) e internacionais (Banco Mundial). Na maior parte das vezes, esses repasses ou empréstimos já vêm com uma destinação específica, planejada em contextos que não têm relação direta com as realidades regionais sobre as quais têm que trabalhar as Agências. Um exemplo deste ‘controle externo’ do financiamento é a destinação de vários financiamentos do Banco Mundial para a construção de ‘Arranjos Produtivos Locais’ (SALVIANO Jr., 2004), nas áreas de atuação das referidas instituições (CONTEL, 2006, p.180 e 181).

A privatização dos bancos estaduais, prevista pelo Programa de Incentivo à redução do Estado na Atividade Bancária (PROES), num curto período de tempo, promoveu a venda de 12 bancos públicos para grandes conglomerados estrangeiros ou nacionais, contribuindo sobremaneira para o processo de concentração bancária no Brasil.

Quadro 2 / Bancos estaduais privatizados / Brasil 1997-2004

Bancos estaduais	Bancos adquirentes	Ano do leilão
Banco do Estado do Rio de Janeiro	Itaú	1997
Banco de Crédito Real de Minas Gerais	BCN/Bradesco	1997
Banco Meridional do Brasil	Bozano Simonsen	1997
Banco do Estado de Minas Gerais	Itaú	1998
Banco do Estado de Pernambuco	ABN/Amro	1999
Banco do Estado da Bahia	Bradesco	2000
Banco do Estado do Paraná	Itaú	2000
Banco do Estado de São Paulo	Santander	2001
Banco do Estado da Paraíba	ABN/Amro	2001
Banco do Estado de Goiás	Itaú	2001
Banco do Estado do Amazonas	Bradesco	2002
Banco do Estado do Maranhão	Bradesco	2004

Fonte: Leila C. Dias (2005, p. 54).

A compra dos bancos estaduais consolidou a posição do Bradesco e Itaú como os maiores bancos privados do Brasil e garantiu a entrada eficaz de novos grupos financeiros estrangeiros no território.

Estima-se que cerca de R\$ 47 a R\$ 60 bilhões do dinheiro público foram gastos com o PROES, confirmando a tese de que o Estado não é mínimo, uma vez que, direciona bilhões de reais em recursos para atender a política das empresas. Portanto, como afirma Mirlei F. Pereira (2007, p.154) “não se trata da “morte” do Estado e nem mesmo do seu enfraquecimento, visto que os Estados continuam agindo e a política se torna elemento essencial ao funcionamento e regulação do território e do trabalho nele realizado”.

Marilena Chauí (2004), ao analisar as conseqüências da política neoliberal e suas relações com o fundo público no Brasil, afirma que:

[...] o neoliberalismo não é, de nenhuma maneira, a crença na racionalidade do mercado, o enxugamento do estado e a desapareição do fundo público, mas a posição, no momento vitoriosa, que decide cortar o fundo público no pólo de financiamento dos bens e serviços públicos (ou do salário indireto) e maximizar o uso da riqueza pública nos investimentos exigidos pelo capital, cujos lucros não são suficientes para cobrir todas as possibilidades tecnológicas que ele mesmo abriu (CHAUI, 2004, p.102).

As privatizações bancárias no Brasil confirmam a tese de Chauí. Toda a política no Brasil contemporâneo passa a ser direcionada para o uso dos recursos públicos em favor da construção de estruturas territoriais vantajosas às grandes empresas hegemônicas, destinando os recursos da nação para isso, enquanto milhões de homens são deixados no mais completo abandono em cidades (ou partes delas) caóticas e inabitáveis, ou nos campos mais remotos, todos eles verdadeiros “lugares letárgicos”²⁹ (SILVIERA, 1994).

²⁹ Maria Laura Silveira (1994) propõe falarmos em lugares letárgicos quando discute os conteúdos da regionalização e da modernização. Para a autora, há lugares que, alheios à modernização, abrigam uma escassa vida de relações e infra-estrutura básica insuficiente; lugares esses onde estão presentes formas e ações fossilizadas.

1.2.4 Inovações do período técnico-científico-informacional: fluidez das informações e controle eficiente do território (1990 - atual)

A década de 90, além de ser marcada por novas dinâmicas políticas, responsáveis por transformar profundamente os conteúdos normativos do território, é também o momento histórico em que novas tecnologias da informação são incorporadas, e novos sistemas de objetos passam a proporcionar aos agentes hegemônicos da economia um controle ainda mais eficiente do território.

Para Milton Santos e Maria Laura Silveira (2006, p.86), constantemente “Emprende-se um programa de investimentos em infra-estrutura para oferecer as condições materiais necessárias ao processo de transformação do território nacional em um espaço da economia global”.

Com objetivos claros, grandes conglomerados industrial-financeiros incidem uma corrida para o domínio das redes técnicas de telecomunicações, como a fibra óptica e a telemática para, com isso, tornarem a circulação de informações, um dos principais insumos do período atual, ainda mais eficiente, segundo os seus interesses.

Para tanto, neste período (início da década de 90), entra em operação o primeiro trecho da Rede Nacional de Fibras Ópticas, interligando a cidade do Rio de Janeiro à cidade de São Paulo. Um ano mais tarde, são ativados os sistemas internacionais de cabos submarinos de fibras ópticas, chamados de Américas I, Columbus II e Unisur, ligando o Brasil aos demais países da América, bem como à Europa e à Ásia.

E é ainda na década de 90 (1996) que conhecemos a chegada da internet comercial, marcando uma nova etapa na integração do território, via telecomunicações.

Contudo, poucos anos mais tarde, após todos esses investimentos feitos pelo Estado, a Embratel é privatizada (1998), passando, portanto, o controle das telecomunicações aos domínios de alguns poucos conglomerados, na sua maioria, estrangeiros.

Após as privatizações, os investimentos continuaram e a rede de fibras ópticas da Embratel (agora sob controle privado) atinge 29 mil quilômetros. No domínio das tecnologias de satélite é criada a empresa subsidiária Star One, que passa a direcionar seus serviços para atender os lugares onde a rede de fibras ópticas ainda não foi implantada.

Dentro desses planos de investimentos cabe destacar que, em 2007, frente às novas dinâmicas territoriais da região norte do país, a Embratel implanta, a partir da faixa de domínio da BR 319, um sistema pioneiro de comunicação por fibra óptica, que perpassa toda

a região amazônica e interliga duas capitais, Manaus (AM) e Porto Velho (RO), à rede nacional de fibra óptica.

Os investimentos realizados pelos bancos no desenvolvimento e manutenção de tecnologia de automação e operação informatizada conhecem ano a ano uma grande expansão. Em 2003, o setor bancário desembolsou em torno de R\$11,5 bilhões para a realização dessa atividade (RODRIGUES, 2007, p.309); em 2007 o montante de dinheiro gasto com tecnologias da informação alcança um total de quase R\$ 15 bilhões³⁰.

Participando da modernidade técnica, o território brasileiro passa a unir-se de forma instantânea ao mercado mundial. “Arrastados pela sucessão dos fusos horários e pela interconexão de computadores, o mercado financeiro mundial funciona as 24 horas do dia em instantânea onipresença” (CHESNEAUX, 1996, p.64).

Podemos afirmar que os bancos consolidam nesse período a unificação de suas técnicas informacionais. Maria Laura Silveira (1997, p. 36), ao refletir a respeito dos modos de regulação, assevera a importância da regulação dos sistemas técnicos por intermédio das *normas técnicas*, que visam gerenciar a esfera técnica tornando-a eficaz aos agentes hegemônicos. A unicidade da técnica, compreendida como a unificação dos sistemas técnicos hegemônicos, que formam atualmente um conjunto de instrumentos que operam de forma conexa (SANTOS, 1996, p.155), não se realizaria sem a normatização técnica dos sistemas.

O fenômeno da onipresença do mercado de capitais, proporcionado pelo uso dos sistemas técnicos, garantiu um controle cada vez mais eficaz do território, uma vez que, de qualquer parte do mundo e a qualquer momento, novas ordens podem ser transmitidas e executadas, sem que os lugares possam resistir ou decidir a respeito do conteúdo da ordem.

Essa nova onda de difusão do meio técnico-científico-informacional e o conseqüente uso seletivo desse meio geográfico pelo sistema financeiro e bancário no Brasil, associado às condições políticas neoliberais, resultaram num adensamento técnico financeiro nunca visto na Região Concentrada, sobretudo no estado de São Paulo e em sua capital, que se consolidou como centro financeiro do território nacional. Procuramos, no capítulo seguinte, analisar essas questões para, com isso, construirmos um quadro da atual configuração do território usado pelo sistema financeiro no Brasil.

³⁰ Ver: Febraban (2007).

Capítulo II

CAPÍTULO II

DENSIDADE E RAREFAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NA ATUALIDADE: desigualdades territoriais e interesses corporativos no uso do território brasileiro

2.1 Introdução

As transformações na dinâmica do processo de acumulação do capital, ocorridas a partir dos anos 70 no Brasil, muito ligadas, ordenadas segundo as transformações na dinâmica econômica mundial, acabam, do ponto de vista das dinâmicas territoriais, resultando em aprofundamento dos desequilíbrios regionais, já que o território, organizado também segundo os mesmos interesses (privados), acaba por constituir-se em um meio técnico-científico e informacional seletivamente funcional às atividades hegemônicas do capital e da política, também mundiais.

Estamos chamando de *meio técnico-científico-informacional* as manifestações geográficas decorrentes dos mais novos sistemas técnicos, cujos subsistemas de objetos técnicos tendem a ser, ao mesmo tempo, técnicos e informacionais, “já que graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles surgem como informação; e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação” (SANTOS, 1996, p.190).

Esse novo meio técnico-informacional é usado e serve principalmente ao capital hegemônico do sistema financeiro e se instala no território para, exatamente, servir aos seus próprios desígnios.

A formação do território brasileiro é uma história de desigualdades. Desigualdades sócio-econômicas que se expressam primeiro como desigualdades territoriais – a desigual repartição do trabalho e da riqueza, responsável também por uma histórica tensão política. É dessa desigual repartição dos recursos territoriais e do uso corporativo do espaço da nação que resta um território alienado para maior parte da sociedade brasileira.

A formação de uma nova configuração do território usado pelo sistema financeiro, consolidada a partir dos anos 90, acentuou as graves desigualdades regionais existentes no Brasil.

Essas desigualdades regionais podem ser identificadas empiricamente segundo as densidades técnico-políticas de cada região, pois “o território mostra diferenças de densidades quanto às coisas, aos objetos, aos homens, ao movimento das coisas, dos homens, das informações, do dinheiro e também quanto às ações” (SANTOS & SILVEIRA, 2006, p.260). É no território que encontramos maior ou menor presença de próteses, maior ou menor densidade de dinheiro, maior ou menor acesso ao crédito, maior ou menor presença do Estado (SANTOS & SILVEIRA, 2006, p.261).

Entre outras variáveis, a presença das agências bancárias nos lugares pode também nos mostrar como há um uso seletivo do território, aprofundamento das injustas desigualdades às quais está sujeita a sociedade brasileira e, conseqüentemente, as tensões políticas daí decorrentes. Presente como um sistema de objetos geográficos animados por sistemas de ações, esses fixos seletivamente instalados no território nacional e seus respectivos fluxos impõem uma dinâmica ao território, cujo ritmo segue àqueles interesses das grandes corporações do sistema financeiro.

Pierre Monbeig já assinalava a importância dos estudos sobre a organização bancária no Brasil, mostrando que “as organizações bancárias fazem parte do conjunto de elementos que constituem um complexo geográfico” (MONBEIG, 1957, p.29).

Para Monbeig (1957), o capital empregado nas regiões deve ser considerado como um dos fatores essenciais para o entendimento das transformações que ocorrem na paisagem, portanto, o entendimento da lógica de atuação dos bancos revela como “[...] sua ação financeira, pelas atividades que nascem e vivem com seu auxílio, pelas relações que estabelecem e mantêm, concorrem poderosamente para animar a vida regional”. Portanto, nos diz Monbeig, importa “[...] examinar o volume dos negócios de cada banco [...], indagar qual o volume médio dos depósitos e dos empréstimos” (MONBEIG, 1957, p.224).

Para Jean Labasse (1974, p.54) “A densidade bancária é definitivamente a expressão do grau de desenvolvimento da economia monetária”³¹. Esse autor, em sua obra *L'Espace Financier*, demonstra em um dos capítulos as densidades bancárias encontradas na Europa, como na África, apontando densidades muito desiguais. Em 1966, a Suíça possuía 1 guichê

³¹ “La densité bancaire est en définitive l’expression du degré de développement de l’économie monétaire” (LABASSE, 1974, p.54)

bancário para cada 1.200 mil habitantes, enquanto, no Senegal, em 1970, a densidade era de 1 guichê para cada 134. 000 mil habitantes (LABASSE, 1974, p.52).

Milton Santos e Maria Laura Silveira (2006, p.185) afirmam que as expansões e retrações do sistema bancário nacional seriam uma manifestação do comando do subsistema financeiro sobre a economia, bem como, comando do território, já que a produção e o consumo se tornam cada vez mais dependentes das condições e da oferta de crédito.

O sistema financeiro nacional, nesta contemporaneidade, certamente exerce função de comando, pois, até mesmo políticas de desenvolvimento, ditas públicas, estão sendo administradas pelo sistema³².

Isso certamente nos ajuda a explicar a expansão do sistema financeiro, tanto para os lugares de já alta densidade técnica e informacional, bem como, alcançando já as regiões em que hoje se instalam as mais modernas atividades agrícolas – a região central do Brasil³³, visto que as instituições bancárias respondem, em grande medida, pelo sistema de circulação e movimento do dinheiro no país.

Procuraremos, ao longo deste capítulo, demonstrar a densidade de agências, depósitos, crédito e, por fim, assegurar a idéia de que a cidade de São Paulo é o centro financeiro do

³² Entre os programas do governo federal administrados pelo BNDES, encontramos programas agropecuários, industriais, sociais e de desenvolvimento regional. Procuramos listar alguns desses programas: **Agropecuários** - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF / Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras MODERFROTA / Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem MODERINFRA / Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais - MODERAGRO / Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas – PROPFLORA / AGRÍCOLA 2008 / **Industriais** - Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde – PROFARMA / Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – FUNTTEL / Programa para o Desenvolvimento da Indústria de Software e Serviços de Tecnologia da Informação - PROSOFT / Programa de Apoio ao Fortalecimento da Capacidade de Geração de Emprego e Renda - PROGEREN / Programa FINAME de Modernização da Indústria Nacional e dos Serviços de Saúde - FINAME-MODERMAQ / Programa de Apoio à Implementação do Sistema Brasileiro de TV Digital Terrestre – PROTVD. **Sociais** - Programa de Microcrédito / Programa de Apoio à Consolidação de Empreendimentos Autogestionários / Programa Caminho da Escola / Programa de Financiamento à Aquisição de Veículos de Transporte Escolar - PROESCOLAR **Regionais** - Programa de Dinamização Regional - PDR (BNDES, 2009).

³³ Alta Floresta (MT), com população em torno de 49.140 habitantes, contava, em 2007, com 5 agências bancárias e, segundo dados do IBGE, efetuou operações de crédito da ordem de R\$ 125.609.639. Em Sinop (MT), que no mesmo ano abrigava uma população de 105.762 habitantes e nove agências bancárias, as operações de crédito em 2007 chegaram a R\$ 401.025.015,12. Sorriso (MT), com uma população de apenas 55.134 mil habitantes e 6 agências, concedeu R\$ 490.873.373,71 de crédito. Essas elevadas operações de concessão de crédito nessas cidades se assemelham e até mesmo superam valores concedidos em cidades industriais do interior de São Paulo, como Rio Claro (SP), que, com população em torno de 185.421 habitantes e vinte agências bancárias, concedeu, em 2007, R\$ 351.660.639,89 em crédito. Ou ainda, Araras (SP), com 108.689 habitantes e 12 agências bancárias, onde as operações de crédito foram da ordem de R\$ 252.272.694,14. (IBGE/CIDADES, 2008).

território brasileiro, uma vez que as densidades financeiras encontradas na capital paulista na atualidade são muito superiores às de qualquer outro estado da federação.

Para fazermos tal análise, usamos a regionalização proposta por Milton Santos e Maria Laura Silveira (2006), na obra “O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI”, em que o território brasileiro pode ser regionalizado segundo a difusão diferencial do meio técnico-científico-informacional e heranças do passado, o que torna possível delimitar quatro grandes regiões, sendo elas: a Região Concentrada, Nordeste, Centro-Oeste e a Amazônia. **(Mapa2)**

Mapa 2 / Meio técnico-científico-informacional e as regiões do Brasil – 1999



2.2 Densidade e rarefação das agências bancárias no território brasileiro

Hoje, as agências bancárias formam uma rede complexa que dá suporte ao processo de travessia e permanência de fluxos financeiros em todo o território nacional. Por meio da

rede de agências³⁴, os bancos captam os capitais presentes em cada lugar, e são elas que permitem que a intermediação financeira se desenvolva.

Além da captação, esse sistema de agências tem a função de conduzir fluxos de dinheiro para os lugares, fator este que pode explicar sua maior ou menor presença no território, considerando que a sua instalação está, entre outros fatores, determinada pelo dinamismo econômico do lugar.

Entre 1972 e 1996, houve um crescimento de 110% no número de agências bancárias distribuídas no país, perfazendo uma constelação de 16.224 agências bancárias em 1996. Dez anos mais tarde, em 2006, esse número alcançaria a marca de 17.743 e em 2007, 18.308 agências.

Diante destes números, pode-se afirmar que “essa expansão foi, em grande parte, comandada pelos bancos privados, que se alastraram pelo território em virtude das oportunidades de financiar uma produção e uma circulação altamente dependente de capitais adiantados” (SANTOS & SILVEIRA 2006, p.186).

Contudo, apesar desse vertiginoso crescimento no número de agências e a expansão para áreas de ocupação periférica, possível, sobretudo, pelas conquistas da técnica, da ciência e da informação, o território brasileiro ainda apresenta, neste início de século, grandes desigualdades, pois, como diz Georges Benko “somente algumas regiões são ganhadoras” (BENKO; LIPIETZ, 1994).

A reorganização do sistema bancário, iniciada após 1988, e o ajuste dos bancos a uma economia com índices baixos de inflação resultaram, segundo Leila C. Dias (2005, p.58), numa configuração espacial muito mais seletiva, sobretudo no interior das regiões mais pobres do país, especialmente Norte e Nordeste, onde vastos territórios foram completamente varridos do mapa bancário.

Essas regiões mais pobres e menos povoadas voltariam a ser interesse do sistema financeiro somente diante da possibilidade normativa de novas formas de topologia bancária: os correspondentes bancários, as lojas de crédito e o banco postal³⁵.

³⁴ “O principal canal de distribuição de nossos serviços bancários é a rede de agências. Além de oferecer serviços bancários no varejo, as agências servem como uma rede de distribuição para todos os outros produtos e serviços que oferecemos aos clientes, inclusive serviços de processamento de pagamentos e cobrança, serviço bancário “private” e produtos de gestão de ativos. Os serviços de arrendamento mercantil são comercializados através de canais operados pela rede de agências, assim como diretamente através da subsidiária integral Bradesco BCN Leasing. A Bradesco Corretora e a Bradesco Consórcios também comercializam seus serviços de corretagem, negociação e consórcio através das agências, assim como a Bradesco Vida e Previdência e a Bradesco Capitalização comercializam seus produtos utilizando este importante canal de distribuição” (BRADESCO, 2008).

A tabela 01 demonstra esse grande desequilíbrio regional, em que a Região Concentrada, formada pelos estados de Santa Catarina (884 agências), Rio Grande do Sul (1.473 agências), Paraná (1.275 agências), São Paulo (6.017 agências), Rio de Janeiro (1.721 agências), Espírito Santo (374 agências) e Minas Gerais (1.874 agências) concentrava, em 2007, 13.618 agências, 76,75% da totalidade da rede de agências bancárias do país.

Tabela 1: Densidade de agências bancárias por Regiões / Brasil – 2007

Região	Número de agências
Concentrada	13.618
Nordeste	2.600
Centro-Oeste	1.463
Amazônia	627
Total	18.308

Fonte: IBGE/ Estados - 2007.
Org. Ricardo A. Scherma

Mesmo que grande parte da população brasileira, cerca de 57%, habite os estados da Região Concentrada, a densidade de agências por habitante nessa região continua sendo maior do que em outras regiões do Brasil.

Tabela 2: População e número de agências por Regiões / Brasil

Regiões	População aproximada (2005) em milhões	Número de agências (2007) Em milhares
Concentrada	105.422.000	13.618
Nordeste	51.014.000	2.600
Centro-Oeste	14.324.000	1.463
Amazônia	13.390.000	627
Total	184.150.000	18.308

Fonte: IBGE/Estados 2005e 2007 / Org. Ricardo A. Scherma

³⁵ Tratamos a respeito dessas novas topologias bancárias de maneira especial no **Capítulo III** desta dissertação.

Calculamos o número de agências bancárias por habitantes segundo as regiões do Brasil e encontramos densidades muito desiguais.

A Região Concentrada apresenta a densidade de 1 agência para cada 7.741 habitantes, sendo a região do país com maior número desses fixos geográficos por habitante, seguida pela Região Centro-Oeste, que apresenta a densidade de 1 agência para cada 9.790 habitantes. As maiores rarefações, no entanto, encontram-se nas Regiões da Amazônia e Nordeste, em que é possível constatar 1 agência para cada 21.355 habitantes e 19.620 habitantes, respectivamente. Nestas Regiões, o número de agências por habitantes é quase três vezes menor em relação à densidade constatada na Região Concentrada.

2.3 Densidade e rarefação do crédito em sub-espacos do território brasileiro

No Brasil contemporâneo, bem como no mundo, graças aos complexos sistemas de objetos técnicos e ações, fluxos materiais e imateriais circulam intensamente e dinamizam a vida de relações entre os lugares.

As empresas financeiras são muito responsáveis pela promoção generalizada de desintegrações, desigualdades e seletividades territoriais. Agentes hegemônicos da economia mundial, as empresas financeiras impõem e regem, segundo seus próprios ritmos, a dinâmica do modo de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo.

No comando dos processos produtivos, comando orquestrado segundo a lógica geral de maior aplicação financeira em um número cada vez menor de lugares, selecionados segundo essa mesma lógica concentradora e centralizadora do poder econômico, esses agentes hegemônicos do sistema financeiro terminam por fragmentar ainda mais os territórios nacionais (ARROYO, 1999, p.25).

Márcio Cataia, a respeito das desigualdades e a tecnificação do território brasileiro, afirma que:

Em todas as escalas o signo monetário está presente: organizando ou desorganizando o território. Maiores investimentos em um lugar podem significar maior produtividade espacial e inserção na discursada modernização. Menores investimentos ou mesmo ausência podem significar a estagnação, o desemprego (CATAIA, 1996, p. 173).

As decisões políticas de, a qualquer custo, instrumentalizar o território como recurso para atrair capitais e inserir-se econômica e competitivamente no mercado mundial, têm reforçado as já históricas desigualdades regionais. Seguindo a lógica da competitividade e seletividade do novo modo de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, as políticas de concessão de crédito, sejam aquelas disponibilizadas pelo Estado através de programas de desenvolvimento do BNDES, ou o crédito disponibilizado pelos conglomerados financeiros privados³⁶, são políticas diretas dos investimentos para determinadas atividades e lugares que lhes são vantajosos, ignorando todos os demais lugares e demandas sociais.

A seletividade territorial na concessão dos créditos possibilitou, por exemplo, a modernização da agricultura e da pecuária, que se inicia no Brasil a partir da década de 70, processo esse que resultou na constituição de um meio geográfico desigual, pois “foi induzida - pelos interesses dos grupos hegemônicos - e concentrada em algumas propriedades e regiões” (RAMOS, 2001, p.384).

Podemos tomar também como exemplo hoje o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que em 2006 destinou mais uma vez à Região Concentrada, ao Pará, Maranhão e Bahia, 71,9% do montante de seus recursos e 54,2% dos contratos³⁷, afirmando, portanto, mesmo em um programa destinado à agricultura familiar, a seletividade dos investimentos.

As operações de financiamentos via BNDES³⁸ seguem a mesma lógica: em 2007 o desembolso anual do sistema BNDES foi de 37,581 bilhões de reais, destinados à região Sudeste, 12,772 bilhões à região Sul, 5,754 bilhões de reais à região Centro-Oeste, 5,332 bilhões de reais ao Nordeste e 3,460 bilhões de reais à região Norte do país. Do total dos desembolsos, apenas 6,048 bilhões de reais foram destinados a micro e pequenas empresas, 6,078 bilhões de reais às empresas de médio porte e 3,939 bilhões de reais a pessoas físicas, sendo destinados às grandes empresas 48, 825 bilhões de reais.

Considerando a desigual distribuição e concessão de crédito, ficam evidentes as persistentes e cada vez mais profundas desigualdades entre as regiões brasileiras (**Tabela 03**).

³⁶ Segundo o Banco Central do Brasil (2006), os bancos privados aumentaram a sua participação no financiamento agrícola de 32,9%, em 2005, para 40,9% em 2006.

³⁷ Fonte: Banco Central do Brasil (2006).

³⁸ Dados disponíveis em: <http://www.bndes.gov.br/estatisticas/download/Int2%201D%20a%20porte.pdf> e <http://www.bndes.gov.br/estatisticas/download/Int2%201D%20a%20regiaoUF.pdf>. Acessos em 09/05/2008.

Tabela 3: Operações de crédito por Regiões / Brasil - 2007

Região	Total das operações de crédito (2007)(em R\$)	% em relação ao total nacional
Concentrada	712.683.249.754,08	84,30
Nordeste	51.164.936.953,04	6,06
Centro-Oeste	69.220.060.479,17	8,19
Amazônia	12.250.571.187,08	1,45
Total	845.318.818.373,37	100

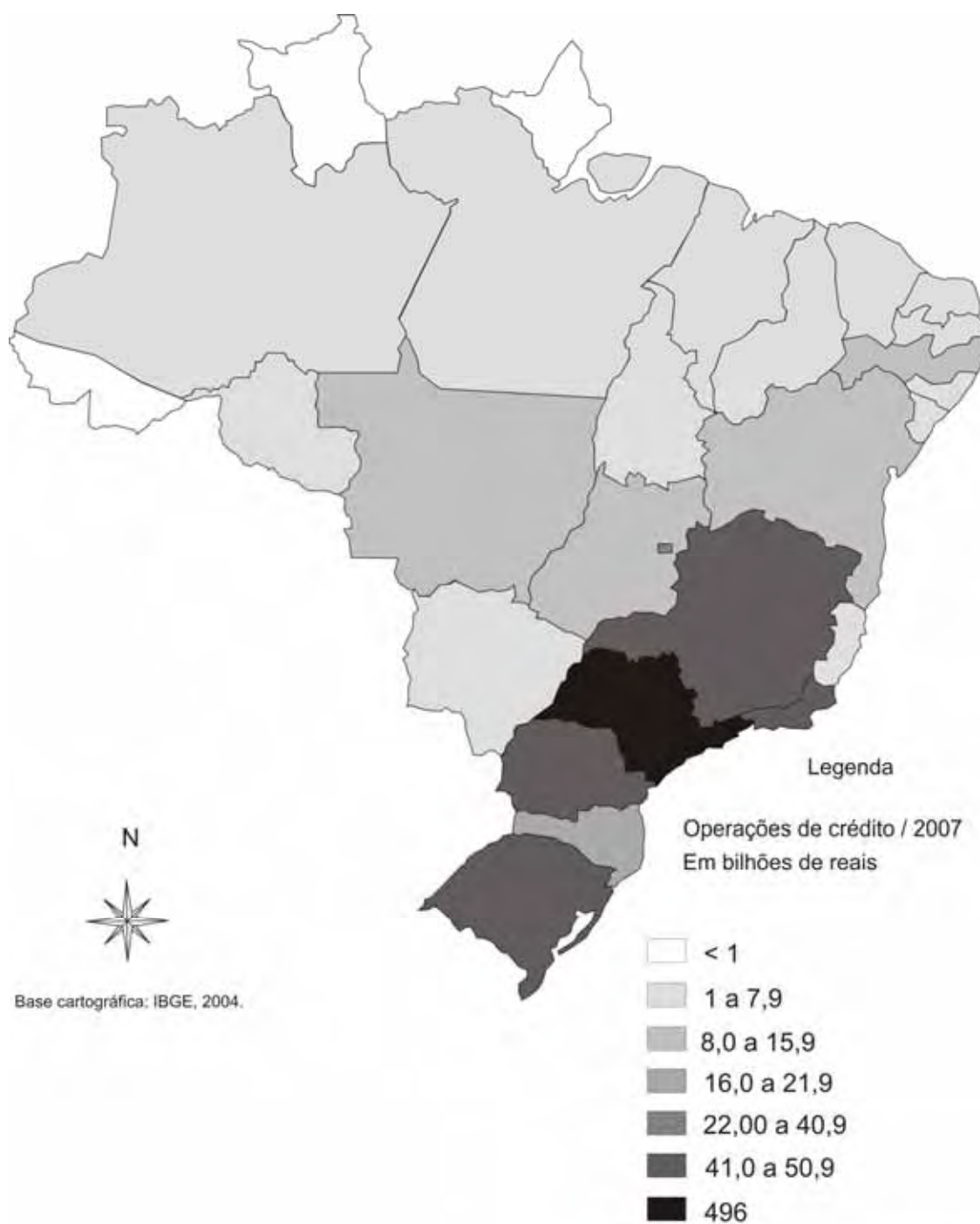
Fonte: IBGE/Estados 2007 / Org. Ricardo A. Scherma

A Região Concentrada, uma região já ganhadora e privilegiada “pela implantação mais consolidada dos dados da ciência, da técnica e da informação” (SANTOS & SILVEIRA, 2006, p.269), recebeu, durante o ano de 2007, 84 % do total nacional de crédito concedido. Cabe destacarmos que o total da concessão de crédito no estado de São Paulo, no mesmo período (2007), foi de 496 bilhões de reais, valor esse quase dez vezes maior que aqueles concedidos aos demais estados da Região Concentrada e 58,73 % do valor total nacional (**Mapa 3**).

A região Centro-Oeste, uma “área de ocupação periférica recente” (SANTOS & SILVEIRA, 2006, p.271), onde uma vida de relações não intensa tende a ser substituída pelos novos ritmos de um explosivo mundo de negócios que aí se instala e se articula após os anos 70, provocando a expansão do meio técnico-científico-informacional (GOMES, 2001, p.312), aparece em segundo lugar na repartição dos recursos financeiros, com uma participação de 8,19% em relação ao total nacional. Essa posição se dá, sobretudo, pelo desenvolvimento da moderna agricultura nesta região, atividade que necessita de elevadas somas de dinheiro antecipado para que a produção seja possível.

O Nordeste brasileiro, região com numerosos núcleos populacionais, contudo, precariamente integrados ao processo das expansões do meio técnico-científico-informacional, que se constitui nessa região apenas como manchas ou pontos (GOMES, 2001, p.320), mesmo sendo uma área de povoamento antigo e abrigando, ainda hoje, aproximadamente 28% da população nacional, e que, portanto deveria receber mais crédito, segundo a lógica seletiva do desenvolvimento capitalista, recebeu apenas 6,6% do total do volume de crédito concedido no país em 2007.

Assim também a Amazônia, “região de rarefações demográficas herdadas e baixas densidades técnicas” (SANTOS & SILVEIRA, 2006, p.272), foi a região de menor participação no que se refere à concessão de crédito no país: apenas 1,4% do total nacional; três de seus estados – Acre, Amapá e Rondônia – receberam menos de 1 bilhão de reais, são os estados que apresentam as maiores rarefações financeiras (**Mapa 3**).

Mapa 3: Operações de crédito – 2007 / por estados da federação

Fonte: IBGE/Estados - elaborado pelo autor

2.4 Densidade e rarefação dos depósitos em sub-espacos do território brasileiro

Se os lugares são selecionados para a concessão de crédito para fins produtivos e de consumo, o mesmo não ocorre para a captação de depósitos, para o qual as empresas financeiras usam o território como um todo.

A voracidade de arrecadação do sistema bancário move o sistema financeiro para áreas de baixas densidades técnicas, o que exige novas formas de intermediação bancária diferente daquela forma submetida à rigidez das normas que condicionam o funcionamento de uma agência bancária.

A Região da Amazônia, tendo uma rede de 624 agências, foi responsável por uma captação de R\$15,34 bilhões de reais em depósitos³⁹ e poupança no ano de 2007. Quando consideramos essa captação em relação à população, esse número representa baixa densidade de depósitos por habitante (R\$ 1,14 mil por habitante).

As captações na Região Centro-Oeste, onde encontramos uma constelação de 1.463 agências bancárias, arrecadaram, em 2007, 78 bilhões de reais entre depósitos e poupança. A densidade de depósitos por habitante foi de R\$ 5,44 mil; no entanto, se desconsiderarmos o Distrito Federal, lugar com alta densidade financeira por habitante, essa região passa a apresentar densidade de R\$ 1,7 mil por habitante.

A Região Nordeste foi responsável por captar 73,23 bilhões de reais durante o ano de 2007, com uma população em torno de 51,014⁴⁰ milhões de pessoas e 2600 agências bancárias. Essa captação, se considerada segundo a densidade de depósitos por habitante, veremos que foi de R\$ 1,43 mil.

Com a maior densidade financeira do país, a Região Concentrada foi responsável pela captação de 618,57 bilhões de reais em depósitos e poupança no ano de 2007. A densidade de depósitos por habitantes nessa região foi de R\$ 5,86 mil e denuncia graves concentrações do dinheiro no país. O estado de São Paulo apresenta a densidade de R\$ 8,6 mil por habitante, seguido do Rio de Janeiro, com R\$ 5,4 mil por habitante; os demais estados da região apresentam densidades entre R\$ 2,9 e R\$ 4,89 mil por habitante.

³⁹ Total de depósitos à vista e a prazo, considerando os depósitos privados e do governo segundo os dados do IBGE/Estados (2007).

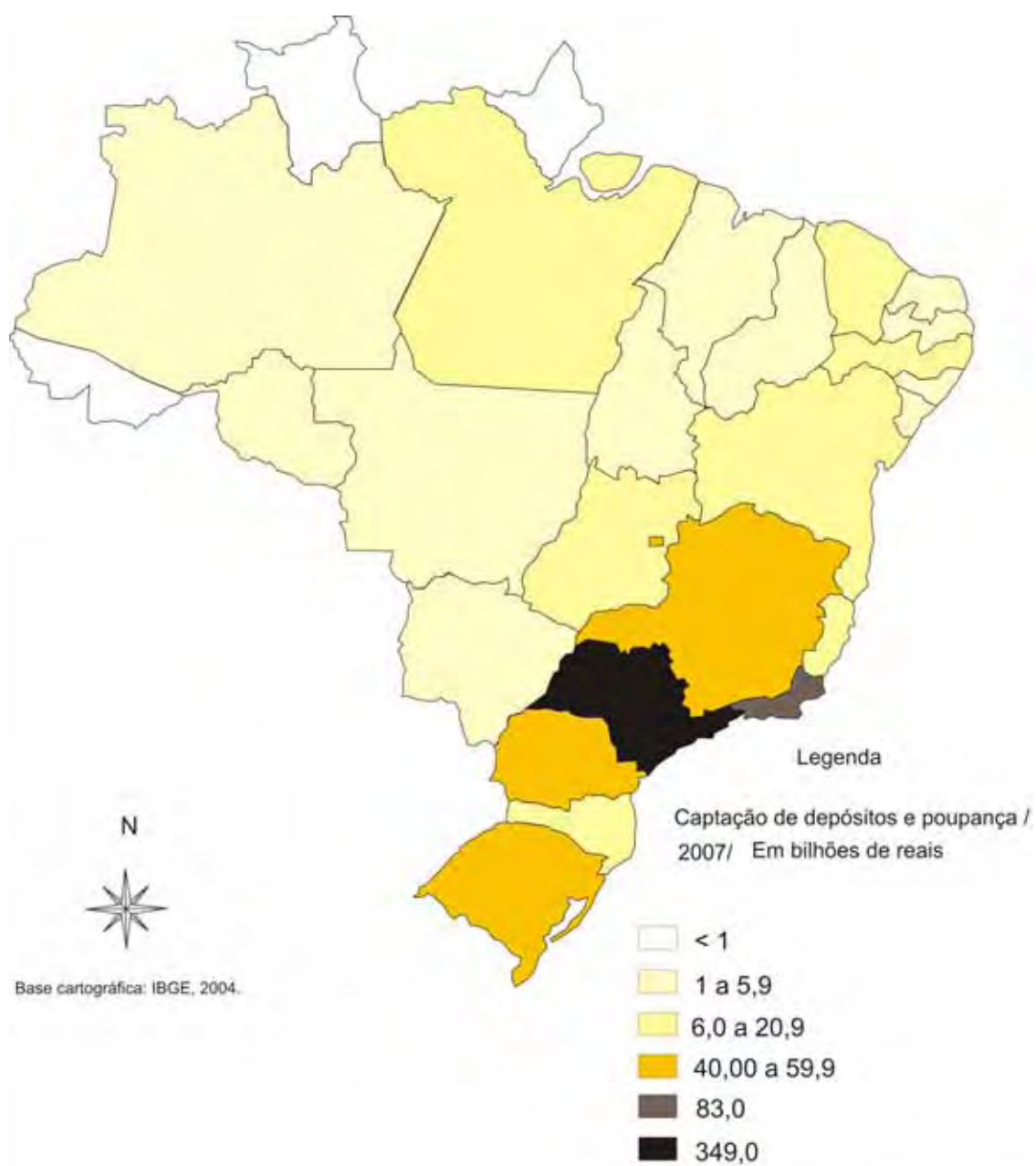
⁴⁰ Segundo dados do IBGE/Estados (2005).

Tabela 4: Total da captação de depósitos e poupança por Regiões / Brasil - 2007

Região	Total da captação / depósitos e poupança R\$	% em relação ao total nacional
Concentrada	618.578.931.965,59	78,8
Nordeste	73.230.068.512,76	9,32
Centro-Oeste	78.007.442.617,90	9,93
Amazônia	15.344.390.291,59	1,95
Total	785.160.833.387,84	100

Fonte: IBGE/Estados (2007). / Org. Ricardo A. Scherma

Apesar de na Região Concentrada serem feitas a maior parte das transações financeiras e ser essa Região portadora das maiores densidades de depósitos por habitantes, encontramos dentro deste recorte regional estados com captações médias em relação aos demais estados da federação. É o caso de Santa Catarina - 19,08 bilhões de reais - e Espírito Santo - 11,59 bilhões de reais – que apresentam valores menores do que os dos estados da Bahia - 20,02 bilhões de reais - e Ceará - 15,47 bilhões de reais. No entanto, se calcularmos a densidade de depósitos por habitante, esses estados da Região Concentrada apresentam densidades superiores, sendo elas, R\$ 3,25 mil por habitante em Santa Catarina e R\$ 3,4 mil por habitante no Espírito Santo, contra R\$ 1,4 mil por habitante na Bahia e R\$ 1,9 mil por habitante no Ceará. Essas desigualdades evidenciam diferenças no uso do território pelo sistema financeiro, mostrando inclusive a desigual repartição da riqueza (**Mapa 4**).

Mapa 4: Captação de depósitos e poupança – 2007 / por estados da federação

Fonte: IBGE/Estados - elaborado por Ricardo A. Scherma

2.5 Lógicas de circulação do dinheiro: “regiões perdedoras” e “regiões ganhadoras”

Descrevemos o quadro estático do sistema financeiro no Brasil. Contudo há necessidade de analisarmos as variáveis - crédito e depósitos - de forma dinâmica e conjugada para encontrarmos as lógicas de circulação do dinheiro no território. De acordo com Fabio B. Contel (2006, p.216), a partir da análise dos passivos e ativos regionais é possível determinar “regiões ganhadoras”, isso para usarmos a terminologia de Benko e Alain Lipietz (1994).

Analisando os valores das transações financeiras em 2007 no território brasileiro, podemos dizer que, na Região Concentrada, os valores referentes à concessão de crédito foram maiores que o volume de depósitos captados. Foram concedidos 712,68 bilhões de reais em crédito, enquanto foram coletados 618,57 bilhões de reais em depósitos. Configurando, portanto, uma “região ganhadora” de capital.

O mesmo não ocorreu nas outras regiões do país. Todas as demais obtiveram um volume de depósitos maior do que de crédito concedido. A Região Nordeste recebeu 51,164 bilhões de reais em crédito no ano de 2007 e sua captação em depósitos foi de 73,23 bilhões de reais, sendo, portanto, a sua captação 30% maior em relação à concessão de crédito. Essa região apesar de contribuir em 2007 com a captação de 9,32% dos depósitos em relação ao total nacional, recebeu, neste mesmo ano, apenas 6,06% dos créditos.

Cabe ressaltar que em 1997 o Nordeste, embora tenha contribuído com apenas 7,6% dos depósitos, recebera 13,6% dos créditos, evidenciando uma lógica mais distributiva dos recursos financeiros no território. Segundo Contel (2006), podemos explicar essas mudanças, ao menos no caso do Nordeste, por meio de duas alterações: o fechamento dos bancos públicos, que ocorreu por intermédio de liquidações, federalização e privatizações, processos esses que aniquilaram as possibilidades de comando financeiro da região; e, não menos importante, a liquidação e venda do Banco Econômico, com sede na cidade de Salvador (BA).

Tabela 5: Relação depósito / crédito entre as regiões brasileiras - 2007

Região	Crédito concedido (2007) em bilhões de R\$	Captação de depósitos (2007) em bilhões de R\$	Relação: depósito/crédito em %
Concentrada	712.683	618.578	-13
Nordeste	51.164	73.230	30
Centro-Oeste	69.220	78.007	11
Amazônia	12.250	15.344	20

Fonte: IBGE/Estados (2007). Org. Ricardo A. Scherma

Hoje, além da concentração financeira de crédito e depósito, o território brasileiro apresenta uma movimentação de dinheiro das áreas de rarefações financeiras para áreas de já altas densidades. As regiões Nordeste, Centro-Oeste e Amazônia são “regiões perdedoras” de capital, pois essas regiões captaram valores maiores de depósitos e receberam valores menores em crédito (**Tabela 5**).

Isso se dá pelo modo como o território é usado. O crescente desmonte do controle político público do território tem gerado crescentes desigualdades territoriais. No que se refere ao caso da repartição dos fluxos financeiros essas desigualdades devem se agravar, pois com a privatização da maior parte dos bancos estaduais, o destino financeiro dos estados está subordinado à lógica seletiva e perversa das empresas financeiras.

2.6 A cidade de São Paulo: centro financeiro do território brasileiro na atualidade

O processo de metropolização financeira em São Paulo (SANTOS & SILVEIRA, 2006) não é algo recente, vem se desenvolvendo desde o final dos anos 70 e é marcado por uma série de eventos, de alguma forma já tratados por nós no **Capítulo I**.

O estado de São Paulo, hoje, concentra densidades financeiras elevadas, se comparadas aos demais estados da federação. Como já dissemos, no que se refere ao crédito,

a concessão de 496 bilhões de reais representa 58,73% do total nacional. A densidade de agências alcança 1 agência para cada 6.721 habitantes e a concentração desses fixos nesse estado, em 2007, era de 6.017 agências, representando 34% do total nacional.

Contudo, é na capital do estado, a cidade de São Paulo, o lugar onde encontramos maiores densidades - 2177 agências bancárias; nesta cidade as operações de crédito em 2007 alcançaram 317.734 bilhões de reais, representando 64% do total do Estado e 37,5% do total nacional; a captação de depósitos e poupanças alcançou 237.745 bilhões de reais, correspondendo a 21.838 mil reais por habitante e 30,30% do total nacional.

Mesmo quando comparamos esses dados com os da cidade do Rio de Janeiro⁴¹, tradicional centro financeiro do país, evidencia-se a superioridade da capital paulista.

Além da enorme concentração de capitais, os conglomerados financeiros nacionais e estrangeiros procuram o Centro Metropolitano de São Paulo (CMSP) (CORDEIRO, 1992) para instalar nesse lugar suas sedes.

A concentração das sedes de grandes corporações não é obra do acaso, está diretamente relacionada às vantagens locais encontradas em centros metropolitanos, entre elas, aquelas relacionadas ao grande fluxo de informações especializadas, minimização de custos operacionais, facilidade nos contatos face a face entre executivos de diferentes empresas e organizações, maior acesso a toda ordem de serviços corporativos e aproveitamento das amenidades urbanas (CORDEIRO, 1992, p.10).

Helena K. Cordeiro (1992), ao estudar a expansão do Centro Metropolitano de São Paulo, averiguou a importância do Centro Principal (Tradicional), porém o Centro Paulista, segundo a autora, se afirmava como maior núcleo do sistema financeiro, mostrando ainda o desenvolvimento de um corredor de sedes de empresas financeiras se desenvolvendo na Avenida Faria Lima.

Em 2005, o tecido urbano de São Paulo abrigava em três lugares distintos - o Centro Tradicional, a Avenida Paulista e o Quadrante Sudoeste⁴² - a maior parte das sedes das empresas financeiras do país. As previsões, quanto à expansão das sedes para o corredor na Avenida Faria Lima, analisada pela Professora Helena Cordeiro, concretizaram-se. Segundo Daniel Medeiros e Eliseu Spósito (2005, p.130), a Área Central concentrava em 2005, 12

⁴¹ A cidade do Rio de Janeiro concentra 1.062 agências bancárias; as operações de crédito totalizaram 41.327 bilhões de reais; a captação de depósitos e poupanças foi de 65.301 bilhões de reais, que corresponde a 10.716 mil reais por habitante (IBGE/CIDADES, 2007).

⁴² O perímetro chamado de Quadrante Sudoeste compreende a região das avenidas Brigadeiro Faria Lima, Luiz Carlos Berrini e Marginal Pinheiros.

sedes bancárias (13%), enquanto que a região Paulista aglutinava 31 sedes (33%) e o Quadrante Sudoeste apresentava-se com um total de 50 sedes (54%).

Esses dados nos permitem assegurar que o estado de São Paulo apresenta hoje a maior concentração financeira do território nacional e sua capital, a cidade de São Paulo, afirma-se como centro financeiro do país. Como nos lembra Milton Santos: “Se muitas variáveis modernas se difundem amplamente sobre o território, parte considerável de sua operação depende de variáveis geograficamente concentradas” (SANTOS, 1998, p.90). É o caso das finanças.

“A cidade de São Paulo assume, portanto, um papel estratégico, pois é o lugar sede da produção e do controle da nova vaga de modernizações que reorganiza o território nacional” (SILVA BERNARDES, 2001, p.429).

Como nos explica Santos & Silveira (2006, p.303 e 304), se o comando técnico das operações produtivas pode ser relativamente disperso pelo território em função da ampliação do meio técnico-científico-informacional o “comando propriamente político, que inclui a regulação normativa, financeira, informacional, tende a se concentrar em um número menor de lugares, sendo que no Brasil esse papel é realizado sobretudo por São Paulo”.

Em relação às sedes bancárias, sua presença em São Paulo permite que esses centros de controle possam usufruir de todas as possibilidades dadas pela Metrópole informacional. A financeira Taíí, por exemplo, pertencente ao conglomerado Itaú, especializada em atender as classes sociais de baixa renda, em São Paulo encontra proximidade com a agência de publicidade que lhe presta serviço, a Duailibi Petit Zaragoza Propaganda (DPZ), com escritório no Centro Metropolitano; essa é uma das mais importantes agências de publicidade do Brasil.

Em São Paulo, renomadas universidades oferecem toda uma sorte de cursos de graduação e pós-graduação voltados ao seguimento das finanças, formando anualmente dezenas de novos profissionais. É também nesta metrópole que se encontram hoje verdadeiros centros inteligentes, voltados à elaboração de uma racionalidade que permita a exploração eficaz dos pobres. Hoje, encontra-se disponível na Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), cursos de marketing para o mercado de baixa renda⁴³. Na mais famosa

⁴³ Transcrevemos o conteúdo programático do curso “Marketing para o Mercado de Baixa Renda: O Consumidor das Classes Populares” ministrado como curso de férias em janeiro de 2009 na ESPN: “Panorama das classes populares:- Importância mundial do mercado de baixa renda - mercado popular no mundo: China, Índia e Rússia - Perfil do mercado popular no Brasil - Tendências do mercado popular para os próximos anos • Potencial de consumo do mercado de baixa renda em diversas categorias - Cotidiano e perfil psicográfico das classes populares - Panorama da vida/rotina das classes populares - Principais dificuldades - Desejos e aspiracionais - Principais esperanças - Moradias: como são, características principais, impacto no

escola brasileira privada de negócios, a Fundação Getúlio Vargas (FGV), será ministrado durante o primeiro semestre de 2009, o curso de formação continuada intitulado, “Varejo para baixa Renda”.

O Centro Metropolitano de São Paulo, onde se encontram as sedes das grandes empresas hegemônicas, bem como todo o aparato intelectual e informacional de que elas precisam, é o lugar onde parte das estratégias políticas de uso do território brasileiro é elaborada, condenando toda a sociedade a obedecer a lógicas e interesses corporativos.

O aprofundamento e expansão do sistema de crédito no Brasil podem ser considerados como um destes novos planos, em outras palavras, novas estratégias de uso do território pelo sistema financeiro.

Trataremos desses novos usos no próximo capítulo desta dissertação buscando elucidar alguns aspectos das perversidades que em nosso tempo assombram a sociedade brasileira.

comportamento e estilo de vida - Religiosidade: importância e impacto no comportamento de compra e estilo de vida • Comportamento de compra:- atendimento no varejo- hábitos de compra no varejo- atitude quanto às formas de pagamento- importância do crédito como acesso – parcelamento- importância e significado do tablóide/panfleto/folheto de supermercado- relacionamento com o ponto-de-venda- venda porta-a-porta- venda a granel - Perfil da mulher, dona-de-casa: características, significado, aspiracionais, principais transformações - Perfil do homem: características, significado, aspiracionais e principais transformações -Valores e sentimentos que orientam a vida e comportamento das classes populares - Ferramentas de marketing para as classes populares - A propaganda para o consumidor de baixa renda (ESPM, 2008).

Capítulo III

CAPÍTULO III

USOS DO TERRITÓRIO BRASILEIRO PELO SISTEMA FINANCEIRO: a expansão de novos sistemas de objetos e ações e a financeirização da sociedade

3.1 Introdução

O desenvolvimento técnico, as novas tecnologias da informação, engenharia e informática permitiram, ao longo das últimas três décadas do século XX, uma expressiva expansão das instituições bancárias e financeiras no território brasileiro. Todo um aparato técnico de telecomunicações e informação foi se instalando no território favoravelmente à organização e fluidez do sistema financeiro e bancário.

Acompanhando o movimento do mercado mundial, o Brasil vem incorporando ao território as ordens e normas de ação ditadas pelo sistema financeiro global, o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, adequando sua economia e seu território aos ditames desse mercado.

Este novo sistema de mercado mundial, caracterizado pela fluidez acelerada de ordens, ideologias, mercadorias, dinheiro, determina uma nova situação geográfica aos territórios nacionais, possibilitando novas formas de consumo e de produção, mas também novas desigualdades sociais e regionais.

A crescente financeirização do território brasileiro possibilita a ampliação desenfreada do consumo seguindo *pari passu* o modelo de consumo norte-americano.

Dentre os inúmeros tipos de instrumentos financeiros que se instalam no território e dinamizam as relações econômicas entre lugares, analisamos os instrumentos de crédito popular⁴⁴ como um vetor, que instalam nos lugares aquela ordem global, entendida como uma

⁴⁴ Chamamos de crédito popular as operações de empréstimo de baixas somas destinadas a pessoas físicas de baixa renda ou ainda aquelas destinadas a micro e pequenas empresas e autônomos, neste caso, chamadas por muitos de micro-crédito ou crédito produtivo.

vontade do sistema capitalista contemporâneo de homogeneizar os sistemas de ações e objetos, a partir de lógicas rentáveis aos mesmos agentes hegemônicos da economia.

Nesse sentido, consideramos o crédito popular como uma mercadoria a ser vendida entre os mais pobres, uma ideologia do consumo adotada pelo sistema financeiro para alcançar um número cada vez maior de consumidores, uma ação coordenada, a partir de experiências vantajosas em todo o mundo, que criam novas formas de consumo e acabam por ser novas e sofisticadas lógicas de exploração e manutenção da pobreza em países subdesenvolvidos.

A idéia de fornecer crédito aos pobres foi criada pelo *Grameen Bank* de Bangladesh, em 1976, e constitui-se na experiência internacional mais conhecida de crédito popular, tornando-se um paradigma para atuação do sistema financeiro internacional em países subdesenvolvidos. Seguindo as lógicas e tecnologias financeiras desenvolvidas por esse banco, outras instituições⁴⁵ surgiram na Ásia, América Latina e África.

A idéia de ampliação do consumo nas classes sociais de baixa renda, em países subdesenvolvidos, é extremamente atraente para o sistema de mercado global e não é a toa que essa idéia de integração da sociedade mundial, via o mercado, ganha o prêmio “Nobel da Paz” em 2006. O senhor Muhammad Yunus, economista e idealizador do crédito popular, acredita que a paz duradoura não será alcançada até que grandes faixas da população encontrem maneiras de erradicar a pobreza e que, para isso, é necessário terem acesso ao microcrédito. Em 2008, Yunus ganha o “Nobel da Economia”.

Vamos aqui diferenciar o microcrédito popular em dois segmentos: um direcionado às atividades produtiva, comercial ou prestadora de serviço, ou seja, crédito para o consumo produtivo; e um outro, comumente chamado de crédito popular pessoal, que oferece dinheiro para que o cliente use da forma que bem entender, ou seja, o consumo consumptivo.

⁴⁵ São exemplos: “**BKDs / Badan Kredit Desa /Indonésia /1940/** O BKD é um sistema de pequenos bancos em cidades ao longo da Indonésia que emergiu durante o período colonial holandês, começando a operar em 1940. Os bancos estão sob a supervisão de BRI e oferecem empréstimos individuais e serviços de poupança - **.BancoSol Banco Solidário/Bolívia/1992/** BancoSol é um banco comercial autorizado e dedicado a microfinanças, oferecendo crédito e caderneta de poupança a microempresas. Seu programa de crédito está focado em grupos solidários e opera em áreas urbanas da Bolívia. Cresceu a partir do trabalho da ONG PRODEM e se transformou em um banco, em 1992. É um filiado à ACCIÓN International .- **ABA Alexandria Business Association /Alexandria/Egito1988/** ABA provê crédito para pequenas e microempresas, usando uma metodologia de créditos individuais. A ONG foi fundada em 1988 e atua principalmente em áreas urbanas. O programa de crédito começou em 1990 ” (FONTES, 2001, p.17 e 18).

No Brasil ocorrem principalmente duas formas dessas atividades de crédito popular: um sistema voltado à concessão de crédito para atividade produtiva, do qual participa principalmente o Estado por intermédio dos Bancos do Povo e dos Bancos de Desenvolvimento; e outro como o sistema de concessão de crédito direto para o consumo, do qual participam principalmente empresas privadas que atuam no mercado financeiro. Dentre estes sistemas, estudamos aqueles pertencentes a conglomerados financeiros de atuação nacional e internacional: Bradesco, Itaú/Unibanco, HSBC, CitiBank, Banco do Brasil e Société Générale.

Em território nacional, as empresas financeiras especializadas em atender as classes sociais de baixa renda buscam transferir para o circuito superior da economia (as grandes instituições financeiras, redes bancárias e grandes empresas) o lucro, a poupança, a mais valia do circuito inferior da economia (pequenos produtores, micro-empresas, profissionais liberais, cooperativas, etc.) além da transferência, por exploração direta, de parcelas consideráveis das minguadas aposentadorias e salários dos idosos⁴⁶ e dos mais pobres, através do mecanismo de crédito pessoal consignado ou não, praticado a altas taxas de juros.

Esses novos usos do território pelo sistema financeiro ocorrem orientados a partir de ordens e lógicas externas ligadas, sobretudo, ao Banco Mundial, instituição essa que tem se mostrado capaz de influenciar fortemente o destino político da nação brasileira.

3.2 Os sistemas de ações do Banco Mundial no território brasileiro

Torna-se cada vez mais evidente a existência de organismos internacionais responsáveis pela formulação de “políticas globais”. Nessa perspectiva, os Estados nacionais estariam cada vez mais vulneráveis à prática de políticas que atendem a interesses de empresas e instituições que atuam no mercado internacionalizado.

O Banco Mundial tem se constituído como um dos principais agentes difusores das políticas econômicas neoliberais⁴⁷ em Estados nacionais. Através da concessão de financiamentos a projetos de modernização de infra-estruturas, bem como, das instituições

⁴⁶ Em dezembro de 2006, as operações de crédito consignado realizadas com aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) alcançaram 14,2 milhões de contratos ante 6,8 milhões do ano anterior, o que corresponde a desembolsos de R\$ 20,2 bilhões e R\$ 11,5 bilhões, respectivamente (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2006, p.56).

⁴⁷ Para a discussão a respeito das políticas neoliberais no território brasileiro, ver também Pereira (2007).

públicas⁴⁸, esse banco, por meio da produção e difusão de conhecimentos técnico-científicos, voltados aos interesses privados, consegue impor uma lógica de crescimento e competitividade muito favorável às corporações transnacionais.

Instituição criada em 1944, durante a conferência de Bretton Wood, nos Estados Unidos, ao Banco Mundial caberia, naquele momento, traçar políticas e medidas e fornecer financiamentos para reconstrução dos países europeus destruídos pela guerra, bem como, promover o desenvolvimento dos chamados países subdesenvolvidos (RIBEIRO FILHO, 2006).

A atuação do Banco Mundial hoje abrange praticamente todos os países do mundo. Formado por 185 países membros, entre os quais o Brasil, esse banco tem se dedicado a financiar no território brasileiro projetos de desenvolvimento social, desenvolvimento urbano, reforma do setor público, combate à pobreza, inovação econômica e infra-estrutura.

Com escritório nas cidades de Brasília (DF), São Paulo (SP), Recife (PE) e Rio de Janeiro (RJ), o Banco Mundial emprega 180 pessoas trabalhando diretamente para o Grupo.

Mais do que um banco, cuja atividade consiste na concessão de empréstimos, o Banco Mundial passa, a partir de 1996, a se autodenominar como “Banco do conhecimento”, consolidando estratégias de desenvolvimento de publicações que viriam atribuir consolidação técnica e científica ao novo discurso (RIBEIRO FILHO, 2006).

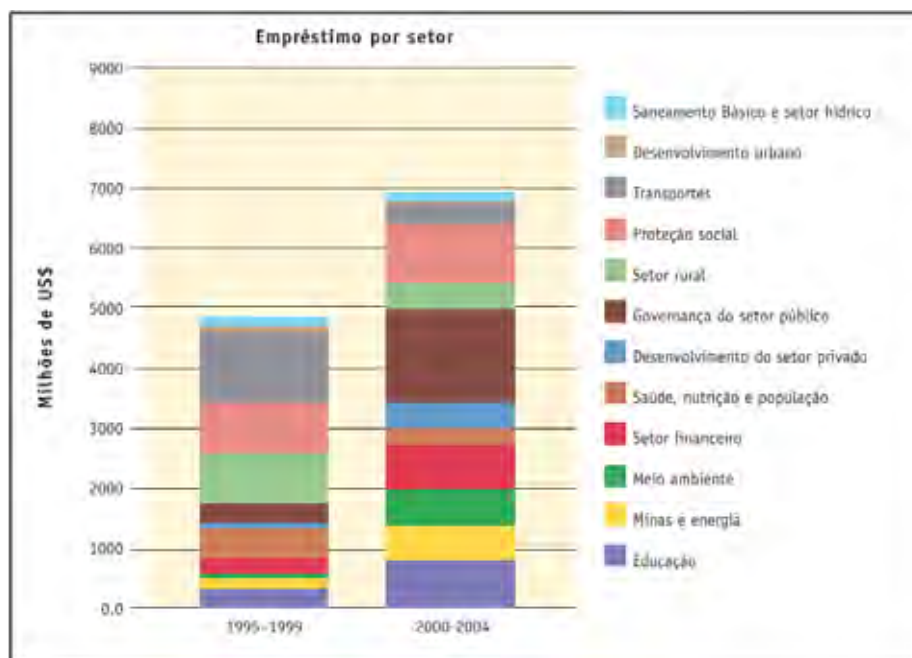
O próprio Banco em seu sítio na internet se afirma como “uma das maiores fontes de conhecimento e financiamento do mundo” (BANCO MUNDIAL, 2007); por intermédio da técnica, da ciência e da informação, esse banco consegue impor aos países subdesenvolvidos suas lógicas de desenvolvimento e configurar os lugares a partir de interesses privados.

O Banco Mundial opera emprestando dinheiro, levanta quase todos os fundos para repasse nos mercados de capitais do mundo, por meio da emissão de títulos, títulos esses que são comprados por investidores privados e institucionais, principalmente nos países desenvolvidos, e os recursos oriundos da venda desses papéis são repassados aos seus mutuários.

Nesses últimos anos, o Banco Mundial vem fornecendo entre US\$ 18 e US\$ 20 bilhões por ano em empréstimos e doações aos países subdesenvolvidos. A média de empréstimos aos governos brasileiros tem sido de US\$ 1 a US\$ 2 bilhões por ano; o Brasil é um dos maiores tomadores de empréstimos do Banco Mundial.

⁴⁸ O BIRD foi um dos principais bancos a financiar e dar suporte técnico para os processos de privatização que ocorreram no Brasil.

Figura 1: Empréstimos do Banco Mundial aos governos do Brasil



Fonte: Banco Mundial (2007).

Contudo, o papel do Grupo Banco Mundial, no que se refere à posição de provedor de dinheiro para o desenvolvimento de projetos, é bastante limitado. Os empréstimos em um ano correspondem a apenas 0,4% do PIB e, como parcela dos investimentos públicos, representa apenas 12%. Por outro lado, o dinheiro do Grupo Banco Mundial (BIRD), bem como do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), representa grande parte das fontes de financiamento externo disponíveis para o governo brasileiro, uma vez que os bancos privados não se interessam por financiar alguns setores ligados ao desenvolvimento social⁴⁹.

No entanto, a participação do Banco Mundial ultrapassa o caráter puramente financeiro. “O programa de assistência do Banco Mundial ao Brasil oferece uma base de conhecimentos técnicos e financeiros, que permite ao Governo ter acesso a uma ampla gama de estudos econômicos e setoriais [...]” (BANCO MUNDIAL, 2007).

De acordo com SANTOS (1999, p. 11), as lógicas individuais de ação das empresas necessitam de uma inteligência geral, “e essa inteligência geral não pode ser confiada aos Estados porque estes podem decidir atender aos reclames das populações”. É por intermédio

⁴⁹ O BIRD financia hoje projetos ligados à expansão do Ensino Médio, Modernização do Sistema Único de Saúde, Bolsa Família etc. (BANCO MUNDIAL, 2007).

da produção de estudos técnicos científicos, da utilização de assistência técnica, de treinamentos e concessão de bolsas de estudos para estudantes e jornalistas, de publicações e pesquisas, seminários e elaboração de relatórios que o Banco Mundial torna-se condutor de políticas neoliberais em todo o mundo e, portanto, atua como inteligência geral do sistema capitalista, orientando fluxos e o uso de capitais privados nos territórios nacionais.

Analisaremos mais detalhadamente no item a seguir o estudo chamado de “Brasil ‘acesso a serviços financeiros’”. Elaborado por técnicos do Grupo Banco Mundial, esse estudo orienta políticas públicas e privadas para o território brasileiro, cujo discurso põe em relevo uma política de “redução da pobreza” (BANCO MUNDIAL, 2004).

3.2.1 Orientação do documento do Banco Mundial: e a hipercapilaridade do sistema financeiro no território brasileiro

O território brasileiro conheceu nesses últimos anos uma extraordinária e vertiginosa expansão dos sistemas de ações e objetos ligados à atividade financeira. O período técnico-científico-informacional, expressão geográfica da globalização, possibilitou, segundo Fabio B. Contel (2006) o desenvolvimento de uma série grande de novos fixos geográficos que aproximou os bancos da população pobre do país.

Esse uso do território pelo sistema financeiro ocorre orientado a partir do constante aumento de vetores externos na organização da formação sócio-espacial brasileira. Nesse sentido, o documento elaborado por técnicos do BIRD, em conjunto com pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Banco Central, intitulado de Brasil “acesso a serviços financeiros”, é tratado por nós como um vetor, uma verticalidade que incide e orienta as políticas nacionais. De acordo com Milton Santos (1996, p.206) “A tendência atual é que os lugares se unam verticalmente, e tudo é feito para isso, em toda parte”.

O estudo elaborado pelo Banco Mundial está dividido em sete partes. Fizemos um quadro que sintetiza os objetivos de cada uma dessas seções:

Quadro 3: Síntese dos capítulos do estudo Brasil “acesso a serviços financeiros”

Título do capítulo	Objetivo / Conteúdo
Avaliação do Acesso	Analisa a oferta e a demanda de serviços financeiros no Brasil.
Expansão das Microfinanças	Analisa o ambiente de microcrédito no Brasil e propõe políticas de expansão.
Redução de Escala dos Bancos Privados	Analisa o nível de alcance dos Bancos comerciais no Brasil e propõe políticas para o setor privado; ressalta os benefícios para os bancos das parcerias com instituições não bancárias.
Parcerias com instituições não bancárias	Apresenta as possibilidades de associação com empresas de <i>Factoring</i> , Arrendamento Mercantil e Empresas de Financiamento ao Consumidor (Financeiras).
Canais para Financiamentos Rurais	Discute o crédito rural no Brasil e propõe o fim dos subsídios.
Instalação de Infra-estrutura Institucional	Analisa a infra-estrutura jurídica em relação ao crédito e propõe novas normas que ampliem as garantias dos credores.
Envolvimento do Governo	Descreve exemplos internacionais e aponta o papel do Governo na elaboração de normas que garantam o funcionamento lucrativo do sistema financeiro.

Elaborado por: Ricardo A. Scherma, com base no estudo: Brasil “acesso a serviços financeiros” (BANCO MUNDIAL, 2004).

Esse estudo identifica aspectos específicos na determinação da oferta e da demanda de serviços financeiros, propondo políticas para a expansão e aprofundamento do acesso ao sistema financeiro. Segundo o documento, a ampliação desse acesso depende de uma série de fatores como a consistência da política macro-econômica, implicando a redução do endividamento do setor público e elaboração de políticas gerais para o sistema financeiro, entre elas, as que reduzam a carga de impostos sobre esse setor. O estudo propõe ainda medidas que, segundo esses pesquisadores, são essenciais para que o acesso ao sistema financeiro se amplie. São exemplos dessas orientações: - a redução de subsídios a setores e/ou regiões, numa referência clara aos programas de financiamento da agricultura familiar (Pronaf); - a importância de mudanças nas normas que orientam o micro-crédito, propondo flexibilização nos limites de empréstimos, bem como, o seu direcionamento; - defesa de melhorias no aparato legal, que garantam os direitos dos credores; - proposta de redução do

financiamento público; - exaltação do programa Crediamigo do Banco do Nordeste, por atingir um grande número de clientes e praticar taxas de juros de mercado e, por fim, proposta da simplificação na abertura de contas e o aumento do escopo dos correspondentes de instituições financeiras. São essas medidas que permitirão, de acordo com o estudo, que o acesso aos serviços financeiros seja democratizado.

Pensamos que, como verticalidade, as ordens, medidas ou imposições propostas pelo Banco Mundial podem, antes de tudo, ser grandes geradoras de pobreza e desestruturar a organização e autonomia política dos lugares.

Dentre as propostas expostas no documento elaborado no ano de 2003, encontramos a orientação de que os bancos privados deveriam também adotar novas metodologias e tecnologias para atingir as classes sociais de baixa renda, como por exemplo, práticas de diferenciação de imagem, ou seja, a criação de um tipo diferente de posto de atendimento bancário, as chamadas lojas de crédito - como as lojas da - Fininvest, Finasa, Taíí etc. - que hoje são subsidiárias de grandes bancos comerciais como Itaú /Unibanco e Bradesco, ou ainda, o que se tornou mais comum, a presença de pequenos estabelecimentos que se constituem a partir de parcerias entre comerciantes locais, organizações comunitárias e os bancos comerciais.

Com isso, assistimos, a partir da publicação do documento, “Brasil: ‘acesso a serviços financeiros’” em 2003, a uma crescente proliferação das agências de crédito pessoal nas cidades. Essas agências, chamadas de lojas de crédito, prestadoras de serviços para Financeiras como a Cifra, pertencente ao Banco Schahin, como as modernas lojas Taíí, povoaram o centro de muitas cidades oferecendo crédito às classes sociais de baixa renda.

Outra proposta do estudo do Banco Mundial é a de expansão do sistema financeiro via correspondentes bancários⁵⁰. Tudo para cortar custos relacionados à força de trabalho, infraestrutura, segurança e necessidade de capital, que estariam envolvidos com a abertura de uma agência bancária.

A partir do final da década de 1990, os bancos brasileiros começaram a adotar essas estratégias para expansão, através de pontos de venda de seus serviços, que não podem ser considerados exatamente agências bancárias. Resoluções do Conselho Monetário Nacional, a

⁵⁰ Agentes financeiros que se alojam em estabelecimentos comerciais, como por exemplo, padarias, casas lotéricas, lojas de departamentos, bares, correios, etc., ou atuam exclusivamente na intermediação de propostas de crédito pessoal ou financiamento ao consumo.

partir de 2003, autorizaram casas lotéricas, supermercados, financeiras e comércios a exercerem serviços bancários⁵¹.

A própria Caixa Econômica Federal é exemplar nesse sentido. Usando a rede de casas lotéricas, já instalada e controlada pela própria C.E.F., passou a usá-la também como correspondente bancário, realizou ao longo dos últimos 5 anos parcerias com comerciantes para a formação da rede de correspondentes bancários, chamados de Caixa Aqui, levando este banco Federal a lugares de baixa densidade técnica-financeira.

Contudo, a maior e mais extensa rede de correspondentes bancários se formou com a expansão do maior banco privado brasileiro, o Bradesco, que mediante leilão do governo, em agosto de 2001, comprou por R\$ 201 milhões o direito exclusivo de distribuir serviços financeiros por meio das 5.532 agências do serviço postal brasileiro. A concessão dessa rede federal (agências de serviço postal) ao Bradesco tem um prazo de cinco anos, podendo ser renovada mesmo sem a ocorrência de um novo processo de licitação.

O objetivo do banco Bradesco é atingir clientes em regiões como Nordeste e Norte, onde predominam os baixos rendimentos e a escassez de agências bancárias. Desta maneira, o Bradesco busca captar recursos em lugares e populações nos mais longínquos territórios.

A expansão via correspondente bancário se torna extremamente vantajosa para os Bancos que ampliam suas áreas de alcance sem precisar investir em novas agências, contudo, a população e as empresas dos lugares ficam sub-atendidas, pois esses correspondentes não podem operar com toda a autonomia de uma agência bancária. A **Tabela 6** demonstra a evolução do número desses fixos geográficos conforme as regiões brasileiras. O “uso do ‘meio ambiente construído’ (HARVEY), disponibilizado pelos estabelecimentos comerciais em funcionamento” (CONTEL, 2006, p.242), permite ao sistema financeiro captar recursos junto à população brasileira de forma muito vantajosa.

⁵¹ A resolução do CMN Nº. 3.110, de 31 de julho de 2003, altera a resolução Nº. 2.640 de 30.03.2000 e consolida as normas que dispõem sobre a contratação de correspondentes no País.

Tabela 6: Instalações de baixo custo do sistema financeiro

Região	Correspondentes Bancários		Participação % por Região Geográfica	
	Ano 2000	Ano 2007	2000	2007
Nordeste	981	18.763	16,4	18,9
Norte	194	2.475	3,2	2,8
Centro- Oeste	491	8.912	8,2	9,0
Sudeste	3.248	49.215	54,4	49,6
Sul	1.062	19.630	17,8	19,8
Total	5.976	99.295	100	100

Fonte: Banco Central / Boletim regional do Banco do Brasil v.2 nº2 Abril de 2008

Percebemos que num curto período de tempo (8 anos), em todas as regiões brasileiras, os correspondentes bancários tornaram-se a forma mais visível de uso do território, como por exemplo a Região Nordeste, que em 2007 contava com 2.600 agências bancárias, concentrava, no mesmo ano, 18.763 correspondentes bancários.

3.3 Financeirização do território: aprofundamento e expansão do consumo

A facilidade do crédito e a força da propaganda a favor do aumento do consumo têm determinado a corrida de milhares de brasileiros a contraírem dívidas junto aos bancos. Para Milton Santos “o consumo tornado denominador comum para todos os indivíduos, atribui um papel central ao dinheiro nas suas diferentes manifestações; juntos, o dinheiro e o consumo aparecem como reguladores da vida individual” (SANTOS, 2000 p.56).

Medidas como a ampliação dos prazos de financiamentos e a disposição de novos instrumentos financeiros proporcionaram, nesses últimos anos, o “milagre da compra”, expressão usada por Jean Baudrillard para explicar a funcionalidade de uma sociedade capaz de oferecer possibilidades de realização imediata dos desejos através do crédito (BAUDRILLARD, 1993, p.170).

“Comprar a crédito equivale à apropriação total de um objeto por uma fração de seu valor real. Um investimento mínimo para um lucro grandioso. As prestações se esfumam no

futuro, o objeto é adquirido como que a um preço de um gesto simbólico” (BAUDRILLARD, 1993, p.170).

Para Baudrillard (1993) o crédito é subentendido como um direito do consumidor e no fundo como um direito econômico do cidadão e qualquer medida que pudesse restringi-lo é tratada com retorção pelo Estado, e a sua “supressão (aliás, impensável), seria vivida pelo conjunto da sociedade como a supressão de uma liberdade” (BAUDRILLARD, 1993, p.165).

Quando analisamos o Brasil contemporâneo, podemos afirmar que as classes sociais de baixa renda, por intermédio de novos instrumentos técnico-financeiros (crédito consignado, micro-crédito produtivo, crédito pessoal, CDC, etc.), tornam-se consumidores, enquanto restringem-se, esquecem-se de seus direitos⁵².

Dados a respeito do crédito demonstram um cenário de expansão. De acordo com o Banco Central, o volume total dos financiamentos realizados com recursos livres e direcionados expandiu 31,1% em doze meses, atingindo em 2008 R\$ 992,7 bilhões e alcançando 35,9% do PIB. Os empréstimos contratados pelas famílias alcançaram R\$ 334,1 bilhões, fruto da maior procura das modalidades de crédito pessoal e de crédito para aquisição de veículos. Valores esses muito maiores do que aqueles concedidos a outros setores⁵³. Cabe destacar ainda que os empréstimos consignados em folha de pagamento, que respondem a 56,4% da carteira de crédito pessoal, cresceram 30,9% em doze meses, alcançando R\$ 69,2 bilhões.⁵⁴

Outro dado que nos indica a expansão da financeirização do território é o vertiginoso aumento do número de cartões de crédito. “Em 1999, havia 24 milhões de cartões de crédito no Brasil, detidos por pessoas que recebem mais de cinco salários mínimos” (SANTOS & SILVEIRA, 2006, p.223). Hoje, segundo pesquisa da Itaúcard, o volume de cartões de crédito atinge 98,6 milhões de unidades em circulação⁵⁵. O aumento no número de transações foi de 75%, pois em 2004 esse número era de 13,69 milhões chegando a 20,09 milhões em 2006 e 23,97 milhões de transações em 2007. Os valores dessas transações alcançaram um crescimento de 80% em 3 anos, passando de 101,3 bilhões, em 2004, para 183,1 bilhões de reais, em 2007. Esse aumento está relacionado a medidas que tornaram as camadas populares

⁵² Para uma análise do descaso e da falta de cidadania entre brasileiros, ver a pesquisa de Carvalho (2002, p.105-130).

⁵³ Como por exemplo: os financiamentos concedidos à indústria R\$ 230,5 bilhões, o crédito rural R\$92,3 bilhões destinados à habitação, R\$ 48,4 bilhões, ao setor público, R\$19,5 bilhões, e aos governos estaduais e municipais R\$15,5 bilhões (destinados principalmente a obras de saneamento) (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008a)

⁵⁴ Dados disponíveis em: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008b)

⁵⁵ Dados disponíveis em: (FOLHA ON LINE, 2008).

de baixa renda um novo alvo para o sistema financeiro, que decidiu por financeirizar amplas camadas da população (SANTOS & SILVEIRA, 2006).

Um recente relatório intitulado de *The Next 4 Billion* em seu capítulo “*Finanacial Services Market*” da Cooperação Financeira Mundial, órgão ligado ao Banco Mundial, indica as classes sociais de baixa renda como um mercado de 5 trilhões de dólares. De acordo com o relatório, 4 bilhões de pessoas que vivem em situação de pobreza têm o poder de compra da ordem descrita acima. A análise inclui estratégias para empresas que operam nesses mercados, entre elas empresas ligadas a micro-finanças.

São dados como esses que nos fazem crer que ocorre uma vontade ambiciosa e explícita do sistema capitalista contemporâneo de estender lógicas de consumo a camadas cada vez mais amplas da população, um aprofundamento do consumo, uma tendência nítida a transformar o conjunto da sociedade em consumidores, usando o crédito como um instrumento financeiro para esse fim.

Contudo, a crescente financeirização do território não seria possível sem o auxílio avassalador do “marketing”, oferecendo e criando entre a sociedade necessidades de consumo dos mais diferentes instrumentos técnicos financeiros, concebendo uma esfera de crença na liberdade de escolha, liberdade de consumo, etc.

“Ilusionismo notável: esta sociedade que lhe confere crédito, ao preço de uma liberdade formal, é você que a ela dá crédito ao lhe alienar o seu porvir” (BAUDRILLARD 1993, p.170).

Portanto, a sociedade brasileira, neste início de século é chamada a consumir a partir do crédito os mais modernos objetos técnicos, uma modernização via sociedade do consumo, portadora de um sistema de alienações, em que uma forma de alienação se sobrepõe a outra e promove um conjunto de alienações, uma modernização enganadora e, por isso, perversa, comandada pelo sistema financeiro, justificada pelos economistas e vendida pela mídia.

3.4 Microcrédito produtivo orientado: modelo de exploração para o circuito inferior da economia

Dentre as inúmeras formas de se obter crédito na sociedade contemporânea, os pequenos empresários, vendedores autônomos, entre outros, podem contrair financiamento junto a instituições que se especializaram em atender a este segmento.

Geralmente, para o fornecimento de microcrédito para fins produtivos, é necessário que o tomador do empréstimo confirme que possui um negócio há pelo menos 6 meses, resida no município, apresente sempre alguma forma de avalista e ainda há a necessidade de alienação fundiária dos bens comprados, que podem ser mercadorias, reformas, ampliação do estabelecimento, máquinas e ferramentas, entre outros.

São muitas as Instituições de Microfinanças que atuam no Brasil nesse setor. Desde instituições públicas, como é o caso dos Bancos do Povo e do Banco do Nordeste, até ONGs, como é o caso da VivaCred fundada em 1996 na Favela da Rocinha e hoje já conta com 6 agências distribuídas na região metropolitana do Rio de Janeiro, entre outras instituições afiliadas a redes internacionais, como é o caso dos Centros de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (CEAPEs) - CEAPE (RN), CEAPE (PE), CEAPE (CE) -, e Organizações de sociedade civil, como por exemplo a Portsol (RN).

Precisamos lembrar também a participação cada vez maior das cooperativas de crédito, que atuam como agentes financeiros entre seus cooperados, oferecendo aos seus membros muitos instrumentos financeiros, como talão de cheques, poupanças, cartões de crédito, etc.

A Região Nordeste, lugar onde encontramos baixas densidades financeiras (**Capítulo II**) torna-se, portanto, uma região propícia ao desenvolvimento de carteiras de microcrédito como o Credi-Amigo,⁵⁶ do Banco do Nordeste, que em 1999 contava com mais de 35.000 clientes e, segundo o relatório desse banco, em 2007 contava já com 244.092; um aumento do número de clientes da ordem de 597% e pode ser considerado hoje o maior programa de micro-crédito do Brasil.

Segundo Nicheter (2002 p.10), “o sucesso do Credi-amigo está ligado ao fato de existir uma infra-estrutura física prévia caracterizada por um conjunto de agências desse

⁵⁶ O Programa CrediAmigo pratica taxas de juros que variam entre 2% a 4% ao mês, mais taxa de abertura de crédito (TAC).

Banco distribuídas em cada pequena cidade da região, responsáveis por fechar os contratos e rastrear novos clientes”.

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. é considerado o maior Banco de desenvolvimento regional da América Latina⁵⁷. Em 2006, essa instituição contava com um total de 170 agências e 23 postos de atendimentos responsáveis por atender a 1.985 municípios da Região Nordeste, norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e no Distrito Federal.

Figura 2: Número de agências do Banco do Nordeste / por estado da federação



Fonte: Banco do Nordeste (2007)

⁵⁷ A Empresa está organizada sob a forma de economia mista de capital aberto, tendo quase 95% de seu capital social sob o controle do Governo Federal. Com ativos da ordem de R\$ 12,5 bilhões, ao final de 2006, o Banco do Nordeste ocupa o 16º lugar entre os maiores bancos atuantes no País (BANCO DO NORDESTE, 2007).

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) também desempenha um papel institucional importante em relação à expansão do microcrédito no Brasil. Em 2006, esse banco alcançou elevados níveis de aprovação e liberação de recursos referentes ao programa de microcrédito. Os valores alcançaram R\$ 50 milhões, correspondentes a 16 operações aprovadas no ano. De 2004 a 2006, o BNDES apoiou 20 instituições com volume total de R\$ 75 milhões (BNDES, 2006, p.38).

Entre as principais operações relacionadas ao micro-crédito desse Banco em 2006, podemos listar⁵⁸:

- Desenbahia (Agência de Fomento do Estado da Bahia): financiamento no valor de R\$ 12 milhões em investimento total de R\$ 14,1 milhões para microcrédito produtivo orientado em 215 municípios do Estado da Bahia, no âmbito do Programa Credibahia;

- Ande (Agência Nacional de Desenvolvimento Empresarial): financiamento no valor de R\$ 6 milhões em investimento total de R\$ 7,1 milhões para operações de microcrédito produtivo orientado, destinado a 78 municípios dos estados de Pernambuco, Ceará, Bahia, Rio Grande do Norte e Minas Gerais;

- Cresol Baser (Cooperativa de Crédito Rural): financiamento no valor de R\$ 956 mil em investimento total de R\$ 1,1 milhão destinados ao fortalecimento institucional da Cresol. Sua área de atuação compreende diversos municípios do Paraná, onde existem atualmente cinquenta cooperativas, e de Santa Catarina, com nove cooperativas.

O BNDES ainda mantém em seu sítio na internet muitas publicações relacionadas ao setor de microfinanças no Brasil.

3.5 Crédito popular pessoal: endividar-se para poder consumir

O modo de desenvolvimento do capitalismo, em sua atual dinâmica, acaba por invadir a vida cotidiana e organizar esse cotidiano de acordo com a sua lógica. A lógica do desenvolvimento do capitalismo passa de forma globalitária a influir e explorar a sociedade inteira, por meio do consumo, criando novas mercadorias e novas necessidades.

Assim é que os objetos hoje “[...] não existem absolutamente com a finalidade de serem possuídos e usados, mas sim unicamente com a de serem produzidos e comprados”

⁵⁸ Informações obtidas no relatório anual do BNDES (2006 p.39).

(BAUDRILLARD, 1993, p.172). É como Fábio Tozi (2008, p.110) nos lembra quando analisa a difusão expandida do consumo de aparelhos celulares no país, mas que, no entanto, a disponibilidade e a necessidade criada para que se consuma esse objeto técnico não levam em consideração todas as carências outras da população pobre do país⁵⁹ e, nem mesmo a possibilidade de seu uso efetivo.

Hoje a produção de mercadorias não visa a atender a uma demanda, mas cria necessidades. Dessa forma, todos são chamados a consumir as novidades como se fossem novas necessidades.

De acordo com José de Souza Martins (1997, p.36), “O conjunto da sociedade já não é a sociedade da produção, mas a sociedade do consumo e da circulação de mercadorias e serviços. Portanto o eixo de seu funcionamento sai da fábrica e vai para o mercado”.

Por isso, mesmo a classe mais pobre, considerada até então marginal em relação ao mercado, acaba cooptada, inserida nesse mundo da mercadoria. Segundo Martins (1997, p.34), “Este processo que nós chamamos de exclusão não cria mais os pobres que nós conhecíamos e reconhecíamos até outro dia. Ele cria uma sociedade paralela que é incluyente, do ponto de vista econômico, e excludente, do ponto de vista social, moral e até político”.

E é nessas circunstâncias que o crédito popular pessoal passa a ser ofertado também como forma de acesso ao novo, de acesso ao mercado. Há crédito para tudo, pois o dinheiro não está vinculado a um objeto, ele é retirado em espécie. A propaganda chama a todos: “Qual é seu sonho? Torne realidade agora!”⁶⁰

Contudo, o dinheiro obtido junto às financeiras não é usado somente como meio para comprar algo novo. Kauê Lopes dos Santos (2008), ao estudar a financeirização da população pobre urbana na cidade de São Paulo (SP), constatou que 50% das pessoas que entrevistou (trabalhadores do circuito inferior da economia) contraíram dívidas junto às financeiras como forma de saldar débitos em atraso em lojas do circuito superior da economia (eletro e carros), ou ainda, para pagar contas atrasadas do dia-a dia, como água, luz, telefone e alimentação.

O endividamento das famílias já é algo preocupante: em fevereiro de 2009, 38% das famílias paulistanas estavam endividadas, em janeiro esse número era de 45%, deste total 12% estavam com suas contas atrasadas; o cartão de crédito apresentava-se como o principal

⁵⁹ Quão necessário é um aparelho celular para uma sociedade que não reclama seus direitos essenciais: saúde, habitação, educação de qualidade, etc.? Como manter as tarifas das ligações dos aparelhos numa sociedade sem garantias de emprego e renda?

⁶⁰ Frase de um panfleto da BV- Financeira.

tipo de dívida (46%) dos consumidores, seguido pelos carnês (28%), crédito pessoal (8%), cheque especial (4%), cheque pré-datado (2%) e outros tipos de dívida (10%).⁶¹

Por meio do crédito pessoal e da difusão do cartão de crédito popular, o sistema financeiro passa a atingir as classes sociais de baixa renda e alcança, com isso, novas fontes de lucro⁶².

O Banco Panamericano, especializado em atender esse segmento, com foco direcionado ao financiamento do consumo, obteve lucro líquido em 2006 de R\$ 95,5 milhões de reais e em 2007 de R\$ 200,9 milhões, o que representou um crescimento de 110,4%⁶³.

De acordo com Fernando Costa (2002), “o crédito massificado concedido pelos bancos através de linhas de crédito direto ao consumidor (CDC) e de empréstimo pessoal é um dos segmentos mais rentáveis do sistema financeiro”.

Em um estudo recente, feito pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) e divulgado pela Folha de São Paulo⁶⁴, foi constatado que o “spread” bancário no Brasil é o maior do mundo, tornando o crédito um recurso caro para empresas e cidadãos e a maior fonte de lucro do sistema financeiro no Brasil.

As possibilidades de ganhos extraordinários a partir do financiamento de bens de consumo e oferta de dinheiro às classes sociais de baixa renda atraíram grandes conglomerados financeiros a atuarem nesse segmento do mercado. Processo esse que analisaremos no item a seguir.

3.6 Conglomerados Financeiros e os novos usos do território

Buscamos mostrar aqui novos usos do território pelo sistema financeiro, que resultam na constituição de Bancos Múltiplos ou financeiras, especializados em oferecer crédito ao consumo e empréstimo pessoal. São esses agentes ligados a grandes conglomerados financeiros que atuam em todo o território e exercem função política e econômica na modernização do território brasileiro, principalmente na disseminação de crédito vinculado às

⁶¹ Ver pesquisa em: Fercomércio (2009).

⁶² As operações de crédito pessoal podem chegar a um Custo Efetivo Total (taxa única que contém todos os custos da operação) de 173% ao ano.

⁶³ Ver dados em: Panamericano (2007).

⁶⁴ Ver: Folha de São Paulo (2009).

necessidades de consumo. Trabalhamos nos subitens **3.6.1, 3.6.2 e 3.6.3** com os Bancos Fininvest e Finasa e a financeira Taí. Ligados a importantes conglomerados nacionais Itaú/Unibanco e Bradesco, nos subitens **3.6.4, 3.6.5 e 3.6.6** analisamos as financeiras Losango, Citifinancial e Banco Cacique, subsidiárias dos conglomerados de origem estrangeira HSBC Bank S.A, Citibank S.A e Societá Generale S.A, respectivamente, e por último, no subitem **3.6.7** o Banco Popular, controlado pelo conglomerado Banco do Brasil S.A. . Esses agentes do sistema financeiro estão hoje entre as maiores empresas financeiras do país especializadas em atender as classes sociais de baixa renda.

3.6.1 O Banco Fininvest

A Fininvest, uma empresa do Conglomerado Unibanco, fundada em 1961, está entre as maiores corporações do país. Sua história junto ao conglomerado Unibanco inicia-se em 1996, quando este adquire 50% da Fininvest. Posteriormente, em dezembro de 2000, acompanhando os movimentos de fusão entre empresas financeiras, o Unibanco assume o controle integral da Fininvest, com isso, adicionou à sua base 3 milhões de clientes e passou a controlar a maior empresa brasileira de crédito ao consumo. Seu relatório anual intitula essa compra como “Expansão estratégica para o segmento de baixa renda”.

Tais estratégias buscam alcançar as classes sociais de baixa renda a partir de um projeto de exploração econômica e segregação social, e não de inclusão bancária, como dizem esses agentes. Podemos ler no relatório anual de 2002 do Unibanco “Por meio das marcas populares são atingidas as camadas da população de baixa renda. Tal estratégia evita o atendimento do mercado de massa dentro das agências e protege assim o padrão de qualidade oferecido pelo Unibanco aos clientes de maior renda”⁶⁵(**Grifo nosso**).

Em dezembro de 2001, após um ano sob controle do conglomerado Unibanco, a Fininvest alcança R\$ 50,2 milhões de reais de lucro líquido. Inaugura 38 lojas no território nacional e encerra 2001 com R\$ 1,6 bilhão em operações de crédito e 2,2 bilhões em ativos. Sua base de clientes também já era notadamente extraordinária, alcançando, no período, aproximadamente 3,9 milhões de pessoas, captadas e atendidas nas 121 lojas distribuídas pelas principais praças financeiras do país.

⁶⁵ Ver: Relatório Anual Unibanco (2002, p.31).

Estratégias novas no uso do território são arquitetadas em 2002 e 2003. A partir da disposição cada vez maior de conteúdos técnicos, a Fininvest, em 2002, aumenta a participação de cartões magnéticos para saque e pagamentos, atingindo 6,4 milhões de cartões, e com isso, reduz as transações com carnês. É também nesse ano que o Unibanco e a *International Finance Corporation* – IFC⁶⁶ – assinam acordo que destina US\$ 1,25 milhão para a criação da Microinvest SA., uma sociedade de crédito ao micro-empendedor, com a orientação de captar poupança e oferecer crédito ao circuito inferior da economia; essa empresa utiliza toda a rede de distribuição, tecnologia e sistemas de informações da Fininvest, sua sede está localizada, hoje, na loja Fininvest - Central do Brasil - na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Em 2003, é arquitetada uma nova fusão: o conglomerado Unibanco adquiriu por 47 milhões de reais o controle total da Creditec, Crédito, Financiamento e Investimento S.A., com o objetivo de converter em pouco tempo todos os pontos de venda Creditec em pontos Fininvest. Nesse ano, o lucro líquido da Fininvest foi de R\$ 159 milhões de reais, ou seja, essa empresa triplicou os seus lucros em apenas 2 anos.

O constante processo de fusões e alianças foi responsável por um crescimento contínuo da base de clientes do conglomerado Unibanco, tendo as empresas Fininvest, Luizacred e Pontocred como responsáveis diretos. Em 2002, essas empresas, juntas, ultrapassam a carteira de clientes do banco Unibanco e, em 2003, passam a somar uma base de mais de 8 milhões de clientes.

Em 2004, a Fininvest alcança um lucro líquido de 197 milhões de reais. Atinge a marca de 9,9 milhões de cartões de crédito e *private label*⁶⁷ sob sua administração. Atuando como correspondente bancário da Microinvest S.A. que, usando de parte de sua estrutura, essa empresa financia em 2005 mais de 11 milhões de reais, atendendo às necessidades de pequenos comerciantes, contudo, cobrando taxas de juros usurárias.

A expansão territorial da Fininvest a partir de 2003, quando passa a ser controlada totalmente pela Unibanco Holding, é uma das metas principais e que dão ritmo a seu projeto de crescimento e exploração. Essa empresa implanta suas lojas de crédito ano após ano nos lugares, atingindo em 2006 um total de 714 lojas em todo o território brasileiro, 543% a mais em relação às 111 lojas de 2003. Seus pontos de venda passam de 11.884 para mais de 13.000

⁶⁶ A IFC é uma das subsidiárias do Grupo Banco Mundial, responsável por fornecer empréstimos ao setor privado dos países subdesenvolvidos.

⁶⁷ Os cartões de crédito *Private Label* são cartões emitidos por varejistas para uso restrito em seu estabelecimento, pode haver ainda a associação entre financeiras e varejistas. Nos últimos anos, muitos supermercados, mesmo de pequeno porte, associaram-se a financeiras como a Fininvest para oferecer possibilidade de crédito a seus clientes.

pontos em 2007. Contudo, em 2007 há uma redução no número de lojas da empresa, que passa para um total de 585. Essa diminuição se deu, sobretudo, na região Sudeste.

A distribuição dessas lojas pelo território brasileiro, se comparada com as agências do Banco múltiplo Unibanco, confirma nossa hipótese de que o território conhece nesses últimos anos um intenso processo de financeirização que se expressa, sobretudo, pelo aumento de instituições financeiras que se especializam em atender às classes sociais de baixa renda.

Na região Nordeste, em 2007, o conglomerado Unibanco possuía 70 agências bancárias e 66 lojas Fininvest. Em 2003, eram 65 agências e 22 lojas de crédito; em apenas 6 anos houve um crescimento de 7,7% em relação ao número de agências, enquanto o crescimento no número de lojas de crédito foi de 200% no período citado.

Na região Sul, em 2003 havia instaladas 16 lojas de crédito Fininvest. Em 2007, as lojas de crédito Fininvest já haviam se espalhado estrategicamente por 17 cidades sulistas que, juntas, abrigavam um total de 144 unidades desse novo fixo bancário. Um crescimento de 800%. Já as tradicionais agências bancárias que eram 110 em 2003, passam a 122 em 2007; um crescimento de 11%. Em outras regiões do país esse processo não foi diferente, como podemos observar na **Tabela 7** da página 82.

Assim como no caso das agências bancárias, a topologia das lojas de crédito demonstra enorme concentração no estado de São Paulo. São 50 cidades⁶⁸ onde a Fininvest está presente, somente na cidade de São Paulo (SP) é possível encontrar lojas de crédito Fininvest em 34 bairros. Quanto aos demais estados da Região Concentrada, encontramos a Fininvest em 46 cidades.

Em toda a Região Centro-Oeste apenas 11 cidades⁶⁹ e, na Região da Amazônia, 4 cidades⁷⁰ acolhem lojas dessa empresa. Nos estados de Roraima, Acre, Rondônia e Tocantins, não encontramos Lojas Fininvest em nenhuma cidade.

Na Região Nordeste 22 cidades⁷¹ acolhem Lojas Fininvest, sendo a Bahia e o estado de Pernambuco os lugares onde encontramos o maior número de cidades com esses fixos.

⁶⁸ Americana, Araçatuba, Araraquara, Assis, Barueri, Bauru, Botucatu, Bragança Paulista, Campinas, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Franca, Guaratinguetá, Guarujá, Guarulhos, Indaiatuba, Itapetininga, Itapevi, Itaquaquecetuba, Itu, Jacareí, Jandira, Itu, Jaú, Jundiá, Limeira, Marília, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Ourinhos, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Santa Bárbara do Oeste, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Carlos, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Paulo, São Vicente, Sorocaba, Sumaré, Suzano, Taboão da Serra, Taubaté, Votuporanga.

⁶⁹ Brasília (DF), Anápolis (GO), Aparecida de Goiânia (GO), Goiânia (GO), Rio Verde (GO), Cuiabá (MT), Rondonópolis (MT), Várzea Grande (MT), Campo Grande (MS), Dourados (MS) Três Lagoas (MS)

⁷⁰ Manaus (AM), Belém (PA), Santarém (PA), Macapá (AP).

⁷¹ Feira de Santana (BA), Itabuna (BA), Lauro de Freitas (BA), Salvador (BA), Vitória da Conquista (BA), Fortaleza (CE), Juazeiro do Norte (CE) Maracanaú (CE), Imperatriz (MA), São Luis (MA), Campina Grande

Contudo, essa não é a efetiva participação da Fininvest no território brasileiro, pois essa empresa financeira alcança um número maior de lugares através de seus pontos de venda (**Tabela 7**). Constituído a partir de parcerias com comerciantes locais, o sistema financeiro, neste caso a Fininvest, estende-se numa rede de mais de 13.000 pontos. Como um parasita, essa empresa instala pontos de venda perfeitamente integrados ao sistema organizacional de pequenas empresas como: lojas de roupa, farmácias, estacionamentos de venda de veículos, etc., tornando sua presença vantajosa em todos os lugares.

Suas lojas de crédito são hoje fixos geográficos que demonstram com clareza a vontade dessa empresa de construir sistemas de objetos e ações que atendam às classes sociais de baixa renda. O cartaz que pode ser visualizado na **Foto 1** está localizado no estacionamento do banco Fininvest, na região central de Limeira (SP), a tarifa cobrada mensalmente para a manutenção de uma conta corrente é de R\$ 1,90, uma alusão aos produtos vendidos nas lojas populares de 1,99.

Foto 1: Cartaz em estacionamento do Banco Fininvest / Limeira (SP)



Foto: Ricardo Alberto Scherma/ Trabalho de Campo Dezembro de 2008

A comercialização de produtos financeiros nessas lojas vai de empréstimos pessoais feitos via cartão magnético⁷² ou cheques pré-datados, venda de títulos de capitalização e de seguro a serviços de assistência; ainda é possível contratar empréstimos das linhas de microcrédito destinadas ao circuito inferior da economia, bem como adquirir toda uma gama de cartões de crédito. Todos esses cartões de crédito estão disponíveis para pessoas com renda mensal a partir de R\$ 150,00 (o que corresponderia a 36,15% do salário mínimo). Outro serviço é a possibilidade de crédito consignado em folha de pagamento, para funcionários públicos ou aposentados.

A disposição ampliada de dinheiro e de cartões de crédito para o consumo, bem como, o consumo de novos serviços de seguro e assistência⁷³ se mostra, portanto, como forma de acumulação capitalista do período atual.

⁷² O Cartão Fininvest Diamante possibilita: saques em caixas eletrônicos da rede 24 horas, Unibanco e Lojas Fininvest e tele saque, por meio de um telefonema o dinheiro é liberado em conta corrente através de um DOC. Seus empréstimos são parcelados em 12 vezes, bandeira Master Card., sem anuidade, renda mínima de R\$ 150,00, possibilidade de pagamento de contas de água, energia elétrica etc. Ainda é possível adquirir o cartão Fininvest Especial, com burocracia menor esse cartão possibilita a operação de todos os serviços descritos para o cartão Fininvest Diamante, a única diferença é o fato de não ser vinculado à bandeira Master Card (Banco Fininvest, 2008).

⁷³ Em uma loja Fininvest é possível contratar os seguintes serviços de assistência: assistência PET (bicho de estimação), assistência residencial e assistência automóvel (Banco Fininvest, 2008).

Tabela 7: Distribuição espacial das agências bancárias Unibanco / Lojas e pontos de venda Fininvest

Regiões	Lojas FININVEST (unidades)					Pontos de Venda FININVEST (unidades)					Agências UNIBANCO (unidades)				
	2003	2004	2005	2006	2007	2003	2004	2005	2006	2007	2003	2004	2005	2006	2007
NORTE	4	4	4	8	11	217	308	329	295	////	8	6	11	11	13
NORDESTE	22	33	37	94	66	1021	1272	1485	1688	////	65	67	68	69	70
SUL	16	27	30	140	144	1792	2682	2881	2955	////	110	113	116	121	122
SUDESTE	63	176	191	435	328	4559	6199	6283	5845	////	654	667	676	695	705
CENTRO- OESTE	6	13	17	37	36	376	780	1043	992	////	36	42	43	44	42
TOTAL	111	253	279	714	585	11.884	11.241	12.021	11.775	13.001	873	895	914	940	952

Fonte: Relatório anual Unibanco de 2003 a 2007 / Org. Ricardo A. Scherma

3.6.2 O Banco Finasa BMC S.A.

O Banco Finasa, constituído em 2002, atua como agente financeiro dentro do conglomerado Bradesco. Resultado de sucessivas fusões e incorporações⁷⁴, o Banco Finasa encontra-se hoje entre os maiores no segmento de crédito direto ao consumidor, crédito pessoal e financiamento de veículos. Seus negócios são realizados por meio de sua subsidiária integral, a Finasa Promotora de Vendas. Estende sua rede por 375 filiais situadas em todo o território nacional, além de uma estrutura constituída a partir de uma aliança entre o banco e seus parceiros comerciais.

Sua razão social se altera em 2007 com a aquisição do BMC e passa a se chamar Banco Finasa BMC S.A.. A incorporação do BMC ao conglomerado Bradesco corrobora a tese de atuação cada vez maior dos grandes bancos junto às classes sociais de baixa renda, pois o BMC é um dos maiores bancos em crédito consignado de INSS⁷⁵, e sua principal forma de atuação nos lugares é por meio de correspondentes bancários. Hoje, segundo dados desse banco, é possível somar 28 pontos de comando compostos por agências e escritórios distribuídos pelas capitais e centros regionais dos estados, responsáveis por administrar mais de 1.000 correspondentes por todo o território nacional, inclusive em áreas com baixa bancarização.

Desde a criação do Banco Finasa em 2002, contínuos acordos foram fechados nesses últimos anos junto a grandes empresas numa demonstração clara de associação entre varejo e sistema financeiro. Empresas como Ford, Scania, Komatsu, Randon, Microsoft, Casas Bahia, Armazém Paraíba, DudonY, Ponte Irmão, Elcetrozema, Facilar, Armazém Nordeste e Gabryella passaram a contar com o financiamento de seus produtos via intermediação bancária, o que fortaleceu ainda mais a presença do Bradesco em território nacional e favoreceu o financiamento do consumo.

⁷⁴ O grupo Martinelli, fundado em 1894, permaneceu por mais de 100 anos no mercado quando, em 1996, o Banco Pontual adquire, com recursos do Proer, o controle das atividades financeiras do grupo. Quando da intervenção do Banco Central para executar a liquidação extra-judicial do Pontual devido a enormes problemas na captação de recursos junto ao público, o BCN (Banco de Crédito Nacional), já em poder do Bradesco, assume boa parte do Pontual. Em 1998, O BCN assume também as atividades financeiras da Continental, que passa a ser uma financeira de atuação nacional, vinculada ao BCN/Bradesco. Em 2002, a Continental incorpora a carteira de Financiamentos da Ford Credit e do Banco Mercantil; com isso, é criado o Banco Finasa S.A. Em 2003, a aquisição do Banco Zogbi S.A e de suas empresas controladas coloca o Banco Finasa entre os maiores especializados em crédito no varejo (BANCO FINASA,2008).

⁷⁵ “Em junho de 2007, a carteira de crédito pessoa física atingiu R\$ 743 milhões (2006 – R\$551,5), um crescimento de 34,7% em relação a dezembro de 2006. Esta carteira é composta por 16,1% de financiamento de veículos; 75,9% de empréstimos consignados; 7,6% de empréstimo com garantia de veículos e 0,4% de financiamento de bens e serviços” (BANCO BMC, 2008).

Hoje o banco Finasa assume papel central dentro do conglomerado Bradesco em relação às estratégias de alcance ao consumidor de baixa renda do conglomerado Bradesco, pois, por intermédio de sua subsidiária (Finasa), o sistema de crédito e outros produtos do conglomerado Bradesco são distribuídos por meio de 376 lojas de crédito e 36.970 lojas e revendas associadas a esse banco.

3.6.3 A Financeira Taíí

A Financeira Taíí é uma empresa do Grupo Itaú, que foi criada em 2004 como estratégia do conglomerado Itaú para alcançar as classes sociais de baixa renda. Diferente de suas concorrentes, Fininvest e Finasa, essa empresa direciona suas atividades especialmente para o empréstimo pessoal e emissão de cartões de crédito; não é possível, por exemplo, financiar um veículo junto a uma loja Taíí.

Através de um cartão de empréstimo pessoal, o cliente Taíí solicita empréstimos diretamente nos caixas eletrônicos⁷⁶ da rede Itaú e paga posteriormente seus empréstimos, via fatura. Dessa maneira, o conglomerado Itaú aproveita a potencialidade de toda sua rede técnica e, possibilita, com isso, operações de crédito pessoal em milhares de pontos de atendimento eletrônico.

Suas lojas se espalham por 22 estados da federação e alcançam as cidades de maior densidade técnica, informacional e financeira, consolidando em 2008 uma rede de 250 lojas. A Região Concentrada é a porção do território com maior número de cidades com lojas dessa financeira: são 16 cidades paranaenses, 18 no Rio de Janeiro, 7 no Espírito Santo, 25 em Minas Gerais e 59 em território Paulista; no Rio Grande do Sul, apenas em Porto Alegre é possível encontrarmos uma loja Taíí. Sua rede se estende em direção a importantes cidades nordestinas, entre elas, Camaçari (BA), Feira de Santana (BA), Ilhéus (BA), Itabuna (BA), Juazeiro (BA), Salvador (BA), Teixeira de Freitas (BA) e Vitória da Conquista (BA), totalizando 8 cidades nesse estado. Em Pernambuco são 7 cidades que acolhem Lojas Taíí: Camaragibe (PE), Caruaru (PE), Jaboatão dos Guararapes (PE), Olinda (PE), Paulista (PE), Petrolina (PE) e Recife (PE). No estado do

⁷⁶ Em setembro de 2008 o Itaú disponibilizava ao público 23.832 mil caixas eletrônicos distribuídos pelo território brasileiro.

Ceará a Taíí está presente em 4 cidades, todos os outros estados da região possuem lojas de crédito Taíí apenas nas suas capitais.

Quanto aos estados da região Centro-Oeste, apenas em Goiás é possível encontrar esses fixos além dos limites das capitais dos estados que compõem a região. Na região da Amazônia apenas as cidades de Manaus e Belém receberam lojas Taíí.

Seguindo as lógicas de associação entre varejo e sistema financeiro, o banco Itaú e Lojas Americanas firmam contrato em julho de 2005 e passam a oferecer produtos de crédito aos clientes das Lojas Americanas. Por meio da marca *Americanas Taíí*, 212 pontos de venda de produtos financeiros são instalados dentro das lojas e 16 lojas próprias são constituídas, ampliando a capilaridade dessa financeira.

Com essa parceria, a Taíí alcança uma rede de pontos de venda bastante privilegiada, pois a empresa Lojas Americanas S.A. é uma das mais tradicionais no ramo de varejo do país e possui atualmente 315 lojas no Sudeste, 52 na região Sul, 56 no Nordeste, 37 no Centro-Oeste e 8 na região Norte. Grande parte destes estabelecimentos está situada dentro de Shopping Centers, ou seja, em lugares de grande fluxo de pessoas. Ainda que a financeira Americanas Taíí não esteja presente em todas as lojas Americanas, sua participação é bastante considerável.

A Associação da Taíí junto ao grupo Pão de Açúcar – Centro Brasileiro de Distribuição - em julho de 2004 resultou na formação da financeira Itaú CDB. Alojada no interior de 340 estabelecimentos do Grupo Pão de Açúcar, essa financeira disponibiliza produtos financeiros como empréstimo pessoal, cartão de crédito, garantia estendida, crédito direto ao consumidor, etc., a todos que possuam renda superior a R\$ 260,00, o que corresponderia, em 2008, a pouco mais que meio salário mínimo.

A financeira Taíí desenvolveu novas estratégias de cooptação de clientes, seus promotores de vendas, geralmente jovens, deslocam-se para lugares de grande circulação de pessoas, onde abordam os transeuntes na tentativa de vender seus produtos. Essa prática pode ser comumente constatada em regiões centrais das cidades onde a financeira está instalada.

Foto 2: Promotoras de vendas Taíi / Rua das Flores - Centro Metropolitano de Curitiba (PR)



Foto: Ricardo Alberto Scherma (Julho de 2007)

A Taíi invade o espaço público, o uniforme colorido de seus agentes atrai a atenção dos transeuntes e fortalece a imagem dessa empresa. Dispersos em meio à população, seus agentes disseminam o crédito fácil a juros abusivos e auxiliam na consolidação das estratégias de exploração das classes sociais de baixa renda pelo sistema financeiro em território brasileiro.

Como podemos observar na **Foto 2**, a financeira Taíi submete seus funcionários ao trabalho em plena rua, sem nenhum tipo de segurança; apesar de funcionários do sistema financeiro, esses jovens não são tratados como tal, segundo o sindicato dos bancários do Rio de Janeiro, eles não são enquadrados como bancários e nem como financiários⁷⁷. São essas as normas organizacionais do período técnico-científico-informacional, em que “fala-se, então, em flexibilidade para nomear um conjunto de novas formas de organização que buscam criar um âmbito de fluidez nas relações entre as firmas, destas com os consumidores e com a força de trabalho” (SILVEIRA, 1997,

⁷⁷ Esses funcionários são contratados como “Promotores de crédito” e são atendidos não pelo Sindicato dos Bancários, mas pelo chamado “Sindicatão”, que congrega contabilistas, escriturários entre outras categorias.

p.37). Normas organizacionais que orientam as empresas a sub-contratações destinando milhares de brasileiros a viverem sob condições precárias de trabalho.

3.6.4 A Financeira Losango

A Financeira Losango foi fundada há mais de 40 anos e atuava como subsidiária do banco inglês Lloyds, o mais antigo dos bancos estrangeiros em território nacional: a data de aporte do Lloyds em território brasileiro remonta meados do século XIX.

Em dezembro de 2003, após a compra do Lloyds pelo também inglês HSBC, a financeira Losango é incorporada ao conglomerado HSBC. Considerada como uma financeira de ampla penetração nas classes sociais de baixa renda e a principal concorrente da Fininvest, o conglomerado HSBC de atuação mundial consolida, com essa incorporação, suas estratégias voltadas para a exploração da população pobre brasileira. No início do mesmo ano, o conglomerado HSBC pagou U\$14 bilhões pela *Household International Inc.*, a segunda maior financeira norte-americana, numa vontade explícita desse banco de atuar nesse segmento em escala planetária.

A Losango contava, no ano de sua incorporação ao conglomerado HSBC, com 7,5 milhões de clientes, 110 lojas próprias e financiava vendas em 16 mil estabelecimentos comerciais.

Hoje, sua rede de distribuição é formada por mais de 300 lojas, criteriosamente instaladas em 151 cidades em 23 estados da federação. Assim como no caso de suas concorrentes diretas (Fininvest, Taíí, Finasa, etc.), as cidades da Região Concentrada são o principal nicho de desenvolvimento dos negócios dessa empresa, estando presente em 43 cidades⁷⁸ no estado de São Paulo, 10 em Minas Gerais⁷⁹, 17 no estado do

⁷⁸No estado de São Paulo a Losango está presente em: Limeira, Presidente Prudente, Bauru, Santos, Ribeirão Preto, São Carlos, São Paulo, Osasco, Marília, Jundiá, Piracicaba, São José dos Campos, Campinas, São José do Rio Preto, Santo André, São Bernardo do Campo, Campinas, Guarulhos, Sorocaba, Araraquara, Americana, Taubaté, Jacareí, São Vicente, Rio Claro, Paulínia, Registro, Araçatuba, Franca, Carapicuíba, Taboão da Serra, Lorena, Assis, Indaiatuba, Itapetininga, São Joaquim da Barra, Votuporanga, Pindamonhangaba, Mogi-Guaçu, Caraguatatuba, São Caetano do Sul, Itaquera, Mococa, Suzano.

⁷⁹No estado de Minas Gerais é possível encontramos Lojas de Crédito Losango nas seguintes cidades: Montes Claros, Belo Horizonte, Divinópolis, Varginha, Juiz de Fora, Ipatinga, Uberlândia, Uberaba, Ubá, Araguari.

Paraná⁸⁰, 13 cidades no Rio de Janeiro⁸¹, 12 no Rio Grande do Sul⁸², 10 em Santa Catarina⁸³ e 3 cidades no Espírito Santo⁸⁴.

Com lojas de crédito em 108 cidades da Região Concentrada, sua presença em outras regiões é apenas pontual, limitando-se às capitais e ou cidades regionais, como é o caso do estado de Pernambuco, onde encontramos Lojas de Crédito Losango nas seguintes cidades: Recife (PE), Caruaru (PE) Jaboatão dos Guararapes (PE) e Petrolina (PE). Além dos estados que compõem a Região Concentrada, apenas no estado da Bahia⁸⁵ é possível encontrarmos lojas de crédito Losango em mais de 5 cidades.

A associação da Losango com grandes redes varejistas amplia sobremaneira a participação dessa empresa no financiamento ao consumo. Entre seus contratos para a emissão de cartões está a empresa Hering (loja de roupas). Além da emissão de cartões, a Losango financia por meio de Crédito Direto ao Consumidor (CDC) as vendas à prazo de ao menos 16 empresas (lojas de departamentos), com rede de distribuição considerável; entre elas destacam-se:

- Lojas Insinuante: uma rede de varejo de móveis e eletrodomésticos, iniciou suas atividades em 1959 em Vitória da Conquista (BA). Atualmente conta com 220 lojas distribuídas pelos estados do Nordeste, alcançando o estado do Espírito Santo e o estado do Rio de Janeiro.

- Ricardo Eletro: rede de varejo de eletrodomésticos, fundada em 1996 em Minas Gerais, hoje essa empresa conta com 15 Lojas no estado de São Paulo, 24 no Rio de Janeiro, 19 no Espírito Santo, 65 lojas na Região Nordeste, 51 lojas no Distrito Federal e Goiás e 86 lojas em Minas Gerais.

- CityLar: é a maior rede varejista (eletro e móveis) das regiões Centro-Oeste e Norte do país. Com sede em Cuiabá (MT), administra uma rede de 150 lojas dispersas pelas capitais e também pelas mais importantes cidades dos estados de Mato Grosso, Acre, Rondônia, Tocantins, Maranhão, Pará, Amazonas e Roraima.

⁸⁰ No Paraná a Losango está presente em: Curitiba, Maringá, Londrina, Ponta Grossa, Cascavel, Paranaguá, Pinhais, Fazenda Rio Grande, Araçongas, Cornélio Procópio, Santo Antônio da Platina, Toledo, Paranaíba, Guarapuava, Francisco Beltrão, Umuarama, São José dos Pinhais.

⁸¹ Nova Friburgo, Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Volta Redonda, Niterói, Petrópolis, Campos dos Goytacazes, São Gonçalo, Teresópolis, Queimados, Magé, Cabo Frio.

⁸² Canoas, Caxias do Sul, Porto Alegre, Pelotas, Passo Fundo, São Leopoldo, Carazinho, Santo Ângelo, Santa Maria, Cachoeirinha, Gravataí, Nova Hamburgo.

⁸³ Itajaí, Florianópolis, Joinville, Blumenau, Jaraguá do Sul, Brusque, Tubarão, Lages, Criciúma, São José.

⁸⁴ Vitória, Cachoeira do Itapemirim, Cariacica.

⁸⁵ No estado da Bahia a Losango está presente nas cidades de: Salvador, Vitória da Conquista, Camaçari, Eunápolis e Feira de Santana.

Entre as estratégias recentes de expansão da financeira Losango está a idéia de instalação de quiosques de atendimento em algumas agências HSBC, bem como em lojas que atuam em parceria com a empresa. Nesses quiosques é possível adquirir todos os produtos financeiros disponibilizados pela empresa, entre eles: conta corrente simplificada, crédito pessoal, crédito consignado, cartões de crédito, e seguros.

3.6.5 CitiFinancial

A Citifinancial é uma subsidiária do conglomerado norte-americano Citigroup Inc., um dos maiores conglomerados financeiros do mundo, com presença em mais de cem países.

A empresa financeira Citifinancial atua hoje em 26 países⁸⁶ e no Brasil está instalada desde 2003, quando começou a operar com 9 lojas. Seu movimento de expansão foi significativo e apenas um ano depois de iniciar suas operações no território brasileiro suas lojas de crédito já somavam 20 unidades; em 2005 eram 51 e hoje são 94 lojas distribuídas pelas capitais de 21 estados, assim como em algumas das mais dinâmicas cidades do interior dos estados de São Paulo⁸⁷, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, e Minas Gerais

Exercendo atividades ligadas à concessão de crédito pessoal, é possível em uma loja de crédito Citifinancial adquirir os seguintes “produtos”:

- a- Crédito Pessoal: dinheiro liberado por meio de ordem de pagamento ou depósito em conta. 36 meses é o prazo para o pagamento.
- b- Autocrédito: modalidade de concessão de crédito pessoal, em que o cliente usa o carro como garantia. 60 meses é o prazo máximo para pagamento.
- c- Crédito Consignado: através de celebração de contrato entre a financeira e uma empresa, possibilita ao trabalhador contrair empréstimo junto à Citifinancial, sendo as parcelas para abate da dívida descontadas em folha de pagamento.

⁸⁶ Argentina, Austrália, Brasil, Chile, Dinamarca, Finlândia, Hong Kong (China), Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Noruega, Filipinas, Polônia, Romênia, Rússia, Eslováquia, Coreia do Sul, Espanha, Suécia, Reino Unido, Tailândia, Canadá, Porto Rico, Estados Unidos.

⁸⁷ No estado de São Paulo, por exemplo, é possível encontrarmos filiais da Citifinancial nas cidades de: Americana, Bauru, Campinas, Jundiá, Limeira, Presidente Prudente, Piracicaba, Ribeirão Preto, São José dos Campos, São Jose do rio Preto, Sorocaba, Taubaté.

d- Crédito Consignado INSS: aposentados e pensionistas podem contrair empréstimos com desconto em folha de pagamento; as taxas de juros variam entre 1,75% ao mês, para pagamentos em até 6 meses, e 2,50% para pagamentos efetuados entre 7 a 60 meses.

Assim como no caso de suas concorrentes, ainda é possível contratar planos de seguro em uma loja Citifinancial.

A atuação do grupo Citibank S.A. e sua expansão por diversas cidades do país corroboram a nossa hipótese de atuação cada vez maior dos conglomerados financeiros junto às classes sociais de baixa renda, visto que historicamente o Citibank direcionou suas atividades ao atendimento às grandes empresas, aos governos federal, estadual e municipal, bem como, à pessoa física de alto poder aquisitivo e concentrou suas operações em poucas capitais de estado. A constituição da Citifinancial é um exemplo dessa novidade do período, a vontade dos conglomerados (de atuação mundial) de exploração das classes sociais de baixa renda através de mecanismos financeiros.

3.6.6 O Banco Cacique

Fundado em 1984 como uma financeira integrante da Companhia Cacique de Café Solúvel, da família de Horácio Sabino Coimbra, o Banco Cacique constitui-se como banco múltiplo oportunamente em 1989, beneficiando-se das novas possibilidades normativas dadas pela Constituição Federal de 1988.

Em 2007, o Banco Cacique⁸⁸ é adquirido pelo Grupo francês Société Générale, com ativos da ordem de 956.8 bilhões de euros e patrimônio líquido de 33,4 bilhões de euros, o conglomerado financeiro Société Générale é considerado o quarto maior banco europeu e a sexta maior companhia francesa.

⁸⁸ Especializado na concessão de crédito pessoal consignado, a maior parte da carteira de empréstimos do Banco Cacique se concentra nesse segmento, contudo, atua em outros segmentos como seguros, crédito direto ao consumidor (CDC), crédito pessoal e financiamento de automóveis. Em 2007, sua carteira de crédito alcançava R\$ 1.196 milhões e era composta em 95% de operações voltadas ao varejo, sendo 34% de crédito direto ao consumidor (CDC); 6% de crédito pessoal, 19% de crédito pessoal consignado a funcionários públicos e 41% de crédito consignado a aposentados e pensionistas do INSS (BANCO CACIQUE, 2008).

Em meados de 2006, sua rede se formava a partir de 122 lojas próprias; em dezembro de 2007, eram 171 filiais próprias, o que representou um crescimento de 40% em apenas um ano. Essa extensa base territorial, se somada aos 2.300 pontos de revenda de crédito direto ao consumidor, proporcionou um incremento nos lucros líquidos do banco em mais de 40%. Hoje, suas filiais ultrapassam 200 unidades e expandiram-se para quase todos os estados da federação, apenas Rondônia, Acre, Roraima e Amapá não receberam nesses últimos anos lojas de crédito do Banco Cacique.

Contudo, apesar da expansão para as Regiões da Amazônia e Centro-Oeste, aqui a presença desse banco é ainda pontual, limitando-se às capitais dos estados e algumas cidades de economia mais dinâmica. A maior base territorial do Banco Cacique é a Região Concentrada, sobretudo o estado de São Paulo, onde sua rede se estende por 43 municípios e 26 bairros na capital.

3.6.7 O Banco Popular

Fundado em 2003, o Banco Popular do Brasil é uma empresa subsidiária do conglomerado Banco do Brasil, sua criação está relacionada a uma política pública de bancarização e acesso ao crédito para a população pobre do país.

Sua forma de atuação é inovadora e se dá exclusivamente através de correspondentes bancários. Em um correspondente do Banco Popular do Brasil (BPB) é possível:

- a) abrir conta corrente sem necessidade de comprovante de renda e residência - a movimentação é quase isenta de tarifas;
- b) realizar transações como saques e consultas de saldos em terminais de auto-atendimento do Banco do Brasil;
- c) receber cartão magnético com a bandeira visa, possibilitando compras usando a função débito;
- d) contrair, após 90 dias de movimentação da conta corrente, microcrédito pessoal com taxas de juros de 2% ao mês;
- e) comprar o “seguro de vida popular”, um seguro individual com tarifa de R\$ 2.00 mensais e R\$ 2.500 de resgate em caso de morte do segurado.

A rede de atendimento do Banco Popular, por meio de seus correspondentes bancários, estende-se por todos os estados da federação, incluindo áreas de baixa bancarização.

Os estados da região Nordeste foram amplamente objeto de interesse desse banco, que construiu, no decorrer de apenas cinco anos, uma extensa rede de correspondentes. No estado da Bahia, dos seus 417 municípios, 143 deles possuíam, no final de 2008, pontos de atendimento do Banco Popular do Brasil. Em Pernambuco e no estado do Rio Grande do Norte, a situação não é diferente: em 2007, dos 185 municípios de Pernambuco e dos 167 do Rio Grande do Norte, o Banco Popular do Brasil estava presente em 93 e 89 municípios, respectivamente. No Ceará, sua capilaridade é ainda mais evidente, com um total de 184 municípios, o BPB estava presente em 119, o que corresponde a cerca de 65% dos municípios do estado. Os demais estados⁸⁹ da região possuem pontos de atendimento do BPB entre 26 a 58 dos seus municípios.

Com participação menor, mas ainda significativa, o Banco Popular do Brasil possuía, em 2008, pontos de atendimento em 106 municípios do estado de São Paulo, 32 no Rio de Janeiro, 28 no Espírito Santo, e 180 municípios em Minas Gerais. No Sul do país, eram 52 municípios atendidos em Santa Catarina, 50 no Paraná e 17 no Rio Grande do Sul.

Na região Norte e Centro-Oeste do país, havia, em 2008, correspondentes do Banco Popular do Brasil em apenas 9 municípios do Tocantins, 11 em Rondônia, 3 no Amapá, 4 no Acre. No estado do Amazonas e em Roraima havia pontos de atendimento apenas em suas capitais. No estado de Mato Grosso, havia correspondentes em 16 municípios e, no Mato Grosso do Sul, eles estavam em 9 municípios, em Goiás eram 23 municípios com a presença de correspondentes do Banco Popular do Brasil.

⁸⁹ Número de municípios onde encontramos correspondentes do BPB: Sergipe 26 / Piauí 58 / Paraíba 43 / Maranhão 41 / Alagoas 51.

3.7 Topologia e Uso do Espaço Urbano pelo Sistema Financeiro

Para Milton Santos e Maria Laura (2006, p.264), “os espaços luminosos, pela sua consistência técnica e política, seriam os mais susceptíveis de participar de regularidades e de uma lógica obediente aos interesses das maiores empresas”.

Ao analisarmos a topologia das empresas financeiras, que nesses últimos 5 anos especializaram-se em atender as classes sociais de baixa renda, é possível constatar a grande concentração desses fixos em cidades de grande densidade técnico-científico e informacional. Para que uma nova agência bancária ou uma loja de crédito se instale vantajosamente é necessário que o lugar ofereça algum tipo de expressão econômica, e principalmente que ofereça uma estrutura territorial, isto é condições político-normativas e técnicas, mesmo que seja necessário o aproveitamento e refuncionalização das estruturas herdadas dos processos de fusão⁹⁰.

Se as agências bancárias concentram-se ou instalam-se nos lugares de alta densidade técnica–financeira em função de processos socioespaciais⁹¹ como o desenvolvimento técnico-informacional, a abertura de *Fronts* agrícolas, a implantação de normas bancárias e a privatização e liquidação de bancos públicos, as financeiras e bancos especializados em atender a um crescente protoproletariado⁹² vão a reboque para os mesmos lugares, visto as oportunidades de explorar, através da concessão de crédito e financiamento ao consumo, a população pobre, que migra ou vive nessas regiões do território em busca de oportunidades de trabalho. Podemos dizer que, a partir de possibilidades dadas pelo atual período, sobretudo pela disposição de determinados sistemas de objetos e ações, os bancos estabeleceram usos diferenciados do território e orientaram a instalação de suas agências e lojas de crédito nos lugares segundo seus próprios e únicos interesses.

Verifica-se, portanto, intensa concentração desses fixos geográficos em regiões e cidades ditas desenvolvidas, aquelas onde se encontram os maiores níveis de renda e de consumo. Regiões que, segundo Benko e Pecqueur (1986, p.40), formam “uma

⁹⁰ O caso da Fininvest é exemplar: quando esse banco comprou a Creditec, não adquiriu a carteira de crédito da financeira, mas as 64 lojas, 162 pontos de venda dentro de grandes redes de varejo, 440 funcionários, tecnologia e cadastro de 600 mil clientes (VALOR FINANCEIRO, 2004, p.59)

⁹¹ Tratamos desses processos em um artigo de nossa autoria: Scherma (2008).

⁹² “Hoje os mecanismos do sistema produzem protoproletários, como McGee (1974) chama essa enorme franja da população pobre que nem mesmo constitui uma reserva para o exército industrial de reserva, mas que está tão-somente condenada ao trabalho ocasional” (SANTOS, 2003, p.26).

economia em ‘oásis’, ou em ‘arquipélagos’, ou seja, uma rede de regiões mais dinâmicas que deixam atrás o resto do mundo”.

Portanto, em território brasileiro, a topologia das empresas financeiras de crédito pessoal e financiamento ao consumo está associada à expressão econômica de uma cidade, pois, rentabilidade e otimização das operações financeiras de crédito popular e financiamento dependem de uma massa populacional com alguma capacidade de consumo; a produtividade espacial é um dado na escolha das localizações.

Num estado como São Paulo, onde se verifica a maior e mais extensa rede do sistema bancário, a presença das lojas de crédito, bem como os pontos de venda em hipermercados e shoppings, não se limita às regiões metropolitanas, mas também se estende de maneira significativa ao interior, onde se encontram algumas dezenas de cidades médias com níveis de renda e capacidade de consumo entre os mais altos do país.

Nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e os da região Sul, fenômeno semelhante ocorre quanto à interiorização das lojas de crédito. Nesses estados a presença das financeiras ocorre em cidades com significativa expressão econômica, contudo, essa expansão ainda é recente e a permanência, retração ou ampliação dessa atividade depende dos movimentos do mercado, bem como, das possibilidades normativas do Estado.

Nos estados da Região Centro-Oeste e Amazônia, as lojas de crédito estão presentes em poucas cidades, limitando-se muitas vezes às capitais dos estados.

No espaço intra-urbano das metrópoles e capitais, a rede das financeiras e dos bancos especializados em atender as classes sociais de baixa renda se estende por diversos bairros, por meio de lojas próprias, pontos de venda, quiosques dentro de supermercados e hipermercados, estações do metrô e shopping centers.

Em uma única cidade (metrópole ou capital de estado), é possível encontrar centenas de pontos de venda em que a mercadoria é o dinheiro. Uma nova forma de distribuição e circulação dessa mercadoria. Nas grandes cidades, apesar das empresas financeiras concentrarem-se em lugares com maior fluxo de pessoas e maior possibilidade de rentabilidade econômica, seus tentáculos se estendem para bairros, via correspondentes bancários, onde a influência do centro é menor, pois estes não geram despesas significativas para os bancos e podem ser desligados sem o menor constrangimento.

Sabemos que as diferenças territoriais quanto às possibilidades de consumo criam dois circuitos espaciais na economia urbana. Nesses circuitos, os bens de consumo, apesar de pertencerem à mesma categoria de produtos, não têm a mesma qualidade, não se destinam às mesmas classes de consumidores, nem seguem os mesmos circuitos de comercialização (SANTOS, 2008b, p. 54).

As financeiras e bancos múltiplos ligados aos grandes conglomerados financeiros, apesar de pertencerem ao circuito espacial superior da economia, transvestem-se, forçando, em proveito próprio, um modo de circulação e aceitação de suas mercadorias também no circuito espacial inferior da economia.

Esses esforços do circuito superior para alcançar populações urbanas mais pobres, antes renegadas pelo sistema financeiro, levam as empresas financeiras a construir objetos geográficos novos, as lojas de crédito, em áreas da cidade onde há o predomínio das atividades e dos ofícios ligados ao desenvolvimento e à especialização das atividades econômicas urbanas, ligadas ao circuito inferior.

O aproveitamento dos fluxos populacionais que se dirigem para fins de consumo, trabalho, transporte e lazer, para lugares da cidade onde as atividades econômicas do circuito inferior encontram um nicho de desenvolvimento é uma característica atual do uso do espaço urbano pelo sistema financeiro.

Marina Regitz Montenegro (2006), ao estudar o circuito inferior da economia na cidade de São Paulo, verificou a presença e a proliferação das lojas de crédito nas áreas escolhidas para o seu estudo⁹³, áreas essas onde esse circuito é muito dinâmico; contudo, a autora constatou que a presença dessas empresas financeiras é mais intensa na Sé e no Largo Treze.

⁹³ Montenegro (2006), em sua dissertação de mestrado, estudou o desenvolvimento do circuito inferior nas seguintes áreas: “Largo Treze de Maio, Distritos Sé, República, Bom Retiro e Santa Cecília”.

Foto 3: Lojas de Crédito (GE Money e Losango) na Avenida Padre José Maria, entre a estação do metrô Largo Treze e o terminal de ônibus Santo Amaro / Região Metropolitana de São Paulo



Foto: Lara Montenegro, 2005.

As **fotos 3 e 4** demonstram com clareza o que nós queremos dizer quando falamos que as empresas financeiras se transvestem e tentam assemelhar suas formas de comércio àquelas do circuito inferior. Suas lojas de crédito, apesar de pertencerem a conglomerados de ação mundial, instalam-se em pequenas construções, algo muito diferente das tradicionais agências bancárias, ou ainda das agências direcionadas ao segmento de alta renda, como aquelas que atuam sob marcas direcionadas a pessoas ou empresas de elevado poder econômico⁹⁴.

⁹⁴ Torna-se cada vez mais comum encontrarmos nas metrópoles agências bancárias sofisticadas que atendem a clientes com elevado poder aquisitivo, é o caso da rede Itaú Personalité, seus clientes (pessoa física) são aqueles que possuem renda mensal superior a R\$ 5.000,00.

Foto 4: Lojas de Crédito (Finasa e Cacique) na Rua Barão de Itapetininga (República) / Centro Metropolitano de São Paulo



Foto: Felipe Caranassios, 2006.

Contudo, esse esforço do circuito superior, neste caso, conglomerados financeiros, para ampliar seu sistema de objetos e ações, alcançando a população pobre, que vive em regiões e cidades de economia dinâmica, não se encerra no processo de adequação dos produtos técnico-financeiros e da imagem (lojas de crédito), mas também se dá via associação direta ao circuito inferior da economia.

O sistema financeiro na atualidade integra agentes e estabelecimentos do circuito inferior, com isso, estende seu raio de ação por toda a cidade. Essa integração se dá a partir dos seguintes processos:

a-) A disseminação ampliada dos cartões de crédito e débito pelos bancos e financeiras, o que levou muitos pequenos comerciantes a adotarem em seus estabelecimentos máquinas que possibilitassem transações financeiras via esses cartões. Dessa maneira, o sistema financeiro arrecada uma porcentagem a partir das vendas efetuadas nesses pequenos estabelecimentos. Em 2007, estimava-se que as chamadas classes C e D fossem portadoras de 23% dos cartões de crédito em circulação no país, o que corresponderia, naquele ano, a 18,5 milhões de cartões. Montenegro (2006, p.156) constatou que na cidade de São Paulo uma parcela importante de estabelecimentos do circuito inferior oferece a possibilidade a seus clientes de pagarem suas compras com cartões de crédito ou débito. As pseudofacilidades, possíveis graças ao uso e difusão dos

mais modernos sistemas técnicos⁹⁵, vêm ao longo dos últimos 10 anos ampliando a participação do sistema financeiro em nichos de comércio, antes desconhecidos por esses agentes.

b-) A crescente capilaridade do sistema financeiro nas cidades se dá por meio de pontos de vendas de seus produtos, por exemplo, em uma única cidade é possível encontrar de dezenas a centenas de pequenas lojas de revenda de veículos (os chamados estacionamentos), que associados a diversas financeiras, financiam veículos na própria loja, ou mesmo refinanciam veículos, sem que o comprador precise se deslocar até um banco.

c) As possibilidades normativas e técnicas na criação dos correspondentes bancários foram responsáveis pela a criação de dezenas a milhares de lojas de crédito em grande parte das cidades do país. Especializado em intermediar propostas de empréstimo, um único correspondente pode vender produtos financeiros de diversos bancos e financeiras⁹⁶. Geralmente os correspondentes são pequenos empresários que alugam uma loja em regiões de grande fluxo de pessoas e tentam atrair aqueles que precisam de dinheiro para dentro de seus estabelecimentos. As chamadas lojas de crédito (correspondente bancário) têm se disseminado com assombrosa rapidez pelo território, sendo hoje a mais comum de todas as formas, no meio urbano, de relacionamento com o sistema financeiro. A **foto 5** demonstra esse novo agente no meio urbano.

⁹⁵ Hoje, para que um pequeno estabelecimento tenha acesso ao sistema visanet, pagamentos e recebimentos, basta que o comerciante possua uma linha telefônica e um ponto de energia; ainda é possível adquirir o terminal pós móvel que utiliza a rede de telefonia móvel e rádio frequência, e permite que mesmo comerciantes que se deslocam constantemente (feirantes, vendedores de livros, etc.) tenham acesso a essa tecnologia.

⁹⁶ O correspondente bancário Novacred (**foto 5**) presta serviços para as seguintes empresas financeiras: Banco BMG, Banco Finasa e BV Financeira.

Foto 5 : Loja de Crédito (correspondente bancário) no centro de Limeira (SP)



Foto: Ricardo A. Scherma (trabalho de campo/ dezembro de 2008)

3.8 Topologia do Sistema Financeiro nos espaços opacos do território brasileiro

Os espaços opacos do território, entendidos aqui como aqueles subespaços onde as densidades técnicas e informacionais, variáveis-chaves do período, encontrar-se-iam rarefeitas ou mesmo ausentes, até o presente momento, ainda não são explorados de maneira direta pelos conglomerados financeiros privados, por meio de suas lojas de crédito. Dessa maneira, encontramos vastas áreas do território, onde essas lojas ou mesmo agências bancárias não estão presentes.

No entanto, “Se na esfera técnica o espaço se organiza de modo descontínuo, como psicofera o espaço se mundializa, internacionalizando crenças, desejos, hábitos e comportamentos” (KAHIL, 1997, p.218), o que move os habitantes das regiões mais pobres a também desejarem participar do consumo.

Os grandes conglomerados financeiros privados, através de suas subsidiárias, alcançam populações das áreas de menor densidade técnico-científica e informacional, por meio da instalação de suas lojas de crédito em lugares que servem como suporte

para as atividades econômicas de toda uma região, é o caso da cidade de Caruaru (PE). Essa cidade, enclave territorial no agreste pernambucano, serve como centro regional de serviços e atrai milhares de pessoas de municípios circunvizinhos. Em Caruaru (PE), é possível encontrarmos lojas de crédito Taíi, Finasa, Fininvest e Losango. O mesmo ocorre com as cidades de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), Rondonópolis (MT), entre outras.

Não importa, manchas ou pontos do meio técnico-científico-informacional, dispersos em todo território, são lugares usados pelos conglomerados financeiros como recurso para mais e mais acumulação.

Com objetivos diferentes dos conglomerados financeiros privados, o conglomerado Banco do Brasil, a partir de sua subsidiária o Banco Popular, alcança vastas áreas de menor densidade técnico-científico-informacional. A instalação de correspondentes bancários em centenas de cidades locais, em áreas opacas do território, permite que políticas públicas de crédito e bancarização da população sejam implantadas nesses lugares.

3.9 A Ampliação do Consumo pelo Sistema Financeiro e a Desorganização da Cidade Contemporânea

Graças ao avanço das ciências, a população mundial veio crescendo muito rapidamente nesses últimos 3 séculos. A acelerada expansão demográfica se torna ainda mais intensa por volta de 1950, quando somávamos dois bilhões e quatrocentos milhões de seres humanos; bastaram poucas décadas para que a população alcançasse quase cinco bilhões (final da década de 80), chegando em 2004 a seis bilhões e 379 milhões, segundo dados do IBGE.

No Brasil, não foi diferente: em 1900 éramos dezessete milhões e 438 mil brasileiros, em 1950 esse número passa para mais de cinquenta e um milhões, alcançando, em 1980, mais de cem milhões. Hoje, a população brasileira é formada por, aproximadamente, cento e noventa milhões de habitantes.

No caso brasileiro, a rápida expansão populacional, associada a processos de migração - nacionais e internacionais - bem como, a história de ocupação econômica do território ocasionaram uma distribuição bastante desigual da população.

Para além dos chamados “ciclos econômicos”⁹⁷, que dinamizaram uma ou outra região em diferentes períodos do processo histórico de formação do território nacional, no século XX, principalmente, o essencial do movimento da população se deu por causa do processo de urbanização brasileiro

A revolução urbana brasileira, consecutiva à revolução demográfica dos anos 50, deu-se primeiro de forma aglomerada, com o aumento do número da população e das aglomerações com mais de 20 mil habitantes. Depois, uma urbanização concentrada com a multiplicação do número de cidades médias, para alcançarmos em seguida o estágio da metropolização, com o aumento considerável do número de cidades milionárias e de grandes cidades médias (SANTOS & SILVEIRA, 2006, p. 202).

Quando analisamos a topologia das empresas financeiras especializadas em atender as classes sociais de baixa renda, entendemos a razão que comanda a instalação de novas filiais dessas empresas – elas seguem a lógica e as tendências da urbanização – ou seja, instalam suas lojas de crédito nas centenas de cidades intermediárias, grandes cidades médias e metrópoles. Não importando o mínimo para a função da cidade na divisão interna do trabalho – tanto cidades cuja função principal seja a prestação de serviços para atividades agrícolas, por exemplo, as “cidades do agronegócio” (ELIAS, 2006), quanto cidades que concentram atividades industriais ou especializam-se em atividades de produção de ciência e tecnologia, os chamados “tecnopólos”, ou mesmo aquelas com possibilidades elásticas do mercado consumidor – não importa – o sistema financeiro, associado agora ao sistema de distribuição e circulação das mercadorias, usa o território como recurso a serviço de seus próprios e únicos interesses.

Ainda que alguns autores defendessem a tese de que, a longo prazo, o processo de urbanização seria acompanhado pela redistribuição das rendas, tanto nas cidades como no campo, Milton Santos nos diz que “pelo contrário, nas condições atuais, a urbanização facilita o processo capitalista que agrava desigualdades (SANTOS, 2008a, p.194).

⁹⁷ O movimento de migração desencadeado pelos chamados “ciclos econômicos” da cana-de-açúcar ao café, passando pelo ciclo do ouro ou da borracha é uma variável importante de análise e interpretação da formação das regiões brasileiras.

São as regiões metropolitanas, bem como, as cidades médias os lugares onde hoje se diversifica a divisão social do trabalho. Encruzilhadas de eventos verticais e horizontais (SANTOS, 1996), esses lugares também conhecem a aceleração e aprofundamento de uma gama de processos econômicos e sociais, entre eles, o crescente processo de financeirização dos pobres.

Contudo, o esforço do sistema financeiro globalizado para organizar e financeirizar também os espaços opacos, onde habitam os mais pobres, e a maioria da sociedade brasileira, tornando a exploração mais direta, via altas taxas de juros e estímulo ao consumo, acaba também por desorganizar a cidade.

Estimulada a consumir os mais modernos objetos técnicos, a maioria dos brasileiros, com sua renda irrisória, tem acesso ao consumo apenas de maneira incompleta. A hipercapilaridade do sistema financeiro, que possibilitou a oferta ampliada do crédito, bem como, a associação deste com o circuito inferior da economia ampliou a capacidade de consumo das populações pobres. O resultado desse processo são o endividamento e ampliação da pobreza.

Milton Santos (2008a), em seu livro “O espaço dividido”, ao tratar das relações entre modernização, pobreza e circuito inferior afirma:

Nas cidades do Terceiro Mundo, o aumento das favelas em número e superfície e em população está em relação com a pobreza urbana e os modelos de consumo importados. O dinheiro líquido é coisa rara, e, em vez de gastá-lo no aluguel de uma casa, as pessoas são induzidas a preferir outros tipos de consumo, que entraram nos hábitos através de grande esforço da publicidade, e que são pagos à vista ou a crédito, em prejuízo de outros consumos essenciais [...] (SANTOS, 2008a, p.194).

“Se no alvorecer do capitalismo o trabalhador tinha que ser disciplinado para as jornadas de trabalho na produção, hoje é o consumidor que é disciplinado em seus gostos e hábitos, de modo a favorecer a acumulação capitalista” (ANTAS JR, 2007, p.100).

A atração exercida pelos tipos de consumo moderno, somada à ausência de políticas públicas que realmente revolucionem as estruturas de produção, consumo e organização do espaço, ao processo de urbanização corporativa, isto é, à decisão do governo de usar os recursos públicos para atender a demandas econômicas e não as

sociais, direcionam milhares de pessoas a viverem em submoradias⁹⁸. Conhecemos neste início de século a ampliação da população pobre e residente em favelas. Pesquisadores⁹⁹ do Centro de Estudos da Metrópole (CEM), em artigo a respeito das estimativas da população favelada no município de São Paulo nos anos de 1991, 1996 e 2000, apontam que a população favelada de São Paulo tem crescido a taxas superiores às da população do Município; estima-se, que entre 1991 e 2000, essa população tenha crescido em torno de 3,7% ao ano, taxa essa 4 vezes superior à média da metrópole. Sendo em 2000 o número de habitantes vivendo em favelas de São Paulo estimado em 1,160 milhões.

Segundo dados trazidos pela pesquisa de Condições de Vida – Condições Habitacionais- da Fundação Estadual de Análise de Dados (FUNDAÇÃO SEADE, 2006), as situações habitacionais mais críticas do estado de São Paulo concentram-se na Região Metropolitana de São Paulo, onde a proporção de famílias residentes em favelas é próxima de 1% e as famílias moradoras em cortiços atingem 4,1%.

Portanto, como nos lembra Milton Santos (2008a p.76), para entendermos os motivos de inserção das pessoas em favelas, cortiços e outros tipos de submoradias, não podemos considerar apenas os desníveis de renda, pois existem outros fatores, e entre eles estão os “modos de integração e de inserção encontrados pelas camadas pobres de uma cidade diante das condições impostas pela modernização tecnológica”.

Quando analisamos o total de crédito concedido no Brasil, espantamo-nos ao perceber que, ao final de 2007, as operações de crédito do sistema financeiro totalizavam R\$ 936 bilhões, sendo que deste total R\$ 317,6 bilhões foram recursos livres direcionados a pessoas físicas (crédito ao consumo), enquanto que os recursos

⁹⁸ Considerada uma das áreas mais ricas do Estado, a região de Ribeirão Preto (314 km de SP) possui 76 mil famílias que vivem em submoradias ou nas ruas. São grupos de pessoas que vivem em favelas, debaixo de pontes ou em casas com grande número de moradores ou em péssimas condições de infraestrutura. O levantamento foi divulgado pelo Seade (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados) no início deste mês e faz parte de um projeto em parceria com a CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Estado de São Paulo) para mapear o déficit habitacional paulista. As 76 mil famílias, cerca de 300 mil pessoas, representam 17,59% de todas as 432 mil moradias da região e esta é, por incrível que pareça, uma das médias mais baixas do Estado. Em São Paulo, a taxa de habitação inadequada é de 40,67%. Para o Seade, há dois tipos de situação: o déficit habitacional e a moradia inadequada. Como déficit, são classificados os moradores de rua ou famílias que vivem em barracos de madeira nas favelas. Já na inadequação, estão inclusas casas de alvenaria em favelas, cortiços e até moradias com grande concentração de pessoas em uma mesma casa (FOLHA – ON LINE, 2002).

⁹⁹ Eduardo Marques é Doutor em Ciências Sociais (IFCH/Unicamp), Professor do Departamento de Ciência Política da Usp e pesquisador do Centro de Estudos da Metrópole (Cem/Cebrap). Haroldo da Gama Torres é Doutor em Ciências Sociais (IFCH/Unicamp) e pesquisador do Centro de Estudos da Metrópole (Cem/Cebrap). Camila Saraiva é estudante de graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Usp e bolsista da Fapesp no Centro de Estudos da Metrópole (Cem/Cebrap).

destinados à concessão de crédito para a habitação foram da ordem de R\$ 45,9 bilhões¹⁰⁰.

Mesmo em um país como o nosso, onde mais de sete milhões de famílias precisam de moradias novas, além de 10 milhões de domicílios com problemas de infraestrutura básica, um país onde os problemas urbanos se agravam ano após ano, condenando mais de 83 milhões de brasileiros a viverem sem serem atendidos por sistema de coleta de esgoto¹⁰¹, elabora-se uma política em que se destina quase 7 vezes mais crédito ao consumo do que à habitação. Esta é a maneira de operar do sistema financeiro, busca pela rentabilidade no financiamento daquilo que é mais vantajoso para os bancos, ainda que pesem as carências básicas de quase metade dos brasileiros. É perturbador saber que neste país destinam-se, em um ano, R\$ 64,7 bilhões para realizar operações de crédito consignado e R\$ 81,5 bilhões para as operações de aquisição de veículos¹⁰², enquanto os recursos para financiar a expansão do saneamento básico são ainda insuficientes¹⁰³.

Contudo, os problemas relacionados à degradação do espaço habitado não estão ligados somente à falta de moradia ou à sujeição de milhões de pessoas a viverem em ambientes sem infraestrutura básica. Vinculam-se também a impossibilidade de trabalho e as deseconomias das periferias urbanas, lugares opacos das cidades – lugares da cidade que são, a cada ano, mais densamente povoados pela população pobre.

Os grandes conjuntos habitacionais, que tiveram início em torno dos anos de 1970 e primeira metade dos anos 80 (cidade Tiradentes, por exemplo), abrigam hoje, somente na Zona Leste da cidade de São Paulo, aproximadamente 1 milhão de pessoas. Esses espaços podem ser considerados como lugares onde “os pobres sobrevivem à custa de uma economia que envolve os próprios pobres e quase exclusivamente eles: são os serviços e comércios das áreas periféricas. As relações dentro do circuito inferior de que fala Milton Santos” (DAMIANI, 2004, p.30).

Se o território do circuito inferior aparece como uma estrutura que acolhe cada vez mais pessoas expulsas do campo, ou desempregados da indústria, seríamos tentados a pensar nas vantagens sociais de sua preservação, contudo, como nos lembra Milton Santos (2008a, p.368) “Se o circuito inferior não deve permanecer o que é, é porque o

¹⁰⁰ Dados disponíveis em: Relatório Anual 2007 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2007).

¹⁰¹ Dados do relatório: Política Nacional de Habitação (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004).

¹⁰² Dados disponíveis em: Relatório Anual 2007 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2007).

¹⁰³ Apenas o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) vem nesses últimos anos tentando reverter essa situação.

seu papel, muito antes o de ser o provedor de ocupações, é o de perpetuador da pobreza, servindo de coletor da poupança popular, canalizada em seguida para o circuito superior por intermediários de todos os tipos”.

Assim, a financeirização do território aparece como meio eficaz e direto dos grandes conglomerados financeiros para explorar todas as classes sociais, mesmo as que ocupam as periferias das cidades de onde drenam lucros dos pequenos negócios, bem como, através do fornecimento de crédito, financiamentos, contas bancárias e cartões de crédito aos seus habitantes.

A própria produção desses territórios opacos nas cidades é financiada pelos agentes hegemônicos do atual sistema econômico.

Considerações Finais

CAPÍTULO IV

CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1 Algumas reflexões a respeito do território na atualidade

Chegamos ao final deste trabalho de pesquisa, no qual procuramos tratar de um movimento amplo de expansão do capitalismo na atualidade. Novas formas de acumulação de capital são criadas em favor de um número reduzido de empresas¹⁰⁴. Essa é uma nova maneira de operar do capitalismo mundial, em que empresas financeiras são as grandes beneficiadas¹⁰⁵ e usam o território brasileiro como recurso.

Este uso corporativo do território é facilitado e muito se deve à associação do Estado que, juntos, ditam as políticas de organização do meio geográfico, técnica e normativamente favorável a garantir a expansão do sistema financeiro por todo o território. Esse meio técnico-científico-informacional, se por um lado possibilita aos sistemas hegemônicos da economia e da política estenderem sua rede de exploração e drenagem da riqueza por todo o território, de outro lado, o meio geográfico assim instrumentalizado possibilita além da concentração da renda, a centralização do comando e concentração do poder de mando.

A criação de um território renovado, remodelado por técnicas modernas, possibilita ao capitalismo contemporâneo disfarçar suas próprias contradições, oferecendo aos explorados a possibilidade de consumo – uma fantasmática liberdade de consumo.

O território brasileiro na atualidade torna-se refém de um sistema de atividades hegemônicas do sistema financeiro mundializado, impondo aqui e ali uma ideologia perversa e uma política em favor das grandes corporações. Em nome da competitividade e da manutenção “saudável” da economia do país criam-se

¹⁰⁴ Maria Laura Silveira, em artigo intitulado “Metrópolis brasileiras: un análisis de los circuitos de la economía urbana” (ver bibliografía), analisa os impactos de uma modernização excludente nas metrópoles brasileiras e propõe que a redução das distâncias entre o circuito superior da economia urbana e inferior deve ser objetivo da política em diferentes escalas, uma vez que a política feita pelo Estado atende somente a grandes corporações.

¹⁰⁵ O lucro líquido dos conglomerados financeiros alcançou patamares exorbitantes. O Bradesco, por exemplo, em 2007, obteve R\$ 8,010 bilhões em lucro líquido (BRADESCO, 2007), o Itaú, no mesmo ano, alcançou lucros da ordem de R\$ 7,17 bilhões (ITAÚ, 2007) e o Unibanco R\$ 2,6 bilhões (UNIBANCO, 2007).

desigualdades sociais e territoriais na repartição dos recursos e das riquezas. Um único estado (São Paulo) acaba por concentrar a maior parte de todo o dinheiro disponível no país.

Nesses moldes, o sistema financeiro exerce hoje o papel que em momentos anteriores exerceram as atividades cafeeiras ou industriais e que contribuíram para o aprofundamento e a ampliação do desenvolvimento desigual e combinado, um modo de desenvolvimento que resulta, há séculos, em vantagem para as oligarquias que se conservam sempre no centro do poder – quer consideremos o mundo, o centro são os países mais desenvolvidos; quer consideremos o espaço da nação, onde o centro econômico é denominado São Paulo.

A consolidação de poucos centros de comando da atividade financeira, bem como, a crescente liberdade de atuação das empresas financeiras, que podem decidir o que financiar, onde se instalar, quando e onde fechar agências, além de vender títulos ao prazo que lhes bem interessa, cobrar juros da forma que melhor lhes convém, são processos que interferem diretamente nas possibilidades de desenvolvimento do país.

O sistema financeiro pode ser um dos sistemas principais para um lugar desenvolver-se econômica e socialmente, se as empresas financeiras estiverem ligadas por laços de solidariedade orgânica ao território do qual fazem parte¹⁰⁶. O território deixaria de ser usado somente como recurso e passaria a ser, antes de tudo, abrigo. Diante disso, cabe pensar: a defesa da criação de bancos municipais ou o fortalecimento das cooperativas de crédito seriam medidas eficazes para promover os laços de solidariedade orgânica entre o sistema financeiro e o território? Ou essas formas somente agravariam os processos de fragmentação territorial, potencializando, por intermédio da força do dinheiro, a ação territorial de grupos econômicos hegemônicos?

O histórico desinteresse do sistema financeiro em promover mecanismos que pudessem auxiliar no desenvolvimento da nação é também a face perversa, a qual ao povo brasileiro não é permitido compreender, visto o insistente discurso que diz exatamente o contrário.

Em 1969, Herbert Marcuse já nos alertava para o fato de o capitalismo ter desenvolvido formas de repressão que parecem tornar impossível a prática transformadora tradicional segundo a teoria marxista. Nos dizeres de Marcuse (1999,

¹⁰⁶ Fabio B. Contel (2006, p.134) nos lembra a ação do Banespa em território paulista, onde esse banco teve papel fundamental na constituição de solidariedades orgânicas, ao financiar cultivos voltados às necessidades básicas da população do Estado.

p.105), “Estou pensando aqui na integração de amplas camadas da população, em particular na integração da classe trabalhadora ao sistema capitalista existente nos países avançados”.

A integração da população pobre, não só de uma classe trabalhadora pobre, mas no caso do Brasil, mesmo daqueles com ocupação temporária ou ainda a população assistida pelos programas governamentais de bem-estar social, ao mundo do consumo possibilitou a dominação política e o uso do território como recurso em favor de poucas empresas e pessoas.

Em seu livro dedicado à reflexão a respeito da cidadania no Brasil “O Espaço do Cidadão”, Milton Santos constatou como, no Brasil, o milagre econômico agiu como um dissolvente eficaz de possíveis revoltas. A ideologia da prosperidade contaminou a sociedade de alto a baixo, enriquecendo de sonhos injustificados quem jamais deixaria de ser pobre (SANTOS, 2007a, p.52).

Poderíamos dizer que o território, em seu papel ativo, como instância social, isto é, que tem poder, torna-se neste período condicionante de uma sociedade portadora de novas formas de controle? Torna-se lugar onde o universo da locução é fechado e a veracidade da cultura é perdida? Torna-se lugar onde a busca pelo dinheiro, para com ele poder consumir, é o principal objetivo da vida de milhões de pessoas?

Pensamos que sim. O Homem moderno, dissolvido na sociedade tecnológica, estaria condenado a uma existência realizada num cotidiano no qual a configuração territorial de cada lugar, constituída de sistemas de objetos e ações historicamente estabelecidos, passa a proporcionar-lhe um modo de vida, ao qual a sua existência está associada e tem como fim a reprodução do capital.

Em que medida um espaço que nós mesmos construímos e que nos contém como coisas é o instrumento de agravação das condições criadas pelo mercado? Em que medida a organização do espaço é mais uma dessas organizações que conduzem a um processo de alienação? (SANTOS, 2007a, p. 80).

O meio geográfico instrumentalizado, o meio técnico-científico-informacional seria, portanto, a expressão geográfica necessária para a reprodução mais bem acabada da sociedade capitalista e para a constante integração das classes ao sistema.

A saber: se a integração se dá por meio do consumo, como afirma Marcuse, a possibilidade do consumo se dá, para a maior parte das classes, por meio do crédito, mesmo nos países de capitalismo avançado. No Brasil não é diferente

Por isso, a constante financeirização da sociedade e do território, isto é, o aprofundamento do sistema de crédito nas classes sociais de baixa renda (a sociedade) e a expansão do sistema financeiro pela totalidade dos lugares (o território) é elemento indispensável a ser considerado, se quisermos compreender como o capitalismo se desenvolve em países como o Brasil, agravando a cada ano problemas de ordem estrutural.

“A condição humana compreende algo mais que as condições nas quais a vida foi dada ao homem. Os homens são seres condicionados: tudo aquilo com o qual eles entram em contato torna-se imediatamente uma condição de sua existência” (ARENDRT, 2008, p17).

O espaço geográfico, povoado de sistemas técnicos que favorecem e possibilitam o consumo, torna-se condicionante para a reprodução de uma sociedade de consumidores.

Penso que o conhecimento do território usado, o conhecimento de sua mobília técnica e normativa possa indicar a situação do território e da sociedade brasileira hoje e também vislumbrar, quem sabe, muitas outras possibilidades.

4.2 Pós-Escrito: a respeito da crise financeira internacional

Na história de desenvolvimento do capitalismo, crises antecederam e sucederam cada novo período, dando características novas ao desenvolvimento geral do sistema. No entanto, como assevera Milton Santos (2000, p.33) “O período atual escapa a essa característica porque ele é, ao mesmo tempo, um período e uma crise, isto é, a presente fração do tempo histórico constitui uma verdadeira superposição entre período e crise, revelando características de ambas essas situações”.

Quando finalizamos esse trabalho de pesquisa nos meses últimos de 2008, presenciávamos a eclosão de uma crise financeira de proporções mundiais.

Gestada nos Estados Unidos, esta crise tem sua origem dentro de um contexto econômico em que prevalecia, já há alguns anos, uma política monetária de juros baixos e, portanto, de grande possibilidade de consumo. Especuladores, a partir de suas práticas financeiras, formaram uma “bolha” no mercado imobiliário norte-americano.

Essa “bolha” explodiu quando, em setembro de 2008, o banco de investimento norte-americano, Lehman Brothers, abriu pedido de concordata, acompanhado de possibilidade de falência do banco norte americano Merrill Lynch, que divulga balanço contábil apontando prejuízos de US\$ 52,2 bilhões, consequência da posse de papéis da dívida hipotecária de alto risco (sub-prime) e ainda a divulgação da possível falência da maior seguradora do mundo, a norte-americana AIG, que acumulava, de junho a setembro de 2008, prejuízos da ordem de US\$ 18 bilhões.

Uma onda de pânico leva investidores a se desfazerem de suas ações, migrando para outros tipos de investimentos considerados mais seguros, como os títulos do Tesouro Norte-Americano ou ainda o ouro.

As bolsas de valores do mundo registram, em 15 de setembro de 2008, índices negativos : Dow Jones (EUA) -4,42/ Ibex (Espanha) -4,50 / Nasdaq (EUA) -3,60/ Ibovespa (Brasil) -7,59.

As ações de centenas de companhias de atuação global se desvalorizam rapidamente e, em 7 de outubro de 2008, o valor de mercado das empresas negociadas nas principais bolsas registra perda de US\$10,4 trilhões.

Os governos de dezenas de países, entre eles aqueles de capitalismo avançado, reúnem-se para tomarem medidas que pudessem diminuir os impactos da crise. Contudo, mesmo a injeção de bilhões de dólares do dinheiro público para socorrer bancos e evitar a ampliação da crise econômica não é suficiente para conter os impactos da crise financeira internacional, pois o cerne desta crise já estava instalado, ou seja, a perda de confiança dos investidores do mercado de ações e a retração do crédito, essa última medida adotada pelo sistema bancário como forma de evitar novas perdas.

Apesar de o atual período ser marcado pela dissociação entre economia financeira e a chamada economia real, idéia essa defendida por um número cada vez maior de economistas, menos de dois meses após os eventos desencadeadores da crise financeira, os primeiros efeitos passam a ser percebidos nas unidades produtivas das empresas. O setor automobilístico é um dos primeiros a serem atingidos. Com previsões de vendas menores, pois grande parte da produção é vendida com o auxílio do crédito,

montadoras como General Motors registram quedas expressivas na produção e passam a dar férias coletivas a seus funcionários.

Os governos de países da Europa e o governo norte-americano iniciam, ainda em outubro de 2008, um processo parcial de estatização dos bancos. A palavra é evitada a todo e qualquer custo. Segundo Chomsky (2008, p.10), isso para que o público não reivindique o direito de interferir.

Os efeitos da crise passam a ser muitos e, em dezembro de 2008, as verbas para investimento no setor produtivo são insuficientes; no Brasil o único canal de financiamento que se sustenta é o BNDES.

Os bancos e empresas iniciam processos de demissão em massa para adequarem-se às novas circunstâncias e centenas de trabalhadores perdem seus empregos.

Itaú e Unibanco aceleram o processo de fusão entre as duas empresas e criam o maior banco brasileiro e 12º do mundo¹⁰⁷. O Banco do Brasil compra a Nossa Caixa, aumentando, com isso, seu escopo em território paulista.

A escassez do crédito tem impacto direto em nossa pesquisa, empresas criadas para vender “crédito fácil” vão, aos poucos, recuando e repensando suas estratégias. Assim, em abril de 2009, a empresa Itaú anuncia o fechamento de todas as lojas de crédito de sua financeira, a Taí; após a fusão com o Unibanco, a holding que controla as duas empresas opta por manter em operação apenas a Fininvest. Quando saímos a campo para verificar as mudanças, encontramos muitas lojas de crédito fechadas. Dentro dos estabelecimentos das lojas Americanas os quiosques Taí foram retirados. Contudo, a associação entre Itaú e Lojas de departamento continua, agora por meio das financeiras Itaú CDB e Itaú financiamentos.

A Losango também retrai a sua rede de lojas de crédito: se no final de 2008 elas ocupavam 108 cidades da Região Concentrada, em maio de 2009 sua rede passa a ocupar 68 cidades nesta região.

Já o Citibank re-elabora suas estratégias de atuação junto às classes sociais de baixa renda. Extingue a marca Citifinacial e, em maio de 2009, remodela todas as lojas da antiga financeira para atender agora sob a marca Credicard Financiamentos – O plano desse banco é tornar-se, até 2011, líder do mercado de financiamento ao consumo no Brasil.

¹⁰⁷ O conglomerado financeiro Itaú Unibanco possuía no final de 2008, 4.800 agências bancárias e postos de atendimento, 14,5 milhões de correntistas (18% do mercado brasileiro), 108 mil funcionários e ativos totais de R\$ 632.728 milhões. (VALOR INVESTE 2009, p.34 E 36).

Apesar dessas mudanças e a conseqüente reorganização dos sistemas de ações e objetos, esses eventos não são suficientes para refutar a tese de financeirização da sociedade e do território. A facilidade com que os sistemas de objetos geográficos e os sistemas de ações ligados ao sistema financeiro são introduzidos, realocados ou extintos dos lugares faz parte da nova maneira de operar do capitalismo contemporâneo, a flexibilidade dos contratos de trabalho, da autorização para o fechamento e a abertura das firmas, entre outros procedimentos, possibilita às empresas passarem por transformações quase que instantâneas, adaptando-se às circunstâncias, mantendo seus lucros e socializando suas perdas. A flexibilidade das empresas impõe à sociedade e aos cidadãos a rigidez e a pobreza.

O apetite voraz por exploração e obtenção de mais valia move o sistema financeiro, mesmo que com alto risco, a realizar operações vantajosas. Afinal de contas, se algo sair errado, os governos irão a socorro, mesmo que isso signifique abandonar à própria sorte milhões de seres humanos.

V - REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABBAGNANO, NICOLA, **Dicionário de Filosofia** 4ªed. – São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ARROYO, M. M. **Globalização e espaço geográfico**. Experimental, São Paulo, n. 6, p. 15-31, 1999.

ANTAS JR, R. M . O consumo contemporâneo no território brasileiro. In: ANTAS JR, Ricardo Mendes; DOWBOR, Ladislau; SILVA, Hélio. (Org.). **Desafios do Consumo**. 1 ed. Petrópolis: Vozes, 2007, v. 1, p. 91-102.

ARENDTH, HANNAH. **A Condição Humana**; Tradução de Roberto Raposo-10 ed.- Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim do Banco Central do Brasil**. Relatório Anual 2006, v.42, Brasília, 2006. p.1-251.

_____. **Boletim do Banco Central do Brasil**. Relatório Anual 2007, Brasília, 2007. Disponível: < <http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2007/rel2007p.pdf>> . Acessado em: janeiro de 2009.

_____. **Boletim regional do Banco do Brasil** v.2 , nº2 .; Brasília, 2008a.

_____. **Política Monetária e Operações de Crédito do SFN**. Seção Economia e Finanças/ notas econômico-financeiras. 2008b. Disponível em:< <http://www.bcb.gov.br/?ECOIMPOM>>. Acessado em 23/05/2008.

_____. **Anuário Estatístico do Crédito Rural**. 2006. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/CreditoRural/2006/apresentacao.pdf>> Acessado em: 27 de maio de 2008.

BANCO MUNDIAL. **Brasil: “acesso a serviços financeiros”**/ Anjali Kumar, coordenadora, Rio de Janeiro: IPEA; Washington, DC: Banco Mundial, 2004. Disponível em:<<http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1185895645304/4044168-1186403960425/01AcessoServicosFinanceiros.pdf>>. Acessado em: outubro de 2007.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). **Relatório anual** 2006. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/empresa/desempenho/relatorio/relc06.asp>>. Acessado em: 2008.

_____. **Linhas Programas e Fundos**. Apresenta os Programas e fundos de desenvolvimento administrados pelo BNDES. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/programas/programas.asp>>. Acessado em: janeiro de 2009.

BANCO DO NORDESTE. **Relatório Anual 2007**. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/o_banco/relacao_acionistas/docs/relatorio_anual_bnb_2007.pdf>. Acessado em: 2008.

BANCO PANAMERICANO. **Demonstrações Financeiras 2007**. Disponível em: <http://www.panamericano.com.br/site/content/institucional/docs/Balanco_2007.pdf>. Acessado em: 30 de maio de 2008.

BAUDRILLARD, Jean. **O Sistema dos Objetos**. (Le système des objets. Gallimard, 1968). Tradução: Zulmira RIBEIRO TAVARES. São Paulo: Perspectiva 1993.

BENKO, Georges; PECQUEUR, Bernard. **Os recursos de territórios e os territórios de recursos**. GEOSUL; REVISTA DO Departamento de Geociências/ Universidade Federal de Santa Catarina, v.1, nº1, Editora da UFSC, 1986.

BENKO, Georges B; LIPIETZ, Alain. (Org.) **As regiões ganhadoras. Distritos e redes. Os novos paradigmas da geografia econômica**. Tradução de Antonio Gonçalves. Oeiras: Celta, 1994

BRADESCO. **Banco Brasileiro de Descontos S/A**, Relação com investidores. Apresenta dados corporativos. Dados obtidos na seção informações corporativas/canais de distribuição/rede de atendimento. Disponível em: <<http://www.bradesco.com.br/ri/>>. Acessado em 2008.

_____. **Relatório Anual** (2007) disponível em: <<http://www.bradesco.com.br/site/default.asp?menuid=121>>. Acessado em: 2008 e 2009.

CARVALHO, J.M. Cidadania na Encruzilhada in: Bonoto, Newton (org) **Pensar a República**. Belo Horizonte: Humanitas/Ed. UFMG. 2002. pp.105-130.

CASTILHO, R. **Sistemas Orbitais e Uso do Território:** Integração eletrônica e conhecimento digital do território brasileiro. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo- Departamento de Geografia – FFLCH - USP, 1999.

CATAIA, M. A. As desigualdades e a tecnificação do território brasileiro. In: Ana Fani Alessandri Carlos. (Org.). **Ensaio de geografia contemporânea.** Milton Santos, obra revisitada. 1 ed. São Paulo: HUCITEC, 1996, v. 1, p. 170-177.

CHAUÍ, M. S. O retorno do teológico-político. In: Sérgio Cardoso. (Org.). **Retorno ao Republicanismo.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004, p. 93-133.

CHESNEAUX, Jean. **Modernidade Mundo** / Tradução de João da Cruz OSB – 2ª edição – Petrópolis - Vozes, 1996.

CHOMSKY, Naom **Capitalismo continuará igual**, diz lingüista Noam Chomsky. Folha de São Paulo. Entrevista - Caderno Dinheiro . 14.10.2008. p.B10.

CONTEL, F. B. **Território e Finanças:** Técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo- Departamento de Geografia – FFLCH - USP, 2006.

COOPERAÇÃO FINANCEIRA INTERNACIONAL. **The Next 4 Billion**, Chapter Nine: “Financial Services Market”, relatório, 2007. Disponível em: <<http://www.wri.org/publication/the-next-4-billion>>. Acessado em: fevereiro de 2008.

CORDEIRO, Helena Konh. **Os principais pontos de controle da economia transnacional no espaço brasileiro.** In: Boletim de Geografia teórica, vols. 16 e 17, Rio claro, 1986-1987.

_____. **A Circulação de Informação no Espaço Brasileiro e o Sistema Bancário.** In: Geografia, Rio Claro, 16(1):23-36, Abril de 1991.

_____. **A “Cidade Mundial” de São Paulo e a Recente Expansão do seu Centro Metropolitano.** Revista brasileira de Geografia/ Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –nº54(3) p.5 a 26. Rio de Janeiro .1992.

CORRÊA, R. L. **Concentração Bancária e os Centros de Gestão do Território.** Revista Brasileira de Geografia/ Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – ano 1, v.51 n.2 , Rio de Janeiro 1989.

COSTA. F.N. **Bancarização, Crédito Popular e Microcrédito.** Instituto de Economia – Unicamp. 2002. Seção artigos. Disponível em: <www.unicamp.br>. Acessado em: 20 de maio, 2007.

DIAS, L. C . Por que os bancos são o melhor negócio no país? hegemonia financeira e geografia das redes bancárias. In: Edu Silvestre de Albuquerque. (Org.). **Que país é esse? Pensando o Brasil contemporâneo.** 1 ed. São Paulo: Globo, 2005, v. 1, p. 27-62.

_____. **Redes de Informação, grandes organizações e ritmos de modernização** espaço, tempo e crítica. Nº 2(1), VOL. 1, 01º de julho de 2007, ISSN 1981-3732 2.

DAMIANI, Amélia Luisa . Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo. In: Ana Fani Alessandri Carlos; Ariovaldo Umbelino de Oliveira. (Org.). **Geografias de São Paulo, 1 Representação e crise da metrópole.** 1.ª ed. São Paulo: Contexto, 2004, v. 1, p. 19-58.

DOLLFUS Olivier **L'espace financier et monétaire mondial** L' Espace géographique, 1993, nº2.

ELIAS, D. S. Redes agroindustriais e produção do espaço urbano no Brasil agrícola. In: Denise Elias; José Borzacchiello da Silva; Luiz Cruz Lima. (Org.). **Panorama da Geografia Brasileira: problemáticas contemporâneas.** 1 ed. São Paulo: Annablume / ANPEGE, 2006, v. , p. 221-238.

FEBRABAN. **O Setor Bancário em Números,** Relatório 2007. Disponível em: <http://www.febraban.org.br/p5a_52gt34++5cv8_4466+ff145afbb52ffrtg33fe36455li5411pp+e/sitefebraban/informacoes_do_setor.pdf> .Acessado em: fevereiro de 2009.

FERCOMERCIO. **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (2009).** Seção Sala de Imprensa/notícias. Disponível em: <<http://www.fecomercio.com.br/pagina.php?tipo=21&pg=1167>> . Acessado em: janeiro de 2009.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Spread bancário no Brasil é 11 vezes o dos países ricos.** Caderno Dinheiro, p. B1,1º de fevereiro de 2009.

FOLHA ON LINE. **Submoradias Abrigam 76 mil em Ribeirão Preto**, 11/11/2002 disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u62950.shtml>>. Acessado em: 16 de janeiro de 2009.

_____. **Brasil terá 100 milhões de cartões de crédito** até julho, diz pesquisa. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u402365.shtml>>. Acessado em: 25 de maio de 2008.

FONTES, A. **Perspectivas de expansão das microfinanças no Brasil**: Marco Legal, Capitalização e Tecnologia. Relatório Final: IBAM – Rio de Janeiro 2001.

FUNDAÇÃO SEADE- **Pesquisa de Condições de Vida – Condições Habitacionais – 2006** – disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/pcv/pdfs/condicoes_habitacionais.pdf>. Acessado em: 16 de janeiro de 2009.

GOMES, Cilene. **Telecomunicações, Informática e Informação** e a Remodelação do Território Brasileiro. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo- Departamento de Geografia – FFLCH - USP, 2001.

HARVEY, D. A. **Condição Pós Moderna**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral. Ed. Loyola. 14ª edição. 1992.

HARVEY, D. A. **Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE/ CIDADES. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Apresenta dados sobre as cidades brasileiras. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acessos em: 2007, 2008 e 2009.

IBGE/ ESTADOS. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Apresenta dados sobre os estados brasileiros. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/>>. Acessos em: 2007, 2008 e 2009.

ITAÚ. Itaú Holding Financeira S/A **Relatório Anual 2007** Disponível, em: <<http://ww13.itau.com.br/PortalRI/HTML/port/inf FINAN/rao/2007/default.asp>>. Acessado em: maio de 2008

JUNCKES, Ivan Jairo . **Territorialidades do capital bancário nacional e as redes financeiras globais no séc. XXI**. Revista Terr@ Plural, v. 1, p. 39-65, 2007.

KAHIL, S. P. **Psicoesfera**: A modernidade Perversa. Revista do Departamento de Geografia, São Paulo, v. 11, p. 11-19, 1997.

_____. **Uso do Território Brasileiro**: densidade e fluidez das vias de circulação e movimento no front da agricultura moderna – região central do Brasil. Relatório Parcial de Pesquisa – Fapesp – n.º. do processo: 2005/01138-0 – Rio- Claro, 2007.

LABASSE, Jean. **L’Espace Financier**. Analyse Géographique. Chapitre 2. Les Localisations. Paris. Librairie Armand Colin. 1974.

LE GOFF, JACQUES. **Mercadores e banqueiros na Idade Média**; Tradução de Antonio de Pádua Danesi – São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MARCUSE, HERBERT, **A Grande Recusa Hoje**. Org: Isabel Maria Lourenço, Tradução de Isabel Loureiro e Robespierre de Oliveira. – Petrópolis. 1ªed. Vozes. 1999.

MARQUES, E. C. ; Torres, H. G. ; SARAIVA, C. . **Favelas no Município de São Paulo: estimativas de população para os anos de 1991, 1996 e 2000**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR), v. 5, p. 15-30, 2003.

MARTIN, Ron. Statless Monies, Global Financial Integration and National Economic Autonomy: the End of Geography IN: **Money, Power and Space**. Edited by Stuart Corbridge, Nigel Thrift and Ron Martin. BlackWell –UK 1ªed. 1994.

MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, Paulo Haus **Manual de Regulamentação das Microfinanças**: Programa de Desenvolvimento Institucional / Paulo Haus Martins, Andrei Winograd, Renata de Carvalho Salles. – Rio de Janeiro:BNDES, 2002. 1V.

MEDEIROS, Daniel de S.; SPOSITO, Eliseu S. A territorialização do sistema bancário na metrópole paulistana. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 17, p.121-132, 2005.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Política Nacional da Habitação**. Brasília 2004.

MONBEIG, Pierre. **Novos estudos de Geografia Humana Brasileira**. São Paulo. Difusão Européia do Livro. 1957.

MONTENEGRO, M. R. **O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização.** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo- Departamento de Geografia – FFLCH - USP, 2006.

NICHETER, S. **Entendendo as Microfinanças no Contexto brasileiro:** Programa de desenvolvimento Institucional / Simeon Nicheter, Lara Goldmark, Anita Fiori. –Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

PEREIRA, M. F. V. **A gestão neoliberal do território: normas e viabilidade territorial nas concessões do sistema rodoviário paulista.** Geografia (Rio Claro), v. 32, p. 153-162, 2007.

PIRES, Hindenburgo Francisco. **Reestruturação Inovativa e Desconglomerativa das Instituições Financeiras do Brasil.** Revista Geouerj, v. 2, p. 65-79, 1997.

RAMOS, S. F. Sistemas Técnicos Agrícolas e Meio Técnico Científico Informacional no Brasil. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, M. L.. (Org.). **O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI.** Rio de Janeiro/RJ: Record, 2001, v. , p. 375-387.

RIBEIRO FILHO, G. B. **O Banco Mundial e as Cidades:** construindo instituições na periferia – o caso do PRODUR, Bahia. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2006.

RODRIGUES, A. **Consumir sistema Financeiro é para todos?** In: In: ANTAS JR, Ricardo Mendes; DOWBOR, Ladislau; SILVA, Hélio. (Org.). **Desafios do Consumo.** 1 ed. Petrópolis: Vozes, 2007, v. 1, p. 308 a 321.

SANTOS, Kauê. L . **The financing of poverty in Sao Paulo City.** In: "Worlds of new work? Multi-scalar dynamics of new economic spaces", 2008, Barcelona. "Worlds of new work? Multi-scalar dynamics of new economic spaces". Meeting of the IGU Commission on The Dynamics of Economic Spaces, 2008.

SANTOS, M. A **O Espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos / Milton Santos; tradução de Myrna T. Rego Viana. – Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

_____. **Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. A. **A urbanização brasileira** (1993). 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **O Dinheiro e o Território** (1999). Disponível em <http://www.uff.br/geographia/rev_01/milton%20santos.pdf> acessado em outubro de 2007.

_____. **Por Uma outra Globalização.** Do Pensamento Único à Consciência Universal. Rio de Janeiro. Record.2000.

_____. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas** (1979) -2.ed.- São Paulo Edusp, 2003.

_____. **Pensando o Espaço do Homem** (1982). 5.ed. – São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **Espaço do Cidadão.** 7.ed.- São Paulo: Edusp, 2007a

_____. **O Espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos** (1979) / Milton Santos; tradução de Myrna T. Rego Viana. –2.ed.,1. reimpr. São Paulo: Edusp, 2008a.

_____. **Manual de Geografia Urbana** (1981). 3.ed. São Paulo: Edusp, 2008b.

_____. **Metamorfose do Espaço Habitado** (1988): Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia/ Milton Santos em colaboração com Denise Elias.6. ed. – São Paulo, Edusp, 2008c.

SANTOS; SILVEIRA, M. L. **O Brasil : Território e sociedade no início do século XXI.** (2001) Rio de Janeiro, Record, 2006.

SCHERMA, R. A . **Topologias Bancárias no Período da Globalização.** In: 1º Simpósio de Pós-Graduação em Geografia do Estado de São Paulo, 2008, Rio Claro. Anais do 1º Simpósio de Pós-Graduação em Geografia do Estado de São Paulo, 2008.

SILVA BERNARDES, A. M. A nova divisão territorial do trabalho brasileira e a produção de informações na cidade de São Paulo (as empresas de consultoria). In: SANTOS; SILVEIRA, M. L. **O Brasil : Território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro, Record, 2001.

SILVA, C. A. F. **As transformações da rede de gestão territorial do Banco NacionalS/A sob a égide da revolução telemática**. Território/LAGET, UFRJ.-anoIV, nº6 (jan./jun.1999) – Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

SILVEIRA, M. L. **Os novos conteúdos da regionalização: lugares modernizados e lugares letárgicos no planalto nordpatagônio**". In: Finisterra Vol.XXIX, Nº58.1994. pp.267-284.

SILVEIRA, M. L. **Concretude territorial, regulação e densidade normativa**. Experimental, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 35-45, 1997.

SILVEIRA, M. L. **Escala geográfica: da ação ao império?** Revista Terra Livre, Goiânia, v. 2, n. 23, p. 87-96, 2004.

SILVEIRA, M. L. **Metrópolis brasileñas: un análisis de los circuitos de la economía urbana**. EURE (Santiago), v. XXXIII, p. 149-164, 2007.

SOUZA, Maria Adélia A. de. **Produção e apropriação do espaço metropolitano: a avenida Paulista em São Paulo**. P.135-149. In: **A construção do espaço/** organizadores Maria Adélia A. de Souza e Milton Santos. São Paulo: Nobel, 1986.

TOZI, F. **Usos Corporativos e a impertinência do Espaço de Todos: A Região Metropolitana de Campinas e a Privatização do Território Brasileiro**". In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. (Org.). **"A Metrópole e o Futuro: Refletindo sobre Campinas"**. 1 ed. Campinas: Edições Territorial, 2008, v. , p. 99-115.

UNIBANCO. União de Bancos Brasileiros S.A. **Relatório Anual 2002**. Disponível em: <<http://www.ri.unibanco.com.br/por/inf/anu/index.asp>>. Acessado em: fevereiro de 2008.

UNIBANCO. União de Bancos Brasileiros S.A. **Relatório Anual 2007**. <<http://ww13.itau.com.br/portalri/index.aspx?idioma=port>>. Acessado em: maio de 2009.

VALOR FINANCEIRO (revista), **O Crédito Vai Agora As Ruas**, Maio de 2004.

VALOR INVESTE (revista), **Os próximos passos do Itaú Unibanco**, Maio de 2009.

VI - BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABREU. S. **Planejamento Governamental: A Sudeco no Espaço Mato Grossense**, Contexto, propósitos e contradições. Tese de doutorado, Departamento de Geografia, FFLCH, Universidade de São Paulo, 2001.

CHESNAIS, François A **Mundialização do Capital**. Tradução de Silvana Finzi Foá. – São Paulo: Xamã, 1996.

CHOSSUDOVSKY, Michel A **globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial** / Tradução de Marylene Pinto Michel. – São Paulo: Moderna, 1999.

DEMO, P. **Introdução à Metodologia da Ciência**. SP. Ed. Atlas S.A. 1985.

ELIAS, D. S. . **Trabalho de Campo: notas teórico-metodológicas**. Geosp. São Paulo, v. 1, p. 97-108, 1999.

FIORI, J. L. **Os Moedeiros Falsos**. Petrópolis, RJ: Vozes 1997.

HARVEY. David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo, Edições Loyola.(2004).

KAHIL, S. P. **Unidade e Diversidade do Mundo Contemporâneo**. Holambra: A existência do mundo no lugar. São Paulo: tese de doutorado, Departamento de Geografia, FFLCH, Universidade de São Paulo, 1997.

KAHIL, S. P. “**Uso do Território: Uma Questão Política.**” In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo. Por uma Geografia Latino-Americana: do labirinto da solidão ao espaço da solidariedade, 2005.

LENIN, V. I.(1917) **Imperialismo; fase superior do capitalismo**. São Paulo, Global, 1979, 127 p.

MARTIN, Ron. Teoria Econômica e Geografia Humana. IN: Derek Gregory, Ron Martin, Graham Smith (Orgs) **Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social**; tradução, Mylan Isack; revisão técnica, Pedro Geiger. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

MELO, Marcus Andre. Ajuste estrutural: implicações para as metrópoles. p.39-54. In: SANTOS FILHO, M. (Org): **Finanças Locais e Regionais**. Salvador, BA: Hucitec, 1996.

PAULANI, L. M. **Brasil Delivery**: Servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008. v. 1.

PAULANI, L. M. **Modernidade e Discurso Econômico**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005. 214 p.

SANTOS, M.A. O retorno do território. IN: SANTOS, M, SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.) **Território Globalização e Fragmentação**. São Paulo, Hucitec/Anpur, 1994.

_____. “O Espaço Geográfico como categoria Filosófica”, In : Terra Livre – O espaço em questão, São Paulo: Marco Zero e AGB, 1998a.

SANTOS FILHO, M. As Relações Fiscais e Financeiras entre Municípios, Estados e a União no Brasil Atual. p.15-30. In: SANTOS FILHO, M. org: **Finanças Locais e Regionais**. Salvador, BA: Hucitec, 1996.

SICSÚ, João; CROCCO, M. . **Em Busca de uma Teoria de Localização das Agências Bancárias**: algumas evidências do caso brasileiro. Revista Economia (Anpec), v. 4, n. 1, p. 85-112, 2003.

SIMMEL, G. A Metrópole e a Vida Mental”. In: Velho. O.G. (org.). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

TAVARES, Maria Conceição ; FIORI, José Luis da Costa . **(Des) Ajuste Global e Modernização Conservadora**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. v. 1. 193 p.

VII -WEBSITES CONSULTADOS

BANCO BMC. **Banco BMC**. Disponível em: <<http://www.bmc.com.br/>> . Acessos em: 2008.

BANCO CACIQUE. **Banco Cacique.** Disponível em: <<http://www.bancocacique.com.br>>. Acessos em: 2008.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Banco Central do Brasil.** Disponível em <<http://www.bcb.gov.br>>. Acessos em: 2008.

BANCO FININVEST. **Fininvest.** Disponível em:< <http://www.fininvest.com.br>>. Acessos em: dezembro de 2008

BANCO FINASA. **Finasa.** Disponível em: <<http://www.finasa.com.br>>. Acessos em: dezembro de 2008.

BANCO MUNDIAL. **Banco Mundial,** disponível em: <[http:// web.worldbank.org](http://web.worldbank.org) >. Acessos em: outubro de 2007

BANCO DO NORDESTE. **Banco do Nordeste.** Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/Content/Aplicacao/Grupo_Principal/Home/Conteudo/PortalBN.asp>. Acessos em: 2007.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **BNDES.** Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>> . Acessos em: 2008 e 2009.

BRADERCO. **Banco Brasileiro de Descontos S/A,** disponível em: <<http://www.bradesco.com.br>>. Acessos em: 2007, 2008 e 2009.

CITIFINANCIAL. **Citifinancial.** Disponível em: <<http://www.citifinancial.com.br/portugue/index.htm>>. Acessos em: dezembro de 2009.

EMBRATEL – **Empresa Brasileira de Telecomunicações.** Disponível em: <<http://www.embratel.com.br>>.Acessos em: janeiro de 2008.

ESPM – **Escola Superior de Propagando e Marketing.** Disponível em : <<http://www.espm.com.br>> . Acessado em: novembro de 2008

FEBRABAN. **Federação Brasileira dos Bancos.** Disponível em: <<http://www.febraban.com.br>> . Acessos em: dezembro de 2007.

GAZETA MERCANTIL. **Invest News.** Disponível em: <<http://indexet.gazetamercantil.com.br>>. Acessos em: junho a dezembro de 2008.

ITAUTEC – **ITAUTEC.** Disponível em: <<http://www.itaute.com.br>>. Acessos em: janeiro de 2008.

LOSANGO. **Losango.** Disponível em: <<http://www.losango.com.br>>. Acessos em: dezembro de 2008.

UNIBANCO. **União de Bancos Brasileiros S.A.** Disponível em: <<http://www.unibanco.com.br>>. Acessos em: janeiro e maio de 2008.